



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Sociais - ICS
Departamento de Antropologia - DAN

**TERRA NA PRATELEIRA:
História de Vida e de Luta de Marta Pereira de Oliveira,
Liderança negra de Unaí/MG**



Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle
Brasília, 2019

Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle

**TERRA NA PRATELEIRA:
História de Vida e de Luta de Marta Pereira de Oliveira,
Liderança negra de Unaí/MG**

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos

Brasília, 2019


Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Departamento de Antropologia – DAN

TERRA NA PRATELEIRA:
História de Vida e de Luta de Marta Pereira de Oliveira,
Liderança negra de Unaí/MG

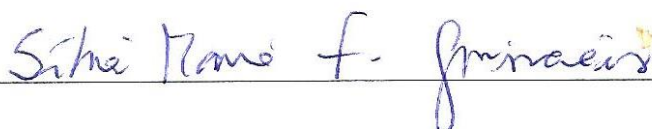
Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos - Departamento de Antropologia - UnB



Profª. Drª. Silvia Maria Ferreira Guimarães – Departamento de Antropologia – UnB

Brasília, 2019

*Às vovós: Marta Lagarta, Dodora & à Maria,
Diná & Aloisia, em memória.
Às bisavós Champs, Artemira & Dominga, que
conheci através de histórias de avós.*

Agradecimentos

Essa monografia é fruto de inúmeras conversas, leituras, risos, choros, abraços... A escrita não surge espontaneamente de uma mente isolada, mesmo quando se concretiza através de duas mãos. Ela é muito mais oriunda de encontros e diálogos. Por isso quero agradecer primeiramente à dona Marta, minha querida mestra de vida, por possibilitar esse projeto e se dedicar com tanto carinho a ele. Ao Luan por ter topado embarcar nessa aventura comigo, ter sido meu sustento tantas vezes, pelo amor e companheirismo.

Muito obrigada à minha Mamis Adriana, por me apoiar e fortalecer sempre. Não vejo outra forma de agradecer pela vida a não ser trilhando meu caminho com amor. Obrigada, vovó Dodora, por me receber de braços abertos de volta a seu lar e por todos os colinhos de vó. À tia Marília pelos mimos, os almoços e as caronas. Vocês foram fundamentais. Ao Paps Franz por me adotar, por todas as conversas eternas, as críticas e sugestões. Gabriel, meu papai preto Jonas, Mamis, Mona, Gudrun e Paps, por todas as risadas, todo o amor e por me ensinarem que família não precisa ter nada a ver com sangue. Vovó Diná pelo sorriso e pela felicidade em ter de volta sua “neta perdida”. Lúcia, Maíra, Mateus, obrigada por me receberem. Ao Luís Felipe agradeço pelo Balto, que traz tanta alegria a todos em sua volta. À Dirce por me prover de mais tempo para os estudos durante anos e pelas conversas incríveis no almoço. Ao Dudu, por todo o carinho. Agradeço muito meu tio Alexandre por compartilhar conhecimentos revolucionários. À Tequinho, pelo poema e à Alice por *Ponciá Vicêncio* de Conceição Evaristo.

Agradeço à família Pereira dos Santos, principalmente à Ângela, Rosivaldo, Marília, Murilo, Joana, Manoel, Luís Felipe, João Neto, Vitor Hugo, Célia, Pedro, Laudiene e Zé Goiás, por se abrirem comigo e por todo o apoio, as caronas, o carinho e os ensinamentos. À dona Maria e dona Geralda, pelas histórias de vida incríveis que compartilharam comigo. Prometo escrever sobre elas em outro momento. À Mariana e à dona Rosana, obrigada por permitir que eu conte sua história, foi um imenso prazer conhecê-las.

A meu orientador professor Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos pelo acolhimento, excelente orientação e por transmitir segurança e calma. Sou muito agradecida. À professora Silvia Guimarães pelas lindas palavras, aulas ministradas e por aceitar o convite de compor a banca. À professora Soraya Fleischer por todos os aprendizados e oportunidades. Ao professor Richard Santos pelas correções minuciosas do meu artigo e por me mostrar que há sim potencial transformador no trabalho acadêmico. À Lívia Vitenti por ter me dado o

gostinho da Antropologia já com pitadas de decolonialidade. À professora dançante Marcela Coelho pelas aulas maravilhosas. Às professoras Maria Francisca Coelho e Lourdes Maria Bandeira por me apresentarem Georg Simmel de forma inesquecível. Ao professor Sadi del Rosso pelo espírito combativo e ao professor Stefan Klein pela atenção com a graduação. À toda comunidade e funcionárias/os/es da UnB, principalmente ao departamento de Antropologia e de Sociologia, que possibilitaram a realização dessa graduação.

À Bia e Vini pelo carinho, pelas dicas valiosas e o fortalecimento sempre. João Ambrósio e Bruno por me fazerem enxergar meu potencial e ensinarem a me permitir a me dedicar a mim mesma. À Fê e Zé por estarem comigo nessa trajetória e por todas as nossas trocas. Zé, se esse projeto foi bem sucedido, foi graças a você. O seu modo de estar no mundo carinhoso, cuidadoso, sincero e sábio me inspira demais. Raquel, Lucas, Luara, Vilto, Elisa por nossa caminhada e as mil aventuras e por aliviarem as minhas bads. À Amanda por me ensinar tantas coisas e pelas aventuras. À Raquel Lustosa pela parceria, por nossas trocas e pela motivação. À Tatá Valim por sua criatividade e carinho.

À Fernanda Fidelis pela amizade e toda a nossa trajetória na busca de encontrar nosso canto político para expandir. Ao Erin e Café, por entenderem tão bem minhas angústias. Erin, as nossas conversas foram extremamente importantes e inspiradoras, principalmente para eu estar cada vez mais ciente da minha branquitude e como esta interfere no meu olhar. À Karine, Yolanda, Rany, Fet, Cindy, Maíra, Pedro, meus foguinhos, muito obrigada! Aos Terror do Coffeebreak, vocês renovam minhas esperanças.

Kamilinha e João do Vale, vocês são maravilhosos. Obrigada por tudo! Agradeço muito à Larissa e Pedrão pelas conversas gostosas regadas a café e por acreditarem em mim e pela aula de formatação! Ao Herick e Gabi, por tantas vezes serem meus guias e meu apoio, e pelo acolhimento de sempre. À Jéssica e Rafael, pela diversão e os mimos. À Zel. Reginaldo e Isadora, por estarmos juntos nas vitórias e derrotas. Ray, Rodrigo e toda a comunidade Jovem de Expressão, perdoem minha ausência, sou muito agradecida! Vocês foram super importantes na minha trajetória.

Sou muito agradecida ao Coletivo de Mulheres com Deficiência do DF por me fazerem entender um novo sentido de comunidade. À Kwan Yin e sua Casa, que entraram na minha vida bem no momento certo, ascendendo e alimentando a chama da cura em mim. Meus agradecimentos à minha mestra de Reiki Denise de Lima e à Verônica e Maisa por serem tão amorosas, por todos os ensinamentos e apoio mútuo.

Resumo

O presente estudo busca uma elaboração acerca de diferentes aspectos da memória, reconstruindo a trajetória de vida de Marta Pereira de Oliveira, trabalhadora rural, com enfoque em suas próprias narrativas. A sua trajetória é por ela caracterizada como uma história de lutas. Dona Marta, residente no bairro Cachoeira da cidade de Unaí/MG, foi integrante do movimento negro local e fundadora da Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí (AMTU) em 1981. Sempre envolvida na “luta das mulheres, dos negros e na luta pela terra” sua trajetória pessoal-política nos conduz a uma reflexão acerca das intersecções entre raça, gênero e classe intrínsecas à sua identidade de trabalhadora rural. Uma vez expulsa do campo, ela vive na cidade sem perder seu vínculo com a terra de seus pais, visando reocupar esse território.

Palavras-chave: História de vida; memória; movimento social; trabalhadora rural;

Abstract

The present study seeks to comment on different aspects of memory by reconstructing the life trajectory of Marta Pereira de Oliveira, a rural worker, focusing on her own narratives. She characterized her trajectory as a history of struggles. Mrs. Marta, a resident of the Cachoeira neighborhood of the city of Unaí / MG, was a member of the local black movement and the founder of the Association of Women Workers of Unaí (Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí - AMTU) in 1981. Always involved in "the struggle of women, struggle of black people and struggle for land" her personal-political trajectory leads us to study the intersections between race, gender and class, which constitute her identity as a rural worker. Since she was forced out of the countryside, she lives in the city without losing her bond with the land of her parents, aiming to reoccupy that territory.

Keywords: Life history; memory; social movement; rural worker;

Índice de Fotografias

Foto da capa: Dona Marta em protesto do dia 1 de maio, anos 80

Foto 1: Dona Marta do jeitinho que a conheci, primeira viagem. Autoria: Luan Henrique Silva, agosto de 2017	13
Foto 2: Dona Marta no seu paraíso. Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018	41
Foto 3: Dona Marta na cruz onde seu pai sempre celebrava a folia dos reis, Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018.....	42
Foto 4 : Antiga casa de Dominga e Eugenio Pereira dos Santos. Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018	44
Foto 5 : Dona Dominga e Seu Eugênio, celebração na igreja, provavelmente anos 2000, acervo pessoal de dona Marta.....	47
Foto 7: Dona Marta e dona Maria torrando farinha. Autoria: Yazmin, dezembro de 2017	49
Foto 6: Dona Maria e Yazmin lavando mandioca. Autoria: Geralda Pereira. Dezembro de 2017	49
Foto 8: Formatura de dona Marta, acervo pessoal de dona Marta, dezembro de 1985	54
Foto 9: Procissão durante batizado/celebração de Nossa Senhora da Abadia, santa padroeira da região. Sede da Associação de pequenos Produtores da Barra do Córrego, Autoria: Luan Henrique Silva, agosto de 2018 Na frente, carregando a Santa nos ombros, Manoel e seu pai João	60
Foto 10: Associadas da AMTU, anos 80, Autoria: dona Marta, acervo da AMTU.....	67
Foto 11: Dona Marta na frente do cartaz das fundadoras da AMTU, dona Marta e Zélia. . Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018.....	68
Foto 12: Carroça de leite e fila. Início dos anos 1980. Autoria desconhecida. Acervo da AMTU.....	70
Foto 13: fila de mães e crianças para pegar leite. Início dos anos 1980. Autoria desconhecida. Acervo da AMTU	71
Foto 14: Creche. anos 1990, Acervo da A.M.T.U	72
Foto 15: Curso de manicure, anos 2000, acervo da AMTU	73
Foto 16: Curso de gastronomia, acervo da AMTU, anos 2000	75
Foto 17: Algumas das associadas da AMTU em 2017. Na extrema esquerda: dona Marta, no meio sua irmã Geralda e na extrema direita: Ângela, sua filha mais velha, Local: antiga sede da AMTU, setembro 2017 Autoria: Yazmin.....	80
Foto 18: Evento Mulheres das Américas. Roda de conversa. Autoria desconhecida, Acervo da AMTU, México, 1990.....	82
Foto 19 : Trabalhadores boia fria subindo no caminhão Autoria: dona Marta, acervo pessoal. Anos 1980 - 90 Essas fotos eram tiradas discretamente para fins de denúncia das condições de trabalho....	88
Foto 20 : Intervalo de almoço dos rabalhadores boia-fria no trabalho. Nota-se o trabalho infantil. Autoria: dona Marta, acervo pessoal.....	89
Foto 21: Bloqueio de via. Mutirão/protesto. Acervo pessoal de dona Marta, anos 1980.....	93
Foto 22 Cartaz na parede da sala de dona Marta, Texto de Marlene Mendes de Freitas, movimento pró-negritude, maio de 1983, Autoria: Angela	94
Foto 23 : Participação de dona Marta em Missa Afro, Julho 1992, acervo pessoal de dona Marta	97
Foto 24 : Mulheres do Grupo Negro, provavelmente em uma missa Afro, à extrema esquerda Maria, irmã de dona Marta, anos 1990, acervo pessoal de dona Marta	98
Foto 25: Material de construção na roça. Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018,	101
Foto 26: Dona Marta nos mostrando sua plantação de mandioca. Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018	110

Sumário

Agradecimentos	5
1. Considerações Iniciais	12
1.1 Conhecendo dona Marta outra vez - Minha inserção no campo	12
1.2 Por que narrar essa história?	14
1.3 Metodologia	16
1.3.1 História de vida	16
1.3.2 Construção de árvore genealógica	18
1.3.3 Etnografia e registro fotográfico	19
1.4. Narrativa própria de dona Marta sobre a pesquisa.	22
1.5 A composição do trabalho	24
2. Panorama da Memória & Identidade - Uma breve discussão teórica	26
2.1 “Era essas três lutas e na zona rural é tudo muito junto e misturado” Memória e interseccionalidade de gênero, raça e classe	26
2.2 “Essa minha paralisia veio desse esforço a mais” - Corpo e Cansaço	32
2.3 “Eu sou uma mestra de vida” - História de vida de anciãs	34
2.4 “Para mim isso é o paraíso” - Memória, Identidade e Territorialidade	37
3. “Farinha de milho é parte importante da minha história” - Vida na roça e expulsão do campo	43
3.1 Infância na fazenda Taquaril	43
3.2 A farinha e a dor	47
3.3 A raiva do machismo	50
3.4 A menina da roça que gostava de ler	53
3.5 Casamento com Belchior e expulsão do campo	55
4. “Era a Igreja que fazia essa formação” - Engajamento Político Através da CEB e Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí (AMTU)	57
4.1 Vivência religiosa na roça	58
4.2 Formação política e religiosa na Comunidade Eclesial de Base	60
4.3 A Associação da Mulher Trabalhadora	65
4.3.1 A fundação	65
	10

4.3.2 A distribuição do leite	69
4.3.3 A creche	71
4.3.4 Cursos profissionalizantes e conscientização	73
4.3.5 A festa da rua, na rua	76
5. A luta pela Terra e a luta do povo negro	83
5.1 “Eu sou do coco e luto pelo coco” - envolvimento na luta pela terra	84
5.2. “Tem luta que é só do negro”	94
5.3 Terra Na Prateleira - Projeto Bem-Viver da Família Pereira dos Santos	98
6. Considerações finais	102
6.1 O legado da roça - De Dona Marta e suas inquietudes	105
7. Epílogo: “Esse milho tem outro gosto” - Algumas notas sobre o momento da pesquisa	108
8. Referencias bibliográficas	114
9. ANEXOS	121
9.1 Comunicado da família Pereira dos Santos sobre o assassinato de Luiz Enes – Acervo pessoal de dona Marta	121
9.2 As demandas das mulheres na constituinte – acervo pessoal de dona Marta, documento da A.M.T.U	122
9.3 Canções da A.M.T.U – Acervo pessoal de dona Marta	123
9.4 Movimento de Consciência Negra de Unaí – Carta de apresentações e provérbios – Acervo pessoal de dona Marta	125
9.5 Bilhete de dona Marta para a sua “neta de aluguel”	127

1. Considerações Iniciais

1.1 Conhecendo dona Marta outra vez - Minha inserção no campo

Conheci dona Marta duas vezes. Na primeira eu tinha três ou quatro anos de idade e chamei sua atenção pela falta de medo de cachorros. Brinquei bastante com eles, o que rendeu uma foto divertida de uma menina pequena e magrinha segurando um cachorro com o dobro de seu tamanho nos braços. Nessa época, dona Marta já era amiga de alguns anos do meu pai de criação, Franz, sociólogo austríaco, que a conheceu através de outra socióloga austríaca chamada Michelle. Michelle, por sua vez, tinha conhecido dona Marta quando estava visitando as comunidades rurais da região de Unaí, acompanhada por freiras para uma pesquisa. Dona Marta viajou com elas. Na época ela estava desesperada em busca de um dos seus filhos, de 13 anos de idade, que tinha ido trabalhar como boia fria e não voltara mais. Sensibilizada com sua história e animada com os inícios de uma organização de mulheres da qual dona Marta participava, Michelle passou a mandar recursos financeiros a ela, a fim de ajudar na busca de seu filho e em apoio à associação.

Eu estava no processo de definir meu tema de monografia. Tinha me encantado pela temática de movimentos de mulheres da zona rural. Foi assim que dona Marta Pereira de Oliveira me veio à mente. Conversei com o professor Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos do departamento de Antropologia, que me acolheu e apoiou a pesquisa desde o início. Eu queria estudar a história da Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí (AMTU), fundada por dona Marta em 1981 e dissolvida em 2011, e os seus impactos na comunidade.

Dona Marta foi muito solícita e parecia animada com a pesquisa. Marcamos uma data para eu revê-la. Essa data coincidiu com uma festa importante da Associação de Pequenos Produtores da Barra do Córrego em Unaí/MG, comunidade em que reside sua filha mais nova, Joana D'Arc. Entrei no ônibus, munida de mochila e barraca e acompanhada por meu namorado Luan e meu irmão mais novo, na época com 15 anos. Transcrevo aqui o meu relato sobre o meu primeiro encontro com dona Marta:

A viagem foi bem rápida e tranquila e nós estranhamos o fato do ônibus interestadual parar para subida e descida nas paradas de ônibus “comuns”. Passamos por vários quilômetros de plantações, acredito que de soja e de milho. Antes de descer do ônibus, na rodoviária de Unaí, tentei adivinhar quem era dona Marta. Eu tinha somente uma foto da sua filha Joana, porque tinha conversado com ela pelo Whats App. Vi algumas idosas, mas não me pareciam ser ela. Um homem com chapéu de palha estilo cowboy, se destacou para mim. Ao observar ele, a senhora ao seu lado me

chamou atenção. Ela era negra retinta, sua postura muito boa, seus olhos brilhavam e estava com um sorriso estampado no rosto. Seu cabelo crespo estava penteado para trás. Ela me pareceu ansiosa. “Acho que é ela!”, eu disse para Luan. E era ela mesmo. Dona Marta estava vestindo uma camisa em que estava escrito “Encontro com Jesus”, com uma estampa de uma imagem de Santa Maria com seu filho Jesus. O homem de chapéu e calça jeans ao seu lado era Manoel, seu genro, marido de Joana.

No caminho até a sua casa, Dona Marta nos falou da sua viagem para a Áustria, quando ela visitou meu pai adotivo. Ela ficou maravilhada com alguns programas sociais que havia lá, como aquele no qual minha mãe trabalha: *Frauenservice* - serviço para mulheres, que promove a inserção de mulheres no mercado de trabalho. O que lhe chamou muita atenção foi como as prostitutas são tratadas. “Trata como gente, sabe, não são discriminadas como aqui.” Fiquei impressionada com essa opinião, vindo de uma mulher de 73 anos, bem católica.

Após os dois primeiros finais de semana de campo exploratório, a história de dona Marta me pareceu tão rica, tanto para os estudos antropológicos, quanto para um registro histórico, mas muito invisibilizada, tanto que decidi mudar o enfoque da pesquisa para que englobasse a maior parte possível da trajetória de vida e de luta de dona Marta. Isso se deu a partir da percepção de dona Marta enquanto uma dentre as muitas figuras geralmente invisíveis que atuam e trabalham no âmbito político e social em diversos momentos históricos, não só de sua região, mas de todo o Brasil. Essa mudança veio muito ao encontro dos anseios de dona Marta, que enfatizou que sempre quis que alguém escrevesse sua história. Foi assim que, aos poucos, fui conhecendo dona Marta outra vez.



Foto 1: Dona Marta do jeitinho que a conheci, primeira viagem. Autoria: Luan Henrique Silva, agosto de 2017

1.2 Por que narrar essa história?

A importância de trabalhos como esse, que se baseiam na trajetória e narrativas de mulheres, principalmente mulheres negras e trabalhadoras rurais¹, se dá pela urgência de se reconhecer a relevância de sua atuação política na história. A participação das mulheres tem sido omitida e silenciada em documentos e registros da historiografia oficial e nas Ciências Sociais. Diversos autores, a título de exemplo, ao escrever sobre os sindicatos rurais e a luta pela terra em Unai, mencionam João de Souza, pai de Mariana², mas não Mariana, uma liderança negra, trabalhadora rural, que teve uma atuação mais incisiva do que seu pai no sindicato rural, sendo bastante conhecida tanto nos anos 1980 quanto na atualidade.

Trata-se, portanto, de narrar a história não oficial, nas palavras de dona Marta: a “história não contada”, assim como a história “de como os negros morriam pisoteados no navio e os rebeldes eram jogados no mar para morrer” seria uma “história não contada”. A história dessas mulheres, lideranças, é negligenciada pela história oficial. Algumas obras pioneiras que buscam contar essas histórias são *Mulher, Raça e Classe* de Angela Davis (2016 [1981]) e no Brasil Sueli Carneiro (2003) e Lélia Gonzalez (1984,1979), assim como alguns estudos da escravidão e pós-abolição, como Luiza Bairros (1987), Carlos Alexandre Plínio dos Santos, (2010) e Ariella Silva Araújo (2013). A invisibilidade na historiografia oficial não significa, no entanto, que essas mulheres precisem ou dependem de trabalhos acadêmicos. Elas encontram suas próprias formas de aumentarem sua visibilidade e o alcance de suas ações. A academia que perde ao não olhar para elas ou tratá-las apenas como vítimas e não como protagonistas.

Ao realçar a importância da atuação das mulheres, participação esta, que muitas vezes foi decisiva para tantas vitórias ao longo da história do país e do mundo, pretende-se também contribuir para o reconhecimento e a valorização das mulheres, desconstruindo o imaginário social no qual as mulheres são representadas como sujeitos passivos e secundários, e no caso das mulheres negras, enquanto sempre a serviço de outrem. As noções de “mulata” e “doméstica”, construções da mulher negra enquanto prestadora de serviços em geral, e de serviços sexuais, em particular, como destaca Lélia Gonzalez (1984), continuam bem

¹ A preferência do termo “trabalhadora rural” em detrimento de “camponesa” se dá pelo primeiro ser uma categoria local, diferentemente do segundo. Na minha pesquisa as categorias mais usadas pelas comunidades foram “trabalhador/a rural”, “morador/a” e “pequeno/a fazendeiro/a” em contraste com “os grandes fazendeiros. categoria local, diferentemente do segundo. Na minha pesquisa as categorias mais usadas pelas comunidades foram “trabalhador/a rural”, “morador/a” e “pequeno/a fazendeiro/a” em contraste com “os grandes fazendeiros.

² Nomes fictícios para resguardar suas identidades.

presentes no imaginário social brasileiro, constantemente reforçadas ainda pelos meios de comunicação (BORGES, R.C; BORGES, R. Orgs., 2012). Lélia Gonzalez (1984, 1979a, 1979b) analisa essas noções a partir das ferramentas da psicanálise e mostra como a exploração da mulher negra promoveu a africanização do Brasil.³

Nos movimentos feministas⁴ sempre ganhavam maior destaque e representação as pautas relativas às mulheres de raça e classe dominantes em detrimento das mulheres negras. Isso se reflete nas elaborações teórico-metodológicas e políticas de autoras brancas. Sueli Carneiro (2003) em *Mulheres em Movimento* descreve as limitações dos movimentos feministas “ocidentalizados colonizados” a respeito de raça, em que, semelhante à descrição de Davis (2016 [1981]) do movimento sufragista nos Estados Unidos, se nota a falta de uma postura antirracista. A atuação política de mulheres negras têm impulsionado mudanças importantes, como a desconstrução da visão universalizante da mulher, e, portanto, reforçado a importância de políticas voltadas para mulheres negras em particular e o recorte racial dentro da feminização da pobreza. (CARNEIRO, 2003).

Por todas essas questões se coloca a importância de se falar de dona Marta e sua atuação. Este trabalho é o primeiro registro, com exceção de seus próprios acervos, acerca da Associação da Mulher Trabalhadora de Unai, uma organização que teve impacto considerável na vida de centenas de mulheres, atuando por 30 anos na região, inclusive na luta pela terra, e modificando profundamente estruturas de dominação masculina.

Essa monografia se insere nas discussões acerca de memória, identidade e territorialidade. Busca contribuir através dessas noções aos estudos de raça, gênero, classe, mas também para os estudos acerca da pessoa idosa. Na antropologia, as questões sociais e culturais levantadas pelo envelhecimento ainda têm sido pouco estudadas sob perspectiva interseccional⁵, ou seja, de maneira a abandonar a perspectiva de “recortes” e “condições isoladas” para analisar essas categorias e seus impactos sobre as subjetividades de maneira

³ “A mãe preta é a mãe.” Gonzalez demonstra como na atribuição das funções de cuidados das crianças brancas à mulher negra, além das suas próprias, faz com que caiba a ela a transmissão de linguagem, os valores, e portanto, cultura. Motivo pelo qual Gonzalez afirma que “Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente” (GONZALEZ, 1984, p.235) 1979b)

⁴ Infelizmente não coube no escopo desse trabalho uma elaboração mais detalhada sobre movimentos sociais em si, para aprofundamento nesse assunto sugiro ver Maria de Glória Gohn (1997).

⁵ Me refiro à interseccionalidade como cunhado pelo movimento de feministas negras dos Estados Unidos na sua atuação política e transportado para a academia por Kimberle Crenshaw (1993), isto é, analisando os marcadores sociais não mais pela perspectiva de “recortes” e “condições isoladas”, mas sim percebendo estes e seus impactos sobre as subjetividades de maneira sobreposta e inter-relacional.

sobreposta e inter-relacional. De fato, por tudo que foi e é dona Marta e seu universo, argumento que raça, gênero, classe e velhice informam sua memória, identidade e territorialidade.

Outro aspecto que eu espero abarcar nesse trabalho é a alegria na luta, sendo a alegria e a solidariedade dois elementos que surgiram bastante durante a minha pesquisa de campo. Como diversas autoras e autores da teoria decolonial já apontaram, as Ciências Sociais têm tradicionalmente mantido um enfoque no sofrimento e na violência vivida pelos grupos sociais que pesquisa, e pouco se tem falado da agência e da resistência desses grupos. A importância de registrar a alegria, segundo Gloria Jean Watkins, que utiliza o pseudônimo de bell hooks⁶ (2006), se dá porque

“Trabalhando dentro da comunidade, seja compartilhando um projeto com outra pessoa, ou com um grupo maior, somos capazes de experimentar alegria na luta. Essa alegria precisa ser documentada, porque se nos concentramos apenas na dor, nas dificuldades, que certamente são reais em qualquer processo de transformação, somente mostramos uma imagem parcial.” (bell hooks, 2006, p.8)

Por fim, através do enfoque nas narrativas de Marta e ao desfazer as fronteiras entre sua “vida pessoal” e sua “vida política”, busco ir ao encontro de sua afirmação de que em seu universo tudo está interligado “é tudo junto, família, religião, política” e todos os três elementos estão presentes nas suas narrativas. Dessa forma pretendo mostrar como a atuação política se encontra profundamente arraigada, entrelaçada com a vida cotidiana, quando a existência pressupõe resistência.

1.3 Metodologia

1.3.1 História de vida

O meu esforço de registrar as memórias de dona Marta na verdade foi um projeto coletivo intenso realizado por nós duas, pois como escreve Ecléa Bosi: “Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa.” (BOSI, 2009, [1979], p.37). Isso se intensifica quando se reconstrói uma história de vida. Priorizei as

⁶ Seu nome está escrito em letras minúsculas em respeito à autora, que prefere essa forma de escrita pois alega que “o mais importante em meus livros é o conteúdo e não quem sou eu” (WILLIAMS, 2006) Tradução livre minha.

narrativas de dona Marta sobre sua vida, e, assim como para Bosi em sua obra “*Memória e sociedade*” a veracidade dos fatos não me preocupou, pois:

“seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está em o que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.” (BOSI, 2009, [1979], p.37)

A minha escolha da história de vida enquanto método se fundamenta primeiramente por compreender a trajetória de uma pessoa como sendo inevitavelmente imersa em um meio social e, portanto, sempre ter *algo* a revelar sobre este meio. As narrativas de vida conduzem à uma “dimensão de desvendamento e de revelação da pessoa, dando um sentido à sua experiência” (MALUF, 1999, p.76). Isso porque, na medida em que dona Marta contava a sua história, ela também estava resignificando e elaborando a si mesma. Os elementos muito enfatizados por dona Marta são constituintes de sua identidade, como mostrarei mais adiante. Já eu, na tarefa de escutar e registrar, também estava me elaborando enquanto Yazmin, jovem antropóloga.

Mesmo em trabalhos antropológicos que não têm como objetivo a reconstrução de uma trajetória de vida ou a história de um determinado grupo, o narrar é parte fundamental. Como afirma a antropóloga Sônia Weidner Maluf: o narrar, o contar histórias⁷ é a “única forma de falar da experiência humana, partilhar essa experiência e encontrar nela sentido” (1999, p.70). Ela utiliza as obras de Wim Wenders como metáfora. Wenders é um cineasta alemão cujos filmes tratam da ideia de que todas as histórias vividas pela humanidade poderiam ser resumidas em três ou quatro.

“De alguma forma, essas duas dimensões estão presentes nos dramas e dilemas vividos pela antropologia contemporânea. A primeira delas fala da diversidade e da universalidade da cultura: contar muitas, infinitas histórias, ou buscar em toda essa variedade *a* história, aquela que sintetizaria *a* experiência humana, no singular. A outra dimensão trata de algo que está no fundo de todas essas histórias e experiências descritas e recontadas pela antropologia: a busca de sentido, ou seja, a necessidade de ir além da literalidade. Para recolher todas essas histórias, ouvi-las, fazer sua leitura, o antropólogo acaba, em muitos momentos de seu trabalho, fazendo como os anjos de Wim Wenders, que se debruçam sobre os humanos, sobre seus ombros, tentando escutar seus diálogos interiores, suas queixas, seu sofrimento, suas histórias. Momento central desse “encontro com o outro”,

⁷ Considero importante ressaltar que há outras formas de narrar para além da fala oral, por exemplo através de gestos e expressões corporais, como na língua brasileira de sinais (LIBRAS).

onde se busca, além de olhar, ver; além de ouvir, escutar; além dos fatos, sentido.” (MALUF, 1999, p.70)

O postulado de Maluf de que “Em situações onde predomina o trabalho corporal, o corpo é lido como um texto que conta a história pessoal” (MALUF, 1999, p.71) se fez muito presente nessa pesquisa, pois além da narrativa verbal, dona Marta costumava me mostrar algumas manchas em seu corpo, sempre mencionava a sua paralisia facial e outras coisas relacionadas à sua saúde, como a perda precoce dos dentes, de forma não só a enfatizar, mas a contar as suas vivências a partir das marcas que elas deixaram em seu corpo. Dessa forma também, as suas narrativas, tanto as de sua vida pessoal quanto de suas lutas públicas, políticas, eram também narrativas de doença e de cura.

1.3.2 Construção de árvore genealógica

A construção de uma “história de família” visa a “contextualização social das pessoas” e é bastante útil para expandir e complexificar a observação participante (CABRAL; LIMA, 2005, p.357) e mais especificamente, a elaboração de uma árvore genealógica é uma tentativa de “dar conta do percurso de vida de um sujeito social integrando-o nas relações intersubjetivas em que está envolvido através da construção de seu universo de parentesco.” (CABRAL; LIMA, 2005, p.359)

No caso da árvore genealógica de dona Marta, incluí todos aqueles que ela considera parentes, seus filhos de criação e também pessoas inseridas na rede de parentesco através do compadrio católico, um processo de expansão do parentesco biológico considerado clássico nas Ciências Sociais, valendo-me do conceito de relacionalidade de Janet Carsten (2000). Carsten elaborou esse conceito na tentativa de se distanciar de qualquer posição analítica prévia acerca do que seria biológico e o que social, questão própria do parentesco amplamente discutida na antropologia. O conceito relacionalidade facilita a comparação entre diferentes formas de “se relacionar/estar relacionado” (*be related*) sem baseá-las na distinção arbitrária entre biologia e cultura e sem um postulado dogmático acerca do que consistiria o parentesco. Portanto, esse conceito busca evitar universalizar certa forma de parentesco, mas também sem impossibilitar o estudo comparativo.

A sistematização das pessoas que compõem essa rede mais íntima de relacionalidade de dona Marta facilitou o reconhecimento e a minha aproximação às pessoas da comunidade do bairro Cachoeira, de Unai, em que dona Marta reside, e também contribuiu para aprimorar

a minha familiaridade com os sistemas de classificação locais das relações interpessoais. De acordo com Cabral e Lima:

“Ao falar longa e detalhadamente sobre o seu percurso de vida, as suas relações familiares, a história de sua família e das relações e opções dos que a compõem, ego fala inevitavelmente de contextos de sociabilidade, constrangimentos socioeconômicos, percursos escolares ou projetos educacionais” (CABRAL; LIMA, 2005; p.365)

Além disso, o nosso trabalho em conjunto de construção da árvore genealógica, que envolvia folhear álbuns de fotografias, fazia Dona Marta relembrar fatos e histórias e também datas. Datas de nascimento e de morte de algumas pessoas serviam como marcas ou então “âncoras da memória”, assim como certos períodos e espaços podem ser referências para a memória (WOORTMANN, 1998 apud PLÍNIO DOS SANTOS, 2014, p.234). Essas datas pontuais eram sempre relacionadas a certos acontecimentos.

1.3.3 Etnografia e registro fotográfico

Durante o segundo semestre letivo de 2017 eu viajava alguns finais de semanas para Unaí e ficava na casa de dona Marta. Nesses períodos folheamos álbuns e documentos, e revisitamos canções populares dos Conselhos Eclesiais de Base e da Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí. Todos esses registros me possibilitaram entender melhor os princípios, objetivos e dinâmicas dessas entidades. De volta à Brasília, relia e editava os diários de campo. Nas férias de dezembro de 2017 e janeiro de 2018, passei no total um pouco mais de um mês, com um intervalo de alguns dias para escrita do diário de campo e para a organização dos arquivos de fotos e documentos diversos. Além da observação participativa, realizava entrevistas semi-estruturadas, utilizando um gravador no celular. A cada nova viagem, tentava preencher lacunas e temáticas pouco exploradas na viagem anterior.

Em algumas estadias estive acompanhada por Luan Henrique Silva Bastos, fotógrafo profissional, em outras tirei fotos por conta própria. O registro fotográfico serviu como suporte para minha memória na escrita do diário de campo e também como um retorno para a comunidade. Durante uma festa da comunidade Barra do Córrego em Unaí/MG, por exemplo, as fotos foram exibidas no telão, motivo de orgulho para a comunidade. Além disso, as fotos inseridas no trabalho final operam como uma segunda narrativa, complementar à escrita. Essa narrativa aproxima o leitor/a leitora do universo de dona Marta. As imagens do acervo

pessoal de dona Marta informam sobre outros momentos de sua vida, outras épocas e as interpretações delas estão sempre sujeitas à ressignificação desde o presente. O registro fotográfico não traduz o evento retratado e seus atores sociais de forma objetiva, mas sugere interpretações diversas através de gestos, olhares, posturas. Ele se encontra em uma ambiguidade criativa por envolver tanto a perspectiva do fotógrafo/da fotógrafa, quanto as interpretações de espectadores/as. Em seus argumentos por uma “antropologia do visual” para além de uma “visualização da antropologia”, Bittencourt (2006) afirma

“A ambiguidade da imagem fotográfica encontra-se na tensão realismo/não realismo inerente ao seu processo de criação e interpretação (Wright, 1992). De fato, a imagem fotográfica produz uma síntese peculiar entre o evento representado e as interpretações construídas sobre ele, estando essa correspondência sujeita às convenções de representação culturalmente construídas.” (BITTENCOURT, 2006, p.199)

Se a metodologia priorizada foi a narrativa de dona Marta então por que realizar para além de entrevistas, observação participativa? Trata-se de registrar os aspectos da história e da vida de dona Marta, que não são verbalizadas, o que a observação participativa, a convivência e a presença em eventos e festas religiosas me possibilitava. Importante reconhecer que a minha presença causava impacto e conseqüentemente modificava a rotina de dona Marta. Dessa forma, por exemplo, em vez de trabalhar todas as manhãs na roça, ela se organizava para podermos visitar seus/suas familiares, amigos/as e conhecidos/as ou então passávamos mais tempo em casa conversando. O trabalho de campo também possibilitou que eu conhecesse familiares e amigas/os de dona Marta e pudesse preencher algumas lacunas de sua memória e conferir algumas datas, principalmente a fim de facilitar a organização cronológica dos acontecimentos.

Acerca do trabalho etnográfico que busquei realizar, não se trata de desenvolver uma empatia, como já criticada por Geertz (1997), pois a empatia envolve compreender a realidade do outro a partir das próprias concepções de mundo, ou seja, “encaixar a experiência de outras culturas dentro da moldura de nossa” (GEERTZ, 1997, p.91). De acordo com Geertz, o empreendimento antropológico de outra pessoa envolveria deixar de lado nossas próprias concepções e buscar enxergar as experiências dela em relação à sua própria concepção do “eu”. Tampouco busquei sentir na pele o que é *ser* dona Marta, o que me seria impossível pela distância de realidades, pela minha branquitude. Trabalhei com a ideia de “ser afetada”, elaboração de Favreet-Saada (2005) em uma tentativa de re-pensar a nossa concepção de

“observação participativa”. Isso significa que me permiti ser afetada a partir das vivências comuns, do não intencional e dos momentos de comunicação não verbal.

De forma não refletida e, portanto, não intencional, alguns momentos de minha participação me possibilitaram uma inserção distinta do que a de “visitante externa” na comunidade. Dessa maneira, a minha participação na produção coletiva de farinha de mandioca foi como um divisor de águas no meu trabalho de campo. Se antes as familiares de dona Marta ainda me olhassem com um misto de curiosidade e um pouco de desconfiança, após a minha participação na produção, foi como se eu adquirisse outro “status” diante da comunidade, como se tivesse passado por um ritual de passagem inconsciente. Em minha relação com Geralda e Maria, as irmãs de dona Marta com quem mais convivi, e com sua filha mais velha, Ângela, passei a sentir em sua forma de tratamento um certo reconhecimento, um acolhimento ainda mais afetuoso e uma maior abertura. Algumas pessoas, durante e após o momento de trabalho em conjunto, se sentiram visivelmente mais à vontade para compartilhar um pouco de suas próprias histórias de vida comigo.

Um momento que evidenciou isso foi no almoço com Ângela e seu marido Rosivaldo. Eu estava com a mesma roupa do dia anterior, pois ia continuar a descascar mandioca e não queria sujar roupa limpa. “Virou fazedora de farinha!”, Rosivaldo disse, com um sorriso e um tom de aprovação. Na mesma noite, ele me contou sobre sua infância na roça e compartilhou um pouco de suas vivências com dona Marta. Consigo pensar em duas formas de explicar isso. A primeira, que explica a maior confiança de Geralda e Maria, seria o trabalhar em coletivo que cria vínculo entre as pessoas através da convivência prolongada e do trabalho pelo mesmo objetivo. A segunda explicação, que diz respeito à Ângela e Rosivaldo, uma vez que não participaram da produção, seria a surpresa e o reconhecimento ao verem a minha abertura de me envolver com esse trabalho. Ou então, nos termos de Favret-Saada (2005), por deixar me afetar fisicamente e psiquicamente por um procedimento bem distante da minha realidade enquanto mulher branca, de Brasília e “posição social melhor” como dizem na região.⁸ A produção de farinha estava tão mais distante da minha realidade como intimamente vinculada à sua realidade, sua história e memória enquanto família negra da roça.

⁸ Cujo pai, ainda por cima, é europeu - fato que levou um filho de dona Marta, Pedro, a me mencionar para terceiros como “a gringa”.

1.4. Narrativa própria de dona Marta sobre a pesquisa.

Por onde andávamos, dona Marta cumprimentava as pessoas, jovens, idosas, crianças e me apresentava para elas como “Yazmin, minha amiga.” Para quem foi da Associação da Mulher Trabalhadora de Unai ou era parente de dona Marta e conhecia meu pai, ela acrescentava: “Ela é filha do Franz.” Mas para todos sem exceção, ela explicava: “Ela tá aqui para conhecer nossa realidade e tá fazendo uma pesquisa sobre minha história. Vai ser a sua monografia.” Rindo, com uma entonação de quem está contando uma piada, ela dizia: “Ela fica me beliscando! Toda hora ela vem e me belisca!” e juntava dois dedos fazendo o gesto de beliscar. Frase e gesto causavam estranhamento quando vinham antes da explicação que eu estava fazendo uma pesquisa e “querendo saber da minha vida e da minha luta”, nas palavras de dona Marta. “Toda hora ela puxa e tira mais um pedacinho de mim. Mas é bom, porque assim a gente vai lembrando as coisas.” Outra metáfora para minhas perguntas constantes era: “Ela faz como se eu fosse uma dessas luvas de limpeza que você enche de ar e depois aperta e o ar vai saindo.” O ar entrando seriam as minhas perguntas, motivando dona Marta a se esforçar para lembrar e o “apertar” para o ar sair seria o ato de contar essas lembranças. Sua filha mais velha, por sua vez, me apresentava como “neta de aluguel” de dona Marta, pois eu teria a “paciência de escutar as histórias dela” que os netos “verdadeiros” não teriam.

Em alguns momentos, nossa relação realmente parecia de avó e neta, principalmente quando ela se preocupava se eu havia me alimentado direito. Muitas vezes ela acordava bem cedo e ia resolver alguma coisa no centro da cidade, fazer as unhas ou ir a uma consulta médica. Ao acordar de manhã eu percebia que ela tinha saído por encontrar um bilhete na mesa da cozinha, geralmente dizendo: “Tome seu café.” De volta em casa, dona Marta sempre perguntava: “Tomou seu café? Comeu direito? Não vai ficar com fome, hein!”

Dona Marta já tinha entendido o motivo de eu precisar ficar indo e voltando e permanecer alguns dias. Na minha penúltima viagem, dona Marta foi agredida verbal e fisicamente por um de seus filhos, que faz uso problemático de álcool,⁹ uma das atuais lutas de dona Marta. Ela pediu para que eu falasse desse episódio¹⁰, em que ela se sentiu mais

⁹ Ele nunca mais agrediu sua mãe fisicamente. Pouco antes da entrega dessa monografia, ele havia aceitado fazer um tratamento e estava há duas semanas sem consumir bebida alcoólica.

¹⁰ Esse foi um momento muito marcante durante a viagem, pois tive que decidir rapidamente como reagir diante das agressões. Estava em meu quarto e dona Marta e seu filho no cômodo do lado. Assustada, com as minhas próprias experiências de violência vindas à tona, demorei um pouco para reagir. Tudo ocorreu muito rapidamente, e o filho de dona Marta se retirou. No dia seguinte, discuti com dona Marta as possibilidades de ação e sobre o ciclo repetitivo da violência doméstica (explosão, arrependimento e lua de mel). Em outra

agredida do que por “essa gente que não gosta de negro”, porque essa seria “a realidade de muitas famílias, de muitas comunidades brasileiras. É a história não contada.” Dona Marta disse:

“Por isso que eu digo, porque há quem se pergunte: por quê que essa menina tem que ficar oito dias pra coletar dado, mas se você não tivesse aqui, visto isso acontecer onde que eu ia contar essa história? Você não ia ficar sabendo, porque na minha história de vida e de luta eu não ia contar a minha luta com meu filho.”¹¹

Algumas e alguns familiares me disseram gostar da minha presença em sua casa, pois dona Marta “ficava mais calma” e “trabalhava menos”. Quando eu estava, passeávamos, sentávamos para ver fotos de sua família, para construir sua árvore genealógica ou apenas conversar e fazíamos muitas visitas a familiares e vizinhos/as. As atividades que ela exercia rotineiramente apesar da minha presença e para as quais eu a acompanhavam eram as missas, a caminhada de idosas e idosos nas segundas-feiras¹² organizada pelo posto de saúde de Cachoeira, e, em algumas quintas-feiras, o forró, evento do qual só podiam participar pessoas acima de 40 anos.

Marta dizia esquecer um pouco as suas preocupações atuais e também do trabalho na roça. Quando eu não estava, a sua rotina envolvia, a ida, geralmente de bicicleta ou a pé até a roça de seus pais, que fica a seis quilômetros de distância da cidade de Unaí. Quando ficava muito tempo sem ir, ela começava a ficar inquieta, um pouco agoniada pensando no “tanto de serviço que tinha na roça”. A mesma coisa ocorria nos períodos em que Marta estava torrando farinha de mandioca com as suas irmãs. Enquanto havia mandioca para torrar, ela estaria trabalhando. Se a produção acontecesse no ritmo dela, não haveria um dia de descanso até que toda a mandioca crua estivesse se transformado em farinha. Isso levou uma parente a dizer: “Já percebi que você é meio obsessiva com algumas coisas. Algumas coisas de serviço.”

Durante a pesquisa eu tive diversos períodos de enxaqueca que me forçaram ao descanso, porém essas crises nunca ocorreram quando eu estava em Unaí, mas somente em Brasília. Por isso, dona Marta atribuía a minha enxaqueca ao “movimento da cidade grande” que “estressa muito a gente.” Na despedida após um mês, com uma breve interrupção, em sua casa, dona Marta disse, me abraçando: “Vou sentir saudades. Foi maravilhoso! Você não teve

ocasião, conversei sobre essa questão com suas filhas Joana e Ângela e seus maridos, para entender melhor a situação e também compartilhar conhecimentos.

¹¹ Não apenas nessa fala, mas também em diversos outros momentos durante a pesquisa ficou nítido que as condições atuais de seu filho, que a preocupam muito e geram sofrimento, são caracterizadas como “luta”. Na parte “Era essas três lutas” aprofundo mais essa categoria.

¹² As caminhadas envolviam alguns exercícios físicos e a aferição da pressão arterial.

sua enxaqueca e eu não tive minha doença de serviço.”.

1.5 A composição do trabalho

No início da escrita a minha maior preocupação era construir uma linha cronológica dos acontecimentos para facilitar a compreensão do leitor/da leitora. Isso logo se mostrou como um desafio, uma vez que vários acontecimentos se cruzam ou então dona Marta não lembrava o que tinha ocorrido quando. Nem sempre havia linearidade em sua narrativa, muitas vezes nossas conversas fluíram mais de acordo com temas abordados, que motivavam dona Marta a falar de certo acontecimento. Dessa forma, vários eventos se confundem um pouco e se complementam na memória, por não estarem interligados pela época em que aconteceram, mas por uma temática que os une. Ao montar uma cronologia de acordo com anos e datas, muitas vezes eu me sentia como uma impostora, como se eu estivesse me intrometendo muito na trajetória de dona Marta ou até “falsificando” os dados. Por fim, decidi estruturar o trabalho tanto por ordem cronológica como por área temática, dando mais ênfase a esta última.

No primeiro capítulo intitulado “Farinha de milho é parte importante da minha história” a temática predominante é a infância e juventude de dona Marta, até sua expulsão da roça por um fazendeiro por volta de 1970. As suas narrativas demonstram os significados da roça, terra de seus pais, assim como a importância para dona Marta da tradicional farinha de milho e os impactos da produção desta sobre seu corpo e sua vida. Já está presente o que dona Marta chama de “rodapé” da Associação da Mulher Trabalhadora: a revolta contra o machismo de seu pai.

O segundo capítulo “Era a Igreja que fazia essa formação” mostra o vínculo estreito entre a fé e prática religiosa e a luta política no auge da Teologia da Libertação e da luta acirrada pela terra na região de Unai. O enfoque do capítulo, no entanto, está na trajetória de dona Marta na cidade e no desenvolvimento da Associação da Mulher Trabalhadora. Dona Marta se engaja fortemente. Dona Marta, nas suas próprias palavras

“Participava dentro da cidade com a Associação da Mulher Trabalhadora, participava na zona rural com os que morava na zona rural e depois ainda tinha mais que veio essa defesa também da... da consciência negra. Que se misturava a tudo, principalmente na zona rural. Se mistura tudo.”

O terceiro capítulo “Eu sou do coco e luto pelo coco” narra com maior profundidade a atuação de dona Marta nessas frentes de luta. A maior motivação para seu envolvimento seria

a sua relação com a terra, de cuidado e afeto. Aqui terra diz respeito tanto ao território “roça de seus pais”, como à natureza em geral, que precisa ser protegida. A sua consciência negra é vinculada à sua identidade enquanto trabalhadora rural também. No final do capítulo discorro sobre seu projeto atual de ocupação da terra de seus pais e das suas preocupações com a sobrevivência de tradições familiares.

2. Panorama da Memória & Identidade - Uma breve discussão teórica

2.1 “Era essas três lutas e na zona rural é tudo muito junto e misturado” Memória e interseccionalidade de gênero, raça e classe

“La memoria nos habla de dónde venimos, qué problemas, qué luchas se dieron en medio, como así las mujeres estamos donde estamos, nos habla de como antes, también hubieron mujeres rebeldes. Nos permite recoger a mujeres de nuestras comunidades en sus resistencias antipatriarcales y nos permite reconocer a las que hoy todavía están en las comunidades y valorarlas, algunas de ellas ancianitas, valorar seus aportas a nuestras luchas como mujeres” (FeCAY, 2016, p.48)

“No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isto significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às 3 ou 4 horas da madrugada, para “adiantar os serviços caseiros” e estar às 7 ou 8 horas na casa da patroa até à noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo.” (GONZALEZ, 1979, p.13)

A historiografia oficial e diversos estudos de viés feministas recaem a um solipsismo branco, que deva ser entendido como a “a tendência de pensar, imaginar, e falar como se a brancura descrevesse o mundo” (SPELMAN, 1988, p. 116 apud OYÈWÚMI, 2000) atribuindo equivocadamente universalidade às experiências das populações brancas no mundo e omitindo a atuação dos povos não-brancos na história.

Nos Estados Unidos, Angela Davis (2016 [1981]) foi pioneira com *Mulher, Raça e Classe* ao descrever as estratégias de resistência das mulheres negras ao longo da história dos Estados Unidos. Aprender a ler e escrever foi um ato de resistência na época em que a educação não era só negada¹³, mas explicitamente proibida à população negra. As mulheres

¹³ Sueli Carneiro (2005) considera a negação à educação de qualidade também como epistemicídio. “Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de

negras nos Estados Unidos arriscaram suas vidas ao compartilhar esse conhecimento com seu povo. No Brasil, além da escrita literária, estudos da escravidão e pós-abolição lançam luz sobre as trajetórias e lutas de mulheres negras tanto naquela época, como na atualidade. Dessa forma, Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (2010) reconstrói a trajetória de tia Eva, ex-escravizada, importante história de vida para se compreender as origens da comunidade negra tia Eva, assim como a história de Maria do Povo, líder sindical e liderança da comunidade quilombola Tapuio. Na medida em que o autor apresenta sua trajetória, ele também elabora uma etnografia dos movimentos negros do Piauí. (PLÍNIO DOS SANTOS, 2014).

Lélia Gonzalez (1979) elucida de quais maneiras “gênero e etnicidade são manipuladas de tal modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho “coincidentemente” pertencem às mulheres e à população negra” (p.3), como toda, assim como os subempregos. Afim de não cair em um economicismo, é preciso levar em consideração as práticas sociais e os aspectos políticos e ideológicos do racismo e da misoginia. O privilégio branco é um conceito-chave para se compreender como a branquitude se beneficia da exploração dos grupos não-brancos. “Ou seja, além da exploração econômica, o grupo branco extrai uma *mais valia* psicológica, cultural e ideológica do colonizador” (HASENBALG, 1977, p.50 apud GONZALEZ, 1979, p.7). Gonzalez (1979) também ressalta à internalização da inferiorização por parte das populações não brancas. O mito da democracia racial é acionado para encobrir o racismo no Brasil e atribuir à própria população negra a responsabilidade pela falta de ascensão social e por não participar “com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais” (p.12). A marginalização da mulher negra é vinculada estreitamente aos papéis que lhe são atribuídos no imaginário social brasileiro: a de “domésticas” ou “mulatas”.

“O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar, etc.. Já o termo “mulata” implica na forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos nacionais burgueses.” (GONZALEZ, 1979, p.16)

morte a racionalidade do subjogado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. “ (CARNEIRO, 2005, p.97)

Bell hooks (1995) em *Intelectuais Negras* também descreve as dificuldades de acesso à educação e principalmente, para mulheres negras, questões internalizadas como da mulher negra enquanto ser que deva servir à sua família e comunidade e retrata como muito sexualizada, isto é, apenas corpo e não mente.

“O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. (...) Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas, faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. (...) foi ela [a empregada doméstica] quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa, de acordo com o sistema de dupla jornada, como já vimos. (...) Nesse sentido, o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se pode perceber a necessidade de denegação do racismo. (...) é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca se tem feito às custas da mulher negra” (GONZALEZ, 1979, p.15)

Dona Marta precisou “jogar tudo para o alto” para poder estudar e trabalhar. Assim como tantas outras mulheres negras rurais, quilombolas ou não, precisou trabalhar como empregada doméstica para dar seguimento a seus estudos na cidade e trabalhou como “serviçal” na área de limpeza em uma escola, até que, com muito esforço, conseguiu concluir o magistério e fazer o curso de auxiliar de bibliotecária. Durante todo esse tempo nunca abriu mão de suas atividades políticas e sociais, além de sempre ser a principal responsável pelos cuidados e educação de seus cinco filhos. Diversas vezes a sua atuação política se tornava mais desgastante por causa do racismo. Um exemplo que elucida bem essa questão é quando a AMTU recebia auxílio financeiro e o atendente no banco deixava subentendido que se tratava de “Lau Lau”, ou seja, algum tipo de roubo e dificultava o processo de emissão do dinheiro, ocasionando um maior desgaste emocional e físico à dona Marta. Outro exemplo é a superexploração no seu emprego como auxiliar de bibliotecária, em que suas colegas deixavam mais trabalho para ela, “porque eu era a negrinha né.”. “Não pegavam nem um livro que caia no chão”. Dona Marta se direcionou à diretoria para propor uma melhor divisão de tarefas. “Tem hora que a gente fica até assim: isso aconteceu mesmo? Pra você vê tudo que eu tive que passar, tudo de humilhação”

Carneiro (2003) fala sobre as práticas de resistência e meios de superação impressionantes das mulheres negras a partir da sua exclusão e marginalização social. Dessa forma, ela pergunta:

“O que possibilitou que a primeira romancista brasileira¹⁴ fosse uma negra a despeito das contingências sociais em que ela emergiu? (...) Os efeitos do racismo e do sexismo são tão brutais que acabam por impulsionar reações capazes de recobrir todas as perdas já postas na relação de dominação. O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas. Sumariamente, podemos afirmar que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil.” (CARNEIRO, 2003, p.129)

Algumas contribuições importantes da ação política das mulheres negras numeradas por Carneiro (2003) foram o reconhecimento cada vez maior da “falácia da visão universalizante de mulher” (p.129) e, portanto, da necessidade de políticas específicas para mulheres negras, reconhecimento das diferenças entre mulheres e dos privilégios das mulheres brancas. Por isso a mobilização de mulheres negras expôs a necessidade de um recorte racial ao tratar da feminização da pobreza. Além disso, Carneiro (2003) cita “o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil”, “o reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a branquura, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não brancas.” (p.130) A discussão dessas questões no espaço público estão promovendo uma ampliação das noções de democracia, igualdade e justiça social, “noções sobre as quais gênero e raça impõem-se como parâmetros inegociáveis para a construção de um novo mundo.” (CARNEIRO, 2003, p.130)

Não é por acaso que os cinco principais “campos de ação e luta políticos” (PAREDES, 2014, p.36) propostas pelo movimento feminista autônomo Comunidad Mujeres Creando Comunidad, protagonizado por mulheres indígenas da Bolívia, são corpo, espaço, tempo, movimento e memória. Campos que foram colonizados e que é preciso descolonizar para alcançar a despatriarcalização. Dessa forma seria preciso olhar para as opressões que

¹⁴Ela se refere à Maria Firmino dos Reis, mulher negra, nascida em São Luís, Maranhão em 1825. Ela era abolicionista e autodidata, poetisa, compositora de música e professora da rede pública. Fundadora da primeira escola mista para meninas e meninos, foi também a autora da letra do hino da libertação dos escravizados do Maranhão. Ela foi pioneira nas escritas acerca da escravidão. (SILVA, 2011) O seu romance Úrsula, publicado em 1859 traz vários relatos da escravidão e de nostalgia e saudades da África. No prefácio do romance ela pede desculpas, um ato comum à maioria das escritoras do século XIX no Brasil, “Pede desculpas, reconhece que, por ser mulher [e, acrescentamos, negra], sua tarefa era mais árdua, porque teria de enfrentar muitos obstáculos. Afinal, contrariando a morfologia do termo, no século XIX, a palavra era masculina [e branca] , o que ficava para as mulheres era o silêncio” (SILVA, 2011, p.13)

atravessam todos esses campos. A despatriarcalização e a descolonização andam de mãos dadas, portanto para a libertação dos povos a despatriarcalização seria imprescindível.

A “luta” é a noção mais presente nas narrativas de dona Marta. Sua história de vida é também uma história de lutas. Dona Marta se refere à luta tanto no sentido de uma batalha para viver e alcançar seus objetivos individuais, como enquanto ação política coletiva, que seria o caso da luta pela terra e a luta do povo negro, ambas as lutas dizem respeito às mulheres também, para além das lutas contra opressões que atingem *somente* elas.

A partir das entrevistas com trabalhadores/as rurais, Comerford (1999) denomina uma das categorias de luta como o “lutar para viver”. Aqui, o conceito “luta” qualifica as dificuldades do cotidiano, sobre tudo em relação ao trabalho. Dessa forma, dona Marta afirma que “foi uma luta para conseguir que meus filhos estudassem” por “naquela época” não ter tantas escolas públicas e ela ter que trabalhar bastante para pagar a educação formal dos filhos.

Tanto a luta pela educação de seus filhos e a sua própria, como a luta com o seu filho¹⁵ são caracterizadas por dona Marta como lutas mais pessoais, apesar de também as inserem no contexto maior comum a trabalhadores/as pobres, explicitado por ela quando dona Marta afirma, acerca da “luta” com o seu filho: “essa é a história de muitas comunidades”, se referindo as comunidades negras e periféricas às quais ela se sente pertencente, assim como quando ela diz: “para nós pobres, naquela época, era assim (...)”

Por outro lado, a luta com o seu filho também diz respeito à codependência¹⁶ da família, noção muito enfatizada por dona Marta, segundo a qual a família como toda precisaria buscar tratamento espiritual e psicológico e não apenas o membro da família que faz um uso problemático de substâncias. A codependência se manifesta principalmente como uma dificuldade de impor limites aos comportamentos abusivos da pessoa querida em situação de transtorno, afetando a saúde mental da família.

De acordo com Comerford (1999): “Luta refere-se a tudo aquilo que se é obrigado a enfrentar no dia a dia para viver dignamente. É uma noção que aponta sempre para a dimensão do sofrimento” (p28). Por isso, quando dona Marta pergunta: “De onde vem o aprendizado?” e conclui ela mesma que este vem “do sofrimento”, pois “quem quer ser feliz, tem que cuspir sangue”, ela está caracterizando a sua história de vida enquanto uma história

¹⁵ Mencionada na parte “Narrativa própria de dona Marta sobre a pesquisa”

¹⁶ Esse conceito dona Marta aprendeu em curso para familiares oferecido pela Comunidade Terapêutica Mente Aberta para familiares.

de lutas. Em termos de sofrimento, o que diferenciaria a luta pela terra da luta na vida cotidiana seria a presença de ameaças de violência e agressões por parte dos inimigos da luta, os “grandes”, proprietários de fazendas com poder aquisitivo e seus “capangas”¹⁷ e a ênfase no caráter comunitário a importância da união para além do esforço individual.

Comerford (1999) sugere que o surgimento de forma mais enfática das noções de “luta” nas narrativas de trabalhadores/as rurais seja oriundo do desenraizamento, como é promovido pela expulsão do campo.¹⁸ O autor relaciona esse “desenraizamento” com uma série de faltas e perdas, como a perda de recursos como a terra, a falta de “possibilidades de lançar mão de um capital de habilidades e conhecimentos” e a falta de “condições para melhor se inserir nas situações transformadas (falta de instrução formal, por exemplo)”, entre outras. (COMERFORD, 1999, p.43)

Com exceção das lutas que são mais pessoais, apesar de suas dimensões coletivas, as três maiores lutas de dona Marta e que “na zona rural” são “tudo muito junto e misturado” são as lutas das mulheres, dos negros e a luta pela terra. Todas as lutas são “muito junto e misturado” para dona Marta, pois todas elas dizem respeito a ela e a muitas outras mulheres de origem rural em Unai. “Tudo junto e misturado” também ressalta a união necessária de todos os grupos oprimidos para que possam se libertar e que, se um desses não se libertar, nenhum dos outros realmente o será. Isso também se dá, porque “as mulheres”, como afirmam as feministas comunitárias da Bolívia (PAREDES, 2014), são a metade de cada povo e de tudo. Portanto, todas as outras questões dizem respeito às mulheres também. Dessa forma, a luta dos negros é uma luta de mulheres, a luta pela terra é uma luta muito protagonizada por mulheres e a luta dos povos indígenas pelas mulheres indígenas. Acredito que essa música do acervo da Associação da Mulher Trabalhadora sintetiza bem esse argumento:

NÃO NOS MOVERÃO.

REFRÃO: NÃO NOS MOVERÃO! NÃO NOS MOVERÃO! (bis)
COMO UMA ÁRVORE FIRME JUNTO AO RIO! NÃO NOS MOVERÃO!

- Unidos aos operários - Não nos moverão! Unidos em nossas fábricas. Não nos moverão. COMO UMA ÁRVORE...

¹⁷ Homens contratados “pelos grandes” para ameaçarem ou cometerem delitos e agressões contra “os pequenos”. Durante meu campo, os motivos das ações dos capangas eram principalmente amedrontar os/as trabalhadores/as e impedir suas ações políticas.

¹⁸ Perguntada a uma trabalhadora se ela preferiria um pedaço de terra ou um salário melhor, ela não hesita em responder “era melhor um pedacinho de terra”. (CAMERFORD, 1999 p.26)

- Unidos aos lavradores - Não nos moverão! Pela reforma agrária. Não nos moverão. COMO UMA ÁRVORE...
- Unidos aos índios - Não nos moverão! Em sua luta pela terra - Não nos moverão. COMO UMA ÁRVORE...
- Unidos aos negros - Não nos moverão! Contra a marginalização - Não nos moverão. COMO UMA ÁRVORE...
 - Unidos às mulheres - Não nos moverão! Na conquista de seus direitos - Não nos moverão... COMO UMA ÁRVORE...
- Unidos na luta... Não nos moverão, unidos até a morte - Não nos moverão! COMO UMA ÁRVORE...

2.2 “Essa minha paralisia veio desse esforço a mais” - Corpo e Cansaço

“Outro dia, defronte a uma paciente que narrava a elaboração de um processo de adoecimento, se fez claro pra mim o quanto nossas corporeidades – a minha e a dela – estavam carregadas de memória; e que a memória, assim como o pensamento, não paira em qualquer lugar acima de nossas cabeças ou se esconde em algum recôndito local de nossos cérebros. A memória está nos músculos, na pele, no cérebro, nos órgãos. A memória está nos intestinos, numa contração corriqueira da musculatura, em uma dificuldade absoluta em confiar a pele ao toque, na expressão do rosto. E esta memória não diz respeito apenas à nossa existência singular, mas também à nossa ancestralidade e à nossa inserção no mundo. (...) Nosso corpo carrega também a memória do seu cotidiano de vida e trabalho, que diz respeito ao lugar social que ocupamos no mundo. (...) Trazemos em nossa corporeidade diversas memórias: memória ancestral, memória de uma vida pessoal, memória que se constrói cotidianamente pela forma que habitamos o mundo e pelo atravessamento das forças políticas em nossa existência. É importante ressaltar que essa matéria que é nosso corpo é também matéria do mundo e está aberta às suas afetações.”

Alice Reis, *Matéria é Memória*, coluna Desha, 17 de setembro de 2017

O corpo, intimamente vinculado à memória e à identidade, principalmente “em situações onde predomina o trabalho corporal” (MALUF, 1999, p.71) narra a história pessoal. Marta me mostrou a marca em sua mão no exato local onde a tesoura encaixava. Marca oriunda do seu trabalho no antigo Centro Educacional do Menos (CEM, atualmente Centro Educacional da Criança e do Adolescente) e como auxiliar de bibliotecária. “Sempre ficava com dores no ombro também de tanto levantar aquela tampa da máquina de fazer cópias.”

Até hoje Marta carrega as marcas claras de um fungo que surgiu acompanhado de uma intensa coceira perto de seu tornozelo meses após o falecimento do seu marido. “Eu continuei minhas atividades normais aí meses depois que eu fui sentir [a tristeza da perda] e fiquei assim.” Dona Marta explica o adoecimento em períodos de estresse emocional com uma diminuição da imunidade. Por isso ela teria ficado mais vulnerável a fatores externos, como o fungo.

A bicicleta sempre foi e continua sendo seu meio de transporte mais corriqueiro na cidade e na roça. Dona Marta era responsável por fazer as compras para a creche da Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí. Por anos todos os dias ela saía às pressas do serviço para fazer compras e ir até a creche. Ela sempre ia de casa em casa distribuir convites para as reuniões da AMTU. Na bicicleta, dona Marta carregava também as colchas de retalho e as sacolas de pano fabricadas para complementar sua renda. Dona Marta tinha muita distensão muscular¹⁹, porque por anos ela precisava parar a bicicleta com o pé por não ter as mãos livres, porque carregava materiais diversos na bicicleta. Hoje em dia, o médico já advertiu de que ela correria risco de trombose²⁰ pelo esforço de sempre caminhar a pé ou ir de bicicleta até a roça. A sua labirintite²¹ “ataca”, quando ela fica muito nervosa, motivo pelo qual ela tem evitado os noticiários e refletir muito sobre a situação política atual.

Já sua paralisia facial Marta atribui à falta de sono, porque na maior parte de sua vida ela sempre esteve na correria entre uma reunião e outra, entre um trabalho e outro, incluindo o serviço doado à igreja católica e ao Partido dos Trabalhadores, com poucos períodos de descanso. Além disso, as festas organizadas pela Associação da Mulher Trabalhadora duravam até três dias. “Eu só conseguia descansar quando acabava.”

¹⁹ Lesão ocasionada por esticar um músculo demais, gerando ruptura de algumas fibras musculares ou do tendão como todo.

²⁰ Trombose Venosa Profunda (TVP) consiste na formação de um coágulo em uma ou mais partes do corpo, geralmente nas pernas.

²¹ Doença do ouvido que afeta a audição e o equilíbrio. Alguns dos principais sintomas são vertigem, náuseas e zumbidos no ouvido.

“Era uma luta muito grande. E eu falo que esse cansaço meu de ter uma paralisia. As pessoas fala que não, que a paralisia não tem nada a ver com isso, mas quando o médico fala que meus nervos da cabeça desgastou, e a gente sabe: porque na hora que eu tô conversando você vê na hora que eu fico mais emocionada a minha cara fica tortinha. Então é o quê: é esforço demais que cê tinha que fazer. Essa minha paralisia veio desse esforço a mais. Quantas vezes eu tive que fazer relatório três horas da manhã que eu ia trabalhar às seis. Três horas da manhã eu tava fazendo relatório pra apresentar daquilo que eu fui ou pra dar uma palestra, falar num encontro que vai acontecer, cê entendeu? Aí agora hoje eu fico com vergonha [da paralisia] mas tem hora que eu falo: mas gente eu não preciso ficar com vergonha não, mas, só porque tem aquele dizer: nunca cê fez demais! Mas eu já fiz, num tô mais dando conta!”

Várias vezes ela voltava de ônibus de algum encontro, por exemplo, saindo de Belo Horizonte domingo, oito da noite e chegando segunda-feira, seis da manhã, e por pouco não se atrasava para o serviço na escola em que trabalhava como auxiliar de bibliotecária. O seu cansaço era intensificado pela sobrecarga no trabalho, como já mencionado na primeira parte desse texto, em que nos primeiros anos trabalhando na biblioteca da escola as suas colegas deixavam a maior parte do trabalho para ela. “Eu era a negrinha, né, a negrinha. Até papel que caía no chão elas deixavam pra eu pegar.” Ela foi até a reitoria da escola e pediu por uma divisão do trabalho regulamentada. “Depois dessa minha conversa, dessa minha reivindicação cada uma tinha a sua estante e era responsável por essa estante e acabou essa exploração pelas outras.”

2.3 “Eu sou uma mestra de vida” - História de vida de anciãs

A velhice, assim como raça e gênero, é uma categoria social. O processo biológico de envelhecimento é vivido de forma diferente a depender do universo social e simbólico em que a pessoa está inserida e, na sociedade de classes capitalista marcada por relações de poder desiguais, essa vivência também é determinada por classe, gênero, raça, orientação sexual e outros marcadores. De acordo com Bosi (2009 [1979])

Quando as mudanças históricas se aceleram e a sociedade extrai sua energia da divisão de classes, criando uma série de rupturas nas relações entre os homens e na relação dos homens com a natureza, todo sentimento de continuidade é arrancado de nosso trabalho. Destruirão amanhã o que construímos hoje. (...) A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. (BOSI, 2009 [1979], p.77)

Por isso a transmissão do conhecimento, que lhe levou toda uma vida para construir, e dessa forma deixar um legado imaterial se torna uma preocupação central da anciã e do ancião. Isso ficou muito nítido para mim durante a convivência com dona Marta, a nostalgia perpassando suas narrativas; ela se preocupa com o consumismo exacerbado e o desrespeito à natureza e se recorda com saudade da simplicidade de um passado difícil e doloroso, mas ao mesmo tempo alegre e prazeroso. Nas reuniões da família, nas rodas em torno da fogueira, nos brinquedos feitos com o que havia no meio, como madeira e palha, e nos doces típicos está a felicidade para ela. Para a pessoa idosa revisitar lembranças e reelaborá-las sob a luz do presente é um exercício diferente do que para a pessoa adulta no auge da vida produtiva economicamente, pois

“Ao lembrar do passado ele [o idoso] não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida” (BOSI, 2009 [1979], p.60)

Essa seria a função própria da pessoa idosa “a de ser memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade...” (BOSI, 2009 [1979], p.63). Dessa forma, dona Marta, nas palavras de uma parente sua, “já é patrimônio dos universitários”, pois de tempos em tempos é convidada para palestrar sobre como era a agricultura familiar antigamente, “como se combatia as pragas? Como foi sua participação na luta pela terra? Fale mais sobre a Associação da Mulher Trabalhadora de Unai!” Ela já foi convidada também para palestrar sobre cotas raciais. A forma como se narra as lembranças também revela algo sobre *como* a pessoa se lembra. “A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória” (BOSI, 2009 [1979], p.68)

Em uma sociedade marcada pela mercantilização, não apenas dos alimentos e dos produtos do trabalho, mas também das relações sociais e do próprio ser humano, a produtividade do indivíduo muitas vezes determina o seu valor. Por isso, pessoas que - aparentemente ou de fato - não alcançam a norma da produtividade imposta, sejam estas pessoas com deficiência, pessoas neuroatípicas²² ou então, as pessoas idosas, são desvalorizadas pela sociedade e pelo mercado de trabalho. Se o valor da pessoa é medida pela sua produtividade, cujas medidas provém de um corpo normativo, que seria o “corpo perfeito”

²² Termo usado para designar pessoas com transtornos psicológicos ou deficiências intelectuais.

- geralmente o homem branco hetero cisgênero neurotípico²³ e sem deficiência - tudo que foge dessa norma é considerado menos produtivo.

Talvez essa seja uma das explicações para a discriminação e marginalização, que se manifesta entre outras através da infantilização da pessoa idosa na sociedade industrial, semelhante ao que ocorre com pessoas neuroatípicas, pessoas com deficiência e outras, que então não são respeitadas, mas apenas toleradas.

“Não se discute com o velho, não se confrontam opiniões com as dele, negando-lhe a oportunidade de desenvolver o que só se permite aos amigos: a alteridade, a contradição, o afrontamento e mesmo o conflito. Quantas relações humanas são pobres e banais porque deixamos que o outro se expresse de modo repetitivo e porque nos desviamos das áreas de atrito, dos pontos vitais, de tudo o que em nosso confronto pudesse causar o crescimento e a dor! Se a tolerância com os velhos é entendida assim, como uma abdicação ao diálogo, melhor seria dar-lhe o nome de banimento ou discriminação.” (BOSI, 2009 [1979], p.78)

Dessa questão provém a felicidade e a surpresa de dona Marta no seu convívio com jovens universitários, quando estes “mostram abertura” para com os velhos. Eu fiquei muito impressionada com a abertura de dona Marta para os jovens e com suas opiniões, que me pareciam tão incomuns para uma senhora de sua idade, e pouco refletia sobre o inverso: a escuta dos jovens aos conselhos e histórias dos velhos. “Mas é bonito também os jovens darem valor e ter essa abertura pra gente”, nas palavras de dona Marta, ou seja, dar importância às histórias de velhos.

“Bastide²⁴ observa, a propósito das doenças que a velhice acarreta, que não se deve confundir senilidade, que é um fenômeno patológico, com senescência, que é um estado normal do ciclo da vida. E pergunta se a senilidade é um efeito da senescência ou um produto artificial da sociedade que rejeita os velhos” (BOSI, 2009 [1979], p.80)

Em última instância a rejeição dos velhos acarreta na sua desumanização. Como deveria ser uma sociedade para que não ocorra a desumanização de ninguém? A essa pergunta Ecléa Bosi responde:

“é preciso mudar a vida, recriar tudo, refazer as relações humanas doentes para que os velhos trabalhadores não sejam uma espécie estrangeira. Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade é que as

²³ A pessoa neurotípica não apresenta transtorno ou deficiência mental.

²⁴ Em Bastide, Roger; Sociologie des maladies mentales. Paris: Flammarion, 1965

minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido.“ (BOSI, 2009 [1979], p.81)

Semelhante aos idosos e idosas entrevistados/as por Ecléa Bosi (2009, [1979]), que agradecem por poderem lembrar e contar a própria vida, como dona Alice afirma: “é bom a gente lembrar” (p.480), dona Marta também diz ter gostado de “ser levada há 30 anos atrás” fazendo uma viagem ao tempo, relembrando a sua infância e avaliando que esta foi boa.

Dona Marta é uma idosa muito forte física- e psicologicamente, completamente lúcida e ainda engajada no trabalho: tanto nos afazeres domésticos, os trabalhos na roça, quanto no trabalho voluntário. Ela ajuda nos almoços beneficentes da Comunidade Terapêutica Mente Aberta de Unaí. Através do contato com a universidade ela exerce a função de “mestra de vida”, em suas próprias palavras: lembrar e passar adiante seus aprendizados e conhecimentos estes que vieram “pela dor, pelo sofrimento”, pois para chegar onde ela está hoje em dia e ver os netos crescendo ela teve que “cuspir sangue”.

2.4 “Para mim isso é o paraíso” - Memória, Identidade e Territorialidade

“Dentro do território Tapuio os passos são marcados pela irregularidade do solo nos caminhos e trilhas que nos levam de uma casa a outra. Essa terra que é pisada é uma “terra da memória”, pois marca o passado e o presente dos que estão sob ela.” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2012, p.94)

Memória e identidade estão intimamente conectadas. A memória, como demonstra Pollak (1989, 1999) é constitutiva da identidade. A identidade pode ser entendida tanto como fruto de autopercepção, autoafirmação ou do sentimento de pertencimento a determinado grupo. Ela também pode ser oriunda de apropriação política de certa definição, o que ocorre, por exemplo, quando uma comunidade negra rural, que usava outro nome para se referir a si mesma, passa a se reconhecer como quilombola e reforçar sua identidade para fins de valorização desta no âmbito público (O'DWYER, 2007).

Sob todos esses ângulos, a identidade também molda o olhar que teremos sobre nossas próprias lembranças, pois estas são ressignificadas a partir da conscientização sobre nosso

pertencimento a determinado grupo ou segmento da sociedade. Outra influência da identidade sobre a memória é que passamos a reconhecer a memória coletiva do grupo como sendo nossa também, individualmente, pois ela explica nossa posição no mundo e nos oferece orientação sobre nossos objetivos enquanto grupo e os possíveis caminhos que podemos seguir. (PAREDES, 2014)

Devido a seu auto reconhecimento enquanto mulher negra e trabalhadora rural, as memórias de dona Marta e sua identidade são elaboradas, pensadas e ressignificadas a partir da memória coletiva da população negra da região, das suas vivências em comum do período de escravidão e pós-abolição. A memória da população negra é uma “memória subterrânea” (POLLAK, 1989, 1992), silenciada e em disputa com uma memória oficial, que muitas vezes é conciliadora e preocupada em construir uma identidade nacional homogênea.

Em “*Fiéis Descendentes*” Plínio dos Santos (2010) demonstra a importância da memória, individual e coletiva, para a territorialidade, pois ambas determinam o sentimento de pertencimento à comunidade. Através da memória dos idosos das comunidades rurais e urbanas pesquisadas, o autor constata a existência de “comunidades negras rurais quilombolas, suas redes e conexões.” (p.33). De acordo com Plínio dos Santos (2006)

“A memória é um fio condutor para se entender a identidade e a territorialidade, sendo assim, a memória coletiva aparece como um discurso da alteridade, na qual a posse de uma história e de uma memória dão ao grupo sua identidade. “ (PLÍNIO DOS SANTOS, 2006, p.44)

Plínio dos Santos (2006) retoma autores que se referem à história como cultura, como Clifford Geertz, Robert Darnton e Michel Sahlins. Dessa forma, para Geertz (1989 apud PLÍNIO DOS SANTOS, 2006, p.44) a cultura é definida como um “padrão historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas (...)”. A partir da perspectiva de história como cultura, Plínio dos Santos (2006) afirma que “A cultura é ordenadora do processo histórico ao mesmo tempo que é por ela ordenada”, porque, de acordo com Sahlins (1990) “os significados das coisas são avaliadas à medida que

são sancionadas pelas práticas dos sujeitos.” (SAHLINS, 1990 apud PLÍNIO DOS SANTOS, 2006, p.45)

A memória surge então como um aspecto central, que constitui o sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, pois ela promove o sentimento de “continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução”. (POLLAK, 1988 p.205 apud PLÍNIO DOS SANTOS, 2006, p.86)

“A construção das identidades está também atrelada às lembranças vividas e às rememorações por ‘ouvir contar’. Não há nenhuma diferença qualitativa, assim como entre o passado imemorial e as evocações reais.” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2006, p.86)

A roça, a terra da família Pereira dos Santos e dentro desta, alguns espaços em particular, são associados a acontecimentos diversos e dessa forma se constituem como “lugares da memória”, que possuem uma relevância especial enquanto referências para a memória individual. Esses lugares também inserem a memória particular na memória coletiva. (NORA, 1993. POLLAK, 1992). De acordo com a definição de Nora “lugares da memória” não se restringem aos espaços geográficos delimitados por fronteiras físicas. “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Todas as sociedades precisariam de lugares para “ancorar sua memória”. (NORA, 1993, p.9)

Os elementos que possuem destaque nas suas narrativas, como a farinha de milho, a roça, a terra como remédio, o óleo de mamona, a partir dos quais muitas vezes dona Marta organiza suas lembranças, são constitutivos da identidade de dona Marta enquanto mulher negra trabalhadora rural. Algumas narrativas de dona Marta sobre o Projeto Bem-Viver²⁵ da Família Pereira dos Santos, que envolve a reocupação da roça, evidenciam seu desejo de passar adiante os conhecimentos, saberes tradicionais e a religiosidade de sua família. Essas narrativas também revelam a dimensão identitária que estes possuem para ela, associando estes elementos à sua negritude.

²⁵ Aprofundo mais esse projeto no terceiro capítulo “A luta pela terra e a luta do povo negro”

“Eu colocaria assim: Família Pereira dos Santos²⁶, que vem de uma família tradicional de trabalhadores rurais com culturas do negro, o tipo de convívio familiar, tipo tradicional de formação de família, de religião, de produção para sobreviver. (...) A gente ensinar as nossas crianças a conviver com as coisas do meio. Nós negros têm essa coisa: usar o que tem entre nós. Isso era a forma de cultura e do meio de sobrevivência, não precisava ter dinheiro pra ter brinquedo.”

A roça da família de dona Marta, situada na região fazenda Taquaril, no município de Unai, é uma terra-território, pois é um espaço permeado por significados e lembranças significativas para toda a família Pereira dos Santos, além de ser um espaço de produção, de lazer e fonte de remédio e de alimento. Assim como “terra” o território é um conceito permeado por múltiplos significados, que, de acordo com Borges (2014), “se define contextualmente” (p.433). O geógrafo Milton Santos (2007) conceitua o território de forma bem ampla como

“o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (SANTOS, 2007, p.13)

A roça da família como território é intimamente vinculado à sua identidade enquanto família negra de origem rural. Atualmente a família vive aos poucos um projeto de se voltar mais para a roça e para a reocupação dessa terra, aspecto que aprofundo no último capítulo.

“O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas sobrepostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2007, p.14)

Por causa dos significados que dona Marta atribui a esse pedaço de terra, que se torna um território vinculado à identidade de dona Marta, é possível falar em “territorialidade”. A roça é um território, “um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável.” (MEDEIROS, 2009, p. 217) É um espaço “defendido, negociado, cobiçado, perdido, sonhado cuja força afetiva e simbólica é forte.” (MEDEIROS, 2009, p.218)

²⁶ Dos Santos é o sobrenome da família de dona Marta a partir de seus pais, “de Oliveira” é o nome de seu marido que ela adotou após o casamento.

“Para mim a terra é o paraíso. Mesmo com toda a minha fé, quando eu acordo de manhã, antes do altar o que vem à minha mente é a roça. É a primeira coisa em que eu penso.”, narra dona Marta. A territorialidade se expressa na apropriação afetiva e no sentimento de pertencimento por parte de Dona Marta à roça. (HAESBEAERT, 2004) Por isso, a sua territorialidade se manifesta no sentimento de afeto, de carinho por esse território, sempre presente em sua narrativa. Assim afirma Haesbaerg (1997)

“O território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva.” (HAESBAERT, 1997, p.41 spud MEDEIROS, 2009, p.218)



Foto 2: Dona Marta no seu paraíso. Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018

Como descreve Haesbaerg (2004), todo território é sempre simultaneamente funcional e simbólico. Não há território completamente destituído de carga simbólica, mesmo que uma maior ênfase seja atribuída a seu valor funcional. Ao olhar atentamente para a natureza, dona Marta vê os galhos de uma árvore e enxerga nestes a figura de Nossa Senhora de braços abertos, como se ela estivesse abençoando o mundo. Essa imagem evidencia bem o aspecto

divino da natureza para dona Marta, e especificamente da roça, um espaço- âncora de tantas memórias e lembranças. “É um mistério... Só Deus para saber... “, ela me diz. Em diálogo com Lefebvre e Sack, Haesbaerg (2004) escreve acerca da territorialidade

“A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (SACK, 1986, apud HAESBAERT, 2004)

A família se reapropria não somente através da criação de animais, como galinha e porcos, através das plantações e hortas e da construção gradativa de barracos e casas, mas também celebrando acontecimentos importantes lá, como casamentos e festas de aniversário. Dessa forma, a família vai se reorganizando no território, revivendo e afirmando também sua territorialidade enquanto família.



Foto 3: Dona Marta na cruz onde seu pai sempre celebrava a folia dos reis, Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018

3. “Farinha de milho é parte importante da minha história” - Vida na roça e expulsão do campo

3.1 Infância na fazenda Taquaril

Dona Marta nasceu no dia primeiro de julho de 1944 e viveu sua infância em um terreno dentro da fazenda de Taquaril, localizada no município de Unaí em Minas Gerais. Ela é a segunda filha de Eugênio e Dominga Pereira dos Santos, um casal negro retinto. Sobre a origem deles, dona Marta sabe muito pouco, apesar de já ter buscado reconstruir a trajetória que percorreram através das relações de compadrio que seus pais estabeleceram ao longo do caminho. Segundo dona Marta: “Eles vieram da região dos negros, vindo do Noroeste, do lado de Diamantina e passaram por Paracatu até chegar aqui.” Dona Marta só conheceu a sua avó materna, Joana D’Arc, negra retinta também, da qual ela era muito próxima. “Quando eu era criança eu gostava muito de dormir, dormia demais e ela cobria pra mim no trabalho pra eu não apanhar.” A mãe de Joana D’Arc era indígena e seu nome foi esquecido.

Na casa na fazenda Taquaril moravam quinze pessoas: os pais, irmãos e irmãs de dona Marta e um tio e uma tia dela. Quando conheci a casa, muito velha e precisando de manutenção, fiquei muito impressionada. Quinze pessoas morando em um espaço tão pequeno! “Dormia todo mundo amontoado né!”, disse dona Marta rindo da minha cara de surpresa. “Dormia várias pessoas juntas em uma cama. A gente não ficava muito em casa, era mais pra dormir mesmo. Passava o dia trabalhando e à noite sentava em torno da fogueira.” Dona Marta relembra as “gracinhas” que uns faziam com os outros sentados em torno de uma fogueira, contando histórias e cantando²⁷. A voz e a expressão facial de dona Marta revelam sua nostalgia quando ela fala da época em que morava em Taquaril. Esse período também é lembrado como um tempo de maior união da família e menor vulnerabilidade. Problemas

²⁷ Um momento belo durante o trabalho de campo aconteceu na antiga casa de Dominga na cidade, que atualmente é habitada por Maria e Geralda, irmãs de dona Marta. Marta e Maria estavam cantarolando e tentando lembrar as músicas que cantavam naquela época na fogueira. Duas que elas se lembraram foi a “Colcha de retalho”, que depois descobri que era da banda “Cascatinha e Inhana” e a “Moda da mula preta” dos cantores Tônico e Tinoco.

Uma parte que cantaram da Colcha de retalho foi: “Aquela colcha de retalhos / Que tu fizeste / Juntando pedaço em pedaço / Foi costurada / Serviu para o nosso abrigo / Em nossa pobreza / Aquela colcha de retalhos / Está bem guardada / Agora, na vida rica que estás vivendo / Terás como agasalho colcha de cetim / Mas quando chegar o frio no teu corpo enfermo / Tu hás de lembrar da colcha / E também de mim” e da “mula preta”: “Eu tenho uma mula preta de sete palmos de altura / (...) Mas moça feia e marmanjo na garupa a mula pula” Rimos bastante do desfecho das canções.

relacionados ao uso problemático de substâncias químicas e criminalidade, na visão de dona Marta, estariam tornado a família cada vez mais vulnerável.

Havia uma salinha que era usada para guardar arroz, milho e outros bens. Me mostraram algumas mudanças que tinham sido feitas na casa ao longo do tempo e o local onde Caetana, tia de Dona Marta, uma mulher com deficiência ficava sentada, na frente de seu quarto, que dividia com muitos parentes. “Ela via a avó [Joana D’Arc] passar por aí [após a morte desta]”, disse Geralda. “Ela [Caetana] não falava, mas mostrava com as mãos, o laço no seu cabelo e o caminho que ela tinha ido. Ela [Joana D’Arc] entrava pela porta e ia até o fogão.”



Foto 4 : Antiga casa de Dominga e Eugenio Pereira dos Santos. Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018

O terreno de 3,0352 hectares na fazenda Taquaril foi inicialmente cedido pelo dono da fazenda e de um engenho, no qual Eugênio trabalhava. Depois, Eugênio comprou o terreno. “Eu até achava que ele tinha recebido a terra apesar de ter o documento de compra, mas depois eu descobri que não, que ele comprou mesmo”, contou Dona Marta. O terreno na fazenda Taquaril, carinhosamente chamado de “nossa roça” (da família) é considerado tão pequeno pelos moradores da região que Seu Eugênio não fazia parte dos “pequenos fazendeiros”, mas sim dos “chacareiros”.

Dona Marta se sensibilizou ainda muitos anos depois de adulta com a situação dos chacareiros “de tanto eu ver o sofrimento do meu pai.” O maior sofrimento se dava pela falta de políticas públicas voltadas para os chacareiros. A maior consequência do descaso com eles era a dificuldade de manter as plantações em estado favorável. Uma grande questão além da aquisição de sementes era o serviço de trator para preparar a terra. Os tratores eram propriedade dos grandes fazendeiros e pagos por horas trabalhadas. Portanto, as primeiras terras a serem aradas eram dos grandes proprietários e só depois se trabalhava a terra dos pequenos. Por isso, a família passava muita necessidade. A época de preparar a terra terminava e muitas colheitas não rendiam. Esse fato levou Dona Marta por volta de 2001 a realizar um projeto com os chacareiros da região, cujas ações visavam promover uma maior autonomia destes. Uma das ações foi a compra de um trator coletivo. Eugênio produzia rapadura, da qual uma parte ficava para José Rosa, dono do engenho, e a outra para sua família, uma relação de trabalho bem comum na região chamada de “trabalhar na meia”.

Durante o I. Seminário da Memória Coletiva da Luta pela Terra em Unaí, organizado por professores da e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha (UFVJM) e Mucuri do curso de Licenciatura em Educação do Campo - UnB, assentados e assentadas²⁸ idosos/as recordaram que os acordos geralmente eram feitos com base na oralidade e os trabalhadores ficavam vulneráveis às vontades dos patrões. Raramente os produtos eram realmente divididos “na meia”: metade para o trabalhador e sua família e a outra metade para o dono da terra ou do engenho. A situação mais comum era sobrar pouco para o trabalhador e a maior parte ficar com o patrão. Durante o Seminário perguntei para Rosana²⁹, hoje em dia assentada, uma senhora de 70 anos, o que significava “trabalhar na meia”. Ela me explicou:

“Trabalhar na meia é quando se tem o contrato com o fazendeiro aí a pessoa trabalha e dá metade do que colhe pra ele. Isso quando o patrão é correto, é bom. No nosso caso, ele pegava era tudo e deixava só um pouquinho para nós. E tinha um vizinho que denunciava tudo que a gente fazia. A gente recebia semente e outras coisas do patrão e aí a metade da produção ficava com ele.”

²⁸ Assentados/as são trabalhadores/as rurais que receberam a posse legal das terras a partir da constituição de “assentamentos”, isto é, terrenos concedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). De acordo com a página oficial do Incra, um assentamento rural é um “conjunto de unidades agrícolas” constituídas pelo Incra, que antes desse feito pertenciam a um único proprietário. Cada unidade passa a ser de uma família, “sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias.” O assentado/a assentada se compromete a morar no terreno concedido e cultivá-lo para seu sustento, valendo-se para este fim apenas de mão de obra familiar. (Incra, sem data, disponível em <http://www.incra.gov.br/assentamento>, último acesso 19/01/2019.)

²⁹ Nome fictício para resguardar sua identidade.

Rosana vem de uma longa trajetória de luta. Seu marido foi assassinado por um fazendeiro e ela mesma levou três tiros. Sua história consta também na terceira e última parte do documentário “O país do carnaval” de Anders Ribbsjö lançado em 1992. No terceiro capítulo eu retomo a história dessa família.

Dominga, mãe de dona Marta, torrava farinha de mandioca e de milho, ofício que aprendeu com sua mãe, Joana D’Arc. Além disso, ela era lavadeira e também trabalhava a terra. Sobre Dominga há um consenso na família de que ela era tranquila, calma, acolhedora e muito sábia. Apesar de não ter estudado, ela seria muito inteligente e todos apreciavam seus conselhos. A família conta que ela era muito sensível e sempre ficava doente chegando até mesmo a desmaiar quando “alguma coisa ruim estava pra acontecer ou alguém estava pra morrer.” Segundo Marta: “Minha mãe, Dominga, fazia muito trabalho voluntário. Era sempre uma troca de serviços. (...) A importância desse trabalho voluntário, dessa troca de serviços, de pensar no de todos e não só no meu, isso eu aprendi com ela. Mas com meu pai também. Meu pai não matava um porco sem dar para os outros.” O uso de plantas para fins medicinais dona Marta também aprendeu com Dominga. “Ela pegava essa geleia da babosa³⁰ e pingava no polvilho; fazia umas pilulazinhas pra gente; que era contra verme e essas coisas”.

Dominga e Eugênio passaram vários anos de sua vida na cidade de Unaí, mantendo a roça como lugar de plantio e de lazer. A mudança para a cidade ocorreu depois do assassinato de Luiz Enes, um de seus filhos. No dia 15.5.1988, Luiz Enes foi esfaqueado por um homem após uma briga em uma festa, na qual trabalhava como voluntário, ao caminho de casa, perto da casa de dona Marta. O jovem de 25 anos faleceu na hora, motivo para muita dor e sofrimento para toda a família. Há diversas hipóteses acerca do motivo para o crime, a maioria delas envolvendo disputa por uma mulher. Dominga acalmou os homens da família para que não houvesse vingança. “A mesma dor que nós sentimos, eles vão sentir.”, dizia ela.

Depois do trágico acontecimento, “eles tomaram desgosto”, contou dona Marta. Foi por causa “dessa decepção, dessa tristeza,” que eles se mudaram para a cidade e por não suportarem mais a solidão na roça, pois todos os filhos já tinham se mudado, a maioria deles para a cidade. Sobre essa época, dona Marta conta “Ele [seu pai] tinha um grande pensamento na época até mesmo de vingança, que Deus ajudou, que foi defendido”. Sempre quando dona Marta fala em alguma coisa “ser defendida” ela se refere a algum mal que foi prevenido por graça divina ou por atuação humana – “a defesa da pobreza” ou “a defesa da mulher”.

³⁰ Nome científico: *Aloe vera*.

“Aí eles não fez o que ele veio pra cidade pensando em fazer. Não tinha doença que não deixava eles morar na roça, a não ser esse motivo de solidão. Todos os filhos já moravam na cidade.”

Eugênio ainda ia com grande frequência para roça, até o dia em que foi assaltado e amarrado à cama na sua antiga casa. Depois desse incidente ele foi mais raramente até a roça. O casal passou o resto de sua vida na cidade. Seu Eugênio faleceu com 88 anos em 23 de maio de 2007. Dominga faleceu aos 94 anos em 2016.



Foto 5 : Dona Dominga e Seu Eugênio, celebração na igreja, provavelmente anos 2000, acervo pessoal de dona Marta

3.2 A farinha e a dor

Um dia durante a minha segunda viagem estávamos tomando café da manhã e dona Marta me pediu para experimentar farinha de milho com manteiga. Ela explicou que vendia farinha de milho e castanha de baru³¹ para ter uma renda complementar. “A gente vai lá no sertão pra colher o milho pra fazer a farinha”, ela me explicou. “Anota isso aí, presta bem

³¹ Nome científico: *Dipteryx alata*

atenção nisso, que minha história é bem ligada com a farinha de milho.” O pai de dona Marta a levava desde criança para o trabalho no engenho e para o “mutirão”.

“Mutirão é quando todos se juntam para cuidar do plantio de um dos fazendeiros, né. Aí é por sorteio e cada fim de semana vão trabalhar um dos cultivos, de quem é sorteado. Às vezes o mesmo peão é sorteado duas vezes, aí é muita sorte né?”

Os mutirões também eram motivo para muita festa. “Tinha o serviço, mas tinha muita festa também.” Além do mutirão por sorteio também se organizava um mutirão surpresa, uma tradição chamada de “traição” na região. “Dava um susto!”, contou dona Marta. “O peão” acordava de manhã com sua roça sendo capinada. Os mutirões são muito comuns nas comunidades rurais não só no Brasil, mas em diversas regiões da América Latina. Na Colômbia o mutirão recebe o nome de “minga” e é comum principalmente entre as comunidades rurais negras e indígenas. “Minga” também é o nome de um movimento contra as políticas econômicas neoliberais protagonizado por essas populações, tendo como uma das principais demandas uma reforma agrária, que priorize sua autonomia sobre a terra em vez da exploração pelas indústrias agrária e mineradora. (CHAVARRO; TYROU, 2016). De acordo com Plínio dos Santos (2010) o mutirão reflete bem a noção de dádiva (MAUSS, 2013 [1925]) no universo camponês, pois através deste é estabelecido um vínculo de solidariedade entre aqueles que prestam os serviços e aqueles que recebem. Caillé (2002), inspirado na noção de dádiva de Mauss, designou como “paradigma do dom” a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, tendo como elemento central a solidariedade. Essa tríplice obrigação constitui uma rede baseada na confiança e fidelidade. (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p.283)

Dona Marta com sete anos, “pequena e magrinha” cozinhava para os “peões” quando seu pai se unia com alguns “amigos e compadres”, mas não durante os mutirões, pois nestes havia uma quantidade maior de pessoas trabalhando em coletivo, por isso também mais mulheres cozinhando. Era preciso um banquinho como apoio para a pequena Marta alcançar a panela. O fogo da panela e das taxas de torrar farinha ficava muito perto não só de seu rosto, mas de todo o seu corpo, a ponto de uma vez queimar sua blusinha e por pouco não queimar sua pele. Dessa forma a fumaça e o calor foram “machucando” seus dentes. Por conta das inflamações, aos 18 anos dona Marta já teve todos os seus dentes arrancados e usava dentadura. “Eu até fui numa festa depois de arrancar os dentes tudo, mesmo antes de colocar dentadura! Cê imagina a feiura que deve ter sido”, ela me contou rindo. “Mas eu tava nem aí,

dancei muito daquele jeito mesmo.” Ela economizou dinheiro para comprar uma estria de ouro pra colocar no dente que era a moda na época, “o povo achava bonito”, e ela guarda essa estria até hoje.

Em todas as viagens de campo dona Marta compartilhava experiências de doença, de cura e de fé. Durante as nossas longas conversas, era comum ela me mostrar manchas no seu corpo ou explicar as origens de seus adoecimentos. Após o parto da sua filha caçula Joana, houve complicações porque a placenta grudou em seu corpo e não foi expelida. Isso teria sido mais um impacto do calor do fogo, por dona Marta ter torrado farinha de milho durante a gravidez.



Foto 7: Dona Maria e Yazmin lavando mandioca.
Autoria: Geralda Pereira. Dezembro de 2017



Foto 6: Dona Marta e dona Maria torrando farinha.
Autoria: Yazmin, dezembro de 2017

Eu tive a oportunidade de participar da produção de farinha de mandioca. O primeiro passo é descascar a mandioca, processo que demora alguns dias dependendo da quantidade de mandioca. A mandioca descascada é lavada, esfregada com palha de milho e depois colocada de molho em grandes bacias e carrinhos de mão com água para mantê-la fresca por mais tempo. Depois ela é triturada em um processador. As duas etapas finais acontecem em grandes taxas de metal no fogo. Na primeira a mandioca é cozida e na segunda torrada. Durante todo o processo conversamos bastante.

Um dos assuntos que vieram à tona era sobre como era torrar farinha “antigamente”. “Antigamente” se referia à juventude de dona Marta e suas irmãs Geralda e Maria. Segundo elas naquela época “tinha muito mais mandioca” e elas passavam duas semanas fazendo farinha. “Era tanta mandioca que enchia uma piscina. Era tanta mandioca que não tinha onde guardá-la.”, contou dona Geralda.

Célia, comadre de Marta e esposa de um de seus irmãos chamado de Pereira, disse: “Antigamente não dava tendinite³² nas pessoas. Ficava uma semana assim descascando mandioca e não dava nada.” - “Dava sim! Todo mundo tinha e ficava dolorido!”, discordou dona Marta. Na verdade o que tinha mudado “de lá para cá” não era a dor, mas sim a forma como se lidava com ela. “A gente passava azeite de mamona³³ ou outro remédio natural e tinha que continuar. Continuava a trabalhar normal.” Na conversa, as mulheres chegaram à conclusão de que não se pode afirmar que as pessoas “antigamente” não tivessem os problemas de saúde que tem hoje em dia. Só não tinha nome específico e nem tratamento. Uma delas disse que só não se dava tanta atenção a isso do que hoje em dia. “Naquela época as pessoas sentia dor, mas continuava trabalhando. Minha mãe ficou muitos anos com dor no ombro”, disse dona Marta. Ela disse que se lembrava de dona Dominga, ainda morando na roça, no início dos anos 90 sentindo muita, muita dor no ombro e sempre tratando sua dor com compressas e óleo de mamona.

3.3 A raiva do machismo

“Eles [Dominga e Eugênio] já eram livres, mas viviam sob um regime patriarcal. O negro mandava na sua família, do mesmo jeito que o branco mandava, porque essa era a formação, quer dizer, era isso que ele aprendia.

³² Inflamação do tendão causando dor e inchaço. Pode ocorrer em qualquer parte do corpo, mas é mais comum em ombro, cotovelo, punho e tornozelo.

³³ Azeite de mamona, também conhecido como óleo de rícino é um óleo vegetal produzido a partir da mamona. Nome científico da mamona: *Ricinus communis*.

Ele aprendeu e fez com a família dele. Era pra ele ter feito diferente, mas foi isso que ele aprendeu”

Dona Marta explicou: “Meu pai ficava esperando por sua roupa, seu suco, sua bacia pra lavar o rosto. Tudo era a mulher e as crianças que tinham que fazer pra ele. Quando deitava, ele lavava os pés, deixava escorrer em uma bacia e as mulheres que tinham que jogar a bacia fora.” O regime patriarcal se impõe como uma barreira à liberdade de toda a família. “O machismo dele é parte de uma coisa mais ampla que não era só ele, né. Era ele que eu tinha que tolerar, mas na verdade tava vindo é de lá..”, me explicou dona Marta. O patriarcado era esse regime mais amplo que envolvia a todos e cujos impactos dona Marta sofria mais fortemente através do seu pai. Diversas vertentes feministas entendem o patriarcado como uma

“relação de opressão ou dominação dos homens sobre as mulheres ou sistema de opressões ou como relação de opressão dos homens sobre mulheres, que podem também se estender aos homens feminizados.” (FeCAY, 2016, p.32)

Já dona Marta percebe o regime patriarcal como uma barreira à liberdade para toda a família, e, para além do núcleo familiar, para toda a comunidade, mesmo que o “pai de família” se beneficia deste regime. Há teorias feministas que não se atentam para as diferenças entre os homens como se não houvesse também masculinidades subalternizadas, como é o caso do homem negro e o homem indígena. Dessa maneira, as percepções de dona Marta sobre o regime patriarcal me parecem dialogar muito mais com a definição das feministas comunitárias da Bolívia. Elas conceituam o patriarcado de forma mais ampla como “o sistema de todas as opressões que subjuga a tudo que vive no planeta, toda a humanidade e a nossa mãe [Terra] e irmã, a Pachamama.” (FeCAY, 2016, p.34) Outra definição do feminismo comunitário é o patriarcado como

“el sistema de todas las opresiones, todas las explotaciones, todas las violencias y discriminaciones que vive la humanidad (hombres, mujeres, personas intersexuales) y la naturaleza. Un sistema de dominación, opresion, violencia estructural y muerte, construido históricamente sobre el cuerpo de las mujeres.” (FeCAY, 2016, p.32)

Essa forma de dominação seria composta por “usos, costumes, tradições, normas familiares e hábitos sociais; ideias, mitos, preconceitos, símbolos, leis, instituições, cultura e educação, relações de poder.” (FeCAY, 2016, p.33). O patriarcado “define os papeis de

gênero e, por mecanismos de ideologia, os fazem parecer naturais e universais”³⁴ (FeCAY, 2016, p.33.) Isto posto, tanto mulheres, como homens, pessoas intersexo e transsexuais³⁵ são expostas em graus distintos a diferentes tipos de opressão partindo do patriarcado. Algumas dessas opressões são comuns a todas as pessoas e outras não.

Desde jovem, dona Marta sentia revolta contra o machismo de seu pai. “Eu rezava muito, muito para Deus para eu aceitar melhor meu pai.” Essa revolta, diz dona Marta, é como um “rodapé” da criação da Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí, pois naquela época sua raiva não tinha nome. Seu sentimento de injustiça não tinha respaldo social pelo fato da situação ser naturalizada. “Aquilo pra mim, me fazia raiva do meu pai. O que eu passei a fazer? Rezar e pedir a Deus pra mim não ficar com raiva de meu pai. Porque eu ficava morrendo de raiva dele!”, me contou dona Marta. Ela fazia tudo o que era esperado dela por obrigação, mas sentia raiva.

A história de sua revolta contra o machismo também é vinculada à sua devoção a São Geraldo, santo padroeiro das mães e das crianças. O patrão de seu pai e sua família era devoto de São Geraldo, pois vinha de uma região que o tinha como padroeiro. Essa família “trouxe o santo” para a fazenda Taquaril, tanto que o local dentro da fazenda em que ficava sua casa, a igreja e a escola era chamado de “rancho de São Geraldo”. Aqui, “trazer o santo” deve ser entendido tanto como “transportar a imagem do santo” como também difundir o culto ao santo na nova moradia. Azzi (1979) descreve o início da devoção a um santo como uma reafirmação do seu caráter de autonomia popular cristã, pois geralmente trata-se de uma história de aparição em que a imagem de santo é encontrada por um leigo/uma leiga ou de um milagre atribuído ao santo naquela região. Toda a comunidade local ou uma família inicia as celebrações para o santo, cujo culto vai se expandindo. Em vários casos uma família migra e traz a devoção ao santo para sua nova comunidade iniciando a devoção ao santo lá.

A festa para São Geraldo acontece no dia 16 de outubro em Cruzeiro. Dona Marta participava da romaria junto à família, com a qual mantinha uma relação de vizinhança e de compadrio ao mesmo tempo que de empregadores e empregados, pois mãe e pai de dona Marta trabalhavam para essa família. “Eu era moça nova ainda e eles me levaram lá. A gente ajudava na barraca”. As pessoas viajavam para a festa e montavam suas barracas, que serviam

³⁴ As traduções são todas minhas e livres.

³⁵ Pessoas intersexo são aquelas que possuem características tanto do assim chamado “sexo feminino”, quanto do “sexo masculino”. Já pessoas transexuais são aquelas que não se definem com o gênero que lhes foi designado a partir de suas características biológicas no nascimento.

não só como dormitório, mas também para venda de comida, bebida, lembrancinhas e outros itens.

“Aí eu fiquei sendo devota dele [de São Geraldo]. Passei a pedir a ele pra eu não ficar com raiva do meu pai. De eu ter que servir ele, que aquilo era natural para as mulheres e os filhos. De você dar o prato e levar ele assim. Meu pai era assim, se você não pusesse o garfo aqui dentro do prato igual a gente serve um estranho ou uma visita ele não pegava o prato na prateleira para comer. Hoje eu arrumo minha panela aqui de comida e falo: comer, gente. Cada um vai lá, pega o prato na gaveta e se serve. Ele não. Você tinha que dar. Era aquele modo antigo da mulher que servia o marido, o homem como um senhor, né. Então foi por aí que foi a minha devoção e também num vou dizer que não foi um ensinamento da minha mãe, porque ensinava né, a rezar de noite, ensinava a rezar na semana santa, fazia vigília que muitas palavras a gente nem entendia quando dava o galo cantava. A gente dizia “à vista nossa senhora.” Agora depois de adulta eu sei [o significado]. “Estou vendo nossa Senhora...” Pai e mãe e filho ficavam rezando até meia noite. A hora que o galo cantar você pedia a vista à Nossa Senhora. Isso era um rito religioso que a gente fazia de fé. Depois todos se davam boa noite e iam dormir”

3.4 A menina da roça que gostava de ler

Dona Marta estudou até a terceira série em uma escola fundada e administrada pela fazendeira, esposa do patrão de seu pai. A escola funcionava na igreja que os fazendeiros construíram e que ficava perto de sua casa, no “rancho de São Geraldo”. A fazendeira, comadre Celí, também era a professora. “Eu comecei a estudar aos seis anos, que foi assim um dom mesmo, porque naquela época não era comum pobre estudar, não tinha facilidade, ainda mais tão cedo.”

Quando dona Marta fez 14 anos, seu Eugênio a mandou para a casa de seu primo e compadre na cidade para que ela continuasse seus estudos. Da quarta até a sexta série ela estudou na cidade. A sétima série e o ensino médio dona Marta concluiu depois de adulta, quando ela fez o curso para magistério. Na casa do compadre de seu pai, dona Marta trabalhava como empregada doméstica. Trata-se de um fato muito comum e naturalizado no Brasil. Ainda hoje mulheres jovens da zona rural ou dos quilombos rurais se mudam para a cidade para trabalharem como empregadas domésticas a fim de dar seguimento para seus estudos, por falta de transporte ou de escolas perto de suas comunidades. (BASTOS, 2009; PLÍNIO DOS SANTOS, 2010). A dona da casa ensinou Marta a costurar roupas voltadas para homens e o casal pagou um curso para que ela aprendesse a costurar roupa visando a clientela feminina. Assim dona Marta se tornou costureira.

“Eu gostava muito de ler, muito mesmo. Lá na casa do compadre de meu pai, eu pegava tudo que eu achava, revistas e jornais e ficava lendo. Eu fingia que ia dormir e ficava lendo escondida. Aí que eu digo: como que pode uma menina simples assim da roça gostar de ler? Ficava até tarde lendo. Só pode ter sido Deus.”

De volta à roça, em 1960, aos 16 anos, Marta substituiu comadre Celí na escolinha na capela, pois ela precisou se ausentar por causa de uma gestação. Naquela época já, Marta era encantada pelo aprender e ensinar. “Por isso que eu digo que eu fui professora antes de ser professora.”, pois na cidade, após completar o ensino médio, que era ao mesmo tempo magistério, ela nunca mais deu aula. “Me ofereceram uma vaga como professora, mas era uma substituição, achei mais seguro continuar como auxiliar de bibliotecária.” Hoje em dia dona Marta diz que se ela tivesse tido oportunidade teria estudado psicologia ou sociologia. “Porque eu tenho isso de observar as coisas, as pessoas, o comportamento, isso me interessa”, disse dona Marta. A sua busca por conhecimento sempre se deu de forma bastante independente e com pouco incentivo. Depois de adulta, já na cidade, ela “jogava tudo pro alto” para poder trabalhar e estudar.



Foto 8: Formatura de dona Marta, acervo pessoal de dona Marta, dezembro de 1985

3.5 Casamento com Belchior e expulsão do campo

No dia 22 de abril de 1967 dona Marta casou com Belchior de Oliveira. Ela tinha 23 anos. Os dois moraram alguns meses na casa de seu Eugênio e dona Dominga. Depois se mudaram para a fazenda Saquinho, em que Belchior trabalhava “na meia”, perto da chácara de Eugênio e Dominga. De acordo com dona Marta, Belchior tinha uma formação bem diferente da sua, pois cresceu sem mãe, só com o pai, sempre trabalhando. Por causa dessa infância, ele era mais independente do que o pai de dona Marta, Eugênio. Belchior sabia cozinhar, por exemplo. Na cidade, ele ficava atento para que os vizinhos não vissem ele lavando ou estendendo roupa. Ele mantinha-se até agachado, pois sentia vergonha de fazer o “serviço de mulher”, mas “fazia de tudo.”

“Ele estudou pouco, mas ele acompanhava e tinha grande aceitação [do trabalho de dona Marta na Associação da Mulher Trabalhadora]. Por isso que eu falo que nós fomos um dos primeiros casais pobres, de um bairro pobre que fez um encontro de casais³⁶. Fizemos cursilho³⁷ antes de ter cursilho em Unai e aí nós engajou e ele também engajou [no trabalho na igreja]. Porque antes quando a gente casou ele era aquele rapaz solto, cê entendeu? Que bebia, deitava em qualquer lugar. E eu lembro de falar que na rodoviária velha aqui ele brigou com a polícia uma vez. Jogou a polícia dentro da valeta e isso antes de nós casar. Ele era assim meio bagunceiro (...). Eu só sei que ele tinha esse dom de ser só ele. Porque foi criado assim, mas depois ele se adaptou com a família, fez encontro, fez cursilho. Ele fez cursilho primeiro que eu em Brasília. Depois eu fui no das mulheres em Brasília, a Igreja convidou eu fui e fiz e aí nós dois era cursilhista e encontreiros³⁸, cê entendeu?”

Por causa do seu jeito e da vida que levava ninguém acreditava que Belchior um dia casaria. Seu patrão prometeu que se ele casasse quando seu primeiro filho nascesse, ele ganharia um lindo berço “de madeira muito boa”. “Porque ele era daqueles homens que bebia muito, tinha essa vida de solteiro sabe? Ninguém acreditou quando casou! E foi assim

³⁶ “Encontro de Casais com Cristo” é um evento promovido pela diocese para reflexões acerca dos relacionamentos e estudo de bíblia com enfoque no matrimônio. Para aprofundar a temática de catolicismo popular em Minas Gerais sugiro ver Brandão (1981).

³⁷ Os cursilhos tiveram sua origem na Espanha, por volta de 1948, por isso seu nome vem do espanhol “cursillos”, o que significa “pequeno curso”. Os cursilhos surgem no Brasil na década de 1960 como “uma forma de organização dos quadros médios de liderança leiga na Igreja Católica” (GONZALEZ, 2006, p. 71). A página oficial do Movimento de Cursilhos da Cristandade de Belo Horizonte, Minas Gerais, descreve o cursilho como “uma experiência profunda de fé, de transformação pessoal e religiosa. O cursilho existe para evangelizar, em quatro aspectos: Possibilitar a vivência e a convivência do fundamental cristão; Ajudar a descobrir e a realizar a vocação pessoal, respeitando-a; Criar núcleo de cristãos; Fermentar de Evangelho os ambientes.” Disponível em www.cursilhobh.com.br/o-cursilho/cursilho/ último acesso em 18/09/2018

³⁸ Cursilhistas e Encontreiros são as pessoas que participam de cursilhos ou encontros promovidos pela igreja católica, como o “Encontro de Casais com Cristo”, respectivamente.

mesmo: quando Ângela nasceu realmente ganhamos o berço. Era um berço bonito, decorado.” Além do berço receberam uma casa, sua própria horta e plantação. Ângela Maria, sua primeira filha, nasceu em 16 de junho de 1968. Depois, Geraldo Eugênio nasceu ainda na roça em 27 de julho de 1969, mas nesse mesmo ano Marta e Belchior se mudaram. Os outros três filhos já nasceram na cidade: Pedro César, em 16 de setembro de 1971, Belchior Júnior em 13 de janeiro de 1974 e Joana D’Arc em 17 de setembro de 1976.

“A esposa do patrão me chamava para torrar farinha, mas um dia eu disse que não podia ir, porque as crianças eram pequenas e como que eu ia fazer o serviço com as crianças no meu pé? Não tinha com quem deixar elas e eu não pude ir. O patrão disse: se você não for, vamos mandar vocês embora, mas o berço fica! E assim aconteceu, tivemos que mudar para a cidade e o berço ficou lá. Quer dizer, foi apenas um empréstimo, né, não foi um presente de verdade.”

Naquele momento, dona Marta ainda não se considerou uma das expulsas da terra. Ela foi compreender isso muito tempo depois em decorrência do seu trabalho social. “Esse meu trabalho e os ensinamentos da Igreja que foram me alertando.”. “Toda vida nós fomos pobres, mas nunca passamos fome. Nós usávamos tudo que vinha da terra. (...). Era mandioca com rapadura, fubá, farinha...” Na cidade, ela teve muita dificuldade em se acostumar a comprar alimentos no supermercado. Muitas vezes ela me falou da dor que foi e continua sendo ver cada vez menos diversidade de alimentos ser produzida, o uso excessivo de agrotóxicos e o desmatamento da terra para criação de gado. Na cidade, dona Marta trabalhava no Centro Educacional do Menor (CEM), atualmente Centro Educacional da Criança e Adolescente, fundado pela Igreja Católica, ajudando no dever de casa e como costureira e depois também como auxiliar de biblioteca. “Saía da escola ia costurar, até tarde”, ela contou.

Antes de se tornar encontrado e cursilista, Belchior abandonou o vício da bebida alcoólica, que foi causa de separação durante um tempo, já na cidade. “Eu rezava muito para ele parar de beber”, me contou dona Marta. O motivo maior para o desentendimento era o dinheiro gasto com bebida e cigarro. No fim do mês quase não sobrava dinheiro para o casal e seus cinco filhos, de acordo com dona Marta principalmente por causa dos gastos de sustentar os vícios. “Quando nós estávamos separados já, eu lá na casa de mãe, ele vinha bêbado e queria dormir comigo”. No fim de semana antes de dona Marta ir ao encontro de juiz e advogado para assinar os documentos de divórcio, Belchior conseguiu convencê-la a desistir

do divórcio. “Pouco tempo depois ele disse que não ia mais beber e nunca mais bebeu”. Na cidade, Belchior trabalhava em uma serralheria e faleceu jovem, em 27 de agosto de 1990 em decorrência de uma cirrose.

4. “Era a Igreja que fazia essa formação” - Engajamento Político Através da CEB e Associação da Mulher Trabalhadora de Unai (AMTU)

*“El movimiento nos da la sensación de estar vivas cuidando y proteyendo la vida. El movimiento es el lugar de reapropiación de los sueños.”
(PAREDES, 2014, p.46)*

A fé cristã é um dos pilares mais importantes na vida de dona Marta. Na maior parte da sua vida ela assumia liderança no serviço espiritual de sua comunidade e de sua família. Ela e seu marido Belchior foram os fundadores do Movimento Jovem de Oração e Luta³⁹ em Unai. Dona Marta ajudava na organização dos encontros de casais, nas missas e coordenava as novenas de natal, tarefa que agora sua filha mais velha, Ângela, assumiu. Importante destacar que dona Marta é considerada pela comunidade uma mulher de muita fé e “da reza forte”. Há diversas histórias de possessão tanto na cidade de Unai quanto na comunidade rural em que sua filha mais jovem reside, em que Marta ajudou a expulsar o demônio de corpos humanos.

Para além do fortalecimento espiritual para enfrentamento dos desafios da vida cotidiana, através da participação em uma Comunidade Eclesial de Base regional, ela obteve formação política no sentido da teologia da libertação. Esse envolvimento foi crucial para que a ação política e social ocupasse posição central em sua vida e ela se tornasse liderança entre as mulheres em geral e no Grupo de Consciência Negra de Unai.

Quando Marta participa dos encontros políticos atualmente, ela sente falta de maior reflexão e formação religiosa. “Não tem mais essa formação como tinha antes”, ela avalia. “Faz muita falta um momento de meditação assim”. Para ela, os ensinamentos de Jesus Cristo são fundamentais, pois através destes se aprende os valores de Deus, os aspectos que devem ser centrais na vida do ser humano e como melhor viver em comunidade, ambos objetivos centrais nas lutas por direitos das minorias representativas.

³⁹ Atualmente “Grupo Jovem de Oração e Amizade”. Trata-se de um espaço para jovens católicos/as estudarem a bíblia e orarem juntos.

4.1 Vivência religiosa na roça

“Eu sou uma pessoa da igreja, de sempre tá na igreja, de sempre tá trabalhando na igreja”. Desde sua infância, dona Marta lembra que toda a sua família se engajava na igreja católica; seus pais ocupavam posições de liderança. Quando moravam na roça as principais atividades das quais participavam aconteciam na capelinha de São Geraldo, além das celebrações dos dias de santo em que se rezava o terço e depois comemorava com bastante comida e bebida. Os mutirões também sempre tinham um aspecto de celebração e reza, para além da troca de serviços, portanto a solidariedade ocupa uma posição central. O mutirão é um elemento importante na noção de dádiva do universo camponês. Através dele se constitui um elo de solidariedade entre as pessoas que executam determinada tarefa e quem se beneficia dela. Inspirado no sentido de dádiva de Mauss (2013 [1924]), Caille (2003) intitulou o ciclo de obrigações triplo de dar, receber e retribuir de “paradigma do dom”. Através dessa “tríplice obrigação” se cria uma rede “pautada na confiança e na fidelidade”. (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p.283)

Outra forma de estabelecer e renovar o vínculo entre as comunidades rurais eram as romarias. Dona Marta me explicou que sua tia Benedita, atualmente com 94 anos, era irmã de Dominga, mãe de Marta, e casada com um irmão de Eugênio, pai de dona Marta. Há vários outros exemplos de parentesco semelhante na região, em que filhas e filhos de um casal casam com os filhos e as filhas de outro casal, amigos e compadres de seus pais. “Isso acontecia porque as famílias viviam mais concentradas.”, explicou Dona Marta. “Elas viviam mais perto?”, eu perguntei.

“Não, mas elas conviviam mais tempo, mesmo à distância. Que nem a família da Eliane [Lopes] e a minha. A família Lopes estava concentrada lá e a nossa família concentrada aqui, mas elas convivia nas romarias, nas rezas. Elas vinha de lá de a cavalo. Foram várias gerações juntas.”

As romarias eram e são ainda hoje muito valorizadas na região. Hoje em dia há associações de romeiros que organizam as romarias e contribuem financeiramente para elas acontecerem. Em troca, todos os sócios e as sócias tem local reservado para montarem suas barracas e não pagam por isso. Famílias viajam de todas as regiões de Minas Gerais e até de outros estados para participarem das celebrações. Uma das maiores romarias acontece rumo a Santo Antônio do Boqueirão, o povoado mais antigo do município de Unaí, situado às

margens do Rio Preto⁴⁰. A família de dona Marta sempre participava da festa de Santo Antônio do Boqueirão e nos dias atuais esta continua bastante importante para a família. De acordo com dona Marta “as romarias faziam o vínculo entre as fazendas”. Esse Vínculo “era muito forte”. Foram através das romarias que laços de amizade e de ajuda mútua, assim como relações de compadrio foram se estabelecendo. Marta se impressiona lembrando como as famílias andavam longas distâncias de carroça, de cavalo ou até mesmo a pé para participarem das missas e festividades religiosas. Batizados, casamentos, dias de santo e folia de reis são alguns exemplos de celebrações religiosas. “Não sei nem como pode, apesar da distância, com todas as dificuldades tinha esse vínculo.”

De acordo com Azzi (1979)⁴¹, apesar das tentativas da igreja católica, enquanto instituição à serviço do projeto colonial português, de manter controle sobre os ritos e celebrações religiosas, a fé popular seguia construindo seus espaços de autonomia. Dessa forma, “o culto dos santos constitui uma das características dessa iniciativa popular e os centros de devoção e romaria os espaços privilegiados de sua autonomia religiosa.” (p. 279) As histórias de aparições de santo, que geralmente marcavam o início do culto a um determinado santo em determinada região ou outros acontecimentos milagrosos geralmente ocorriam entre leigos e eram transmitidos entre estes, que também construíram as capelas e se tornavam devotos independentemente de autoridades da igreja. Se durante os séculos XVI e XVII as romarias, sobretudo no litoral do país, foram muito incentivadas pelos religiosos para fins de catequização e evangelização dos povos indígenas, nos inícios do século XVIII as romarias no interior se desenvolveram espontaneamente. Eles “não obedecem à uma organização prévia, mas vão se desenvolvendo com grande margem de liberdade de expressão por parte do povo.” (AZZI, p.43).

Riolando Azzi descreve as romarias em fins do século XVIII como eventos que moviam multidões, que se deslocavam para determinada região, muitas vezes vilarejos pequenos e afastados, para realizar uma visita à imagem do santo ou da santa, efetivar suas promessas ou também para fazer comércio, pois durante as festividades também se fazia negócios e vendia seus produtos. “Através de longas caminhadas de dias e dias para lá afluíram nas datas festivas grande multidão, composta especialmente de gente do povo,

⁴⁰ Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) Minas Gerais http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoAtrativoDetalhe.aspx?cod_destino=76&cod_atrativo=2953 último acesso 12/11/2018

⁴¹ O artigo “As romarias no Brasil” de Riolando Azzi (1979), desconsiderando suas elaborações acerca de raça que já são há muito ultrapassadas (ver CARNEIRO, 2005, GUIMARÃES, 2003, 2011, 2012 e NASCIMENTO, 2016 [1978]), possibilita uma visão geral interessante sobre o surgimento e desenvolvimento das romarias.

biscateiros, camponeses (...). Em sua grande maioria pobres e marginalizados da vida social” (AZZI, 1979, p.46).



Foto 9: Procissão durante batizado/celebração de Nossa Senhora da Abadia, santa padroeira da região. Sede da Associação de pequenos Produtores da Barra do Córrego, Autoria: Luan Henrique Silva, agosto de 2018 Na frente, carregando a Santa nos ombros, Manoel e seu pai João

4.2 Formação política e religiosa na Comunidade Eclesial de Base

Nas décadas de 1950 e 60 vários países da América Latina viviam conflitos armados e a instauração de ditaduras militares. Nessa época ocorreu uma intensa migração do campo para a cidade resultando em uma expansão urbana e um aumento da classe trabalhadora urbana marginalizada. Nesse contexto se deu o surgimento da Teologia da Libertação, que foi tanto movimento religioso relacionado às lutas populares, como base teórico-metodológica para as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que, por sua vez, contribuíram para o surgimento de diversos movimentos sociais, sendo um dos mais importantes o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (MENEZES NETO, 2007; PETRAS, 1997.).

O II Concílio Vaticano convocado pelo papa João XXIII resultou em uma abertura maior da igreja católica para políticas sociais e um maior engajamento político nesse sentido. O teólogo Gustavo Guitierrez elaborou uma proposta de teologia vinculada à prática social, utilizando exemplos na Bíblia de luta concreta dos povos por sua libertação (MENEZES NETO, 2007). Após encontros em diversos países ocorre em março de 1970 o primeiro congresso da Teologia da Libertação. No mesmo período ocorria a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) que discutia a participação de leigos nos seus órgãos anexos, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Conselho Pastoral da Terra (CPT) e Comissão de Justiça e Paz (CPJ) (MENEZES NETO, 2007; MITIDIEIRO JUNIOR, 2008).

Nas décadas de 1970 e 1980 vários países na América Latina, o Brasil sendo um deles, viviam processos de redemocratização e de reorganização política da sociedade civil. Enquanto havia se consolidado a hegemonia urbana e a industrialização, acontecia uma crise mundial do capitalismo. Por volta desse período acontecem o Consenso de Washington e o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) em Puebla, México em 1979 (MENEZES NETO, 2007).

Após ser despejada da fazenda Saquinho em 1969, já na cidade de Unaí, no bairro Cachoeira, ela começou a participar das atividades da igreja dentro do bairro. A integração dos moradores desse bairro também se dava através das missas e festas religiosas, batizados, aniversários e casamentos.

“Eu convivi com comadre Célia [esposa de Pereira, irmão de dona Marta], Zé Goiás e Zézé [o irmão de Célia], que queria muito casar comigo. Queria porque queria, até hoje ele brinca comigo. A gente convivia muito por morar todo mundo aqui no bairro Cachoeira. Tem gente que nasceu e cresceu aqui aí os sobrinhos namoravam, casavam. Tem os terços, as festas de aniversário...”

Dona Marta começou a participar de um grupo de reflexões e estudo da bíblia de mulheres, coordenado por freiras. Foi freira Zélia que sugeriu a criação da Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí. Por isso há um grande cartaz mostrando Célia e Marta na antiga sede, em que atualmente funciona a Comunidade Terapêutica Mente Aberta sob coordenação do padre Simonídes, também chamado de Simião. Na igreja, dona Marta participou muito ativamente dos encontros das Comunidades Eclesiais de Base sendo uma membra ativa dessas. As CEBs não proviam apenas uma formação cristã, mas também política. Elas eram responsáveis por repassar informação acerca do cenário político do país.

De acordo com a teologia da libertação, através da formação religiosa a comunidade é fortalecida em suas lutas cotidianas, sofre menos tentações e pode viver segundo o desígnio divino. Por meio dos estudos do exemplo de vida de Jesus Cristo se aprende como melhor viver em comunidade, objetivo máximo sob essa ótica dos movimentos por direitos de grupos marginalizados e oprimidos. Porém, a formação religiosa não é o centro da luta, ela é um meio para impulsionar as transformações sociais para melhoria da vida de todos.

“Nos anos 80, 81, 82 até 85 a luta aqui no... no nosso município foi muito acirrada. (...) Eu tô falando assim anos 80, porque foram os anos da luta maior da gente, fundou a associação, a gente corria pra visitar gente na zona rural, pra segurar elas lá, pra elas virem pros encontros na cidade pra poder pegar informação. Os encontros de igreja dava informação o que que é que tava acontecendo no país, cê entendeu? Que muita gente não gostava, falava é que a igreja tava falando mal dos outro... Que ficava contando o que tava acontecendo nos grandes projeto... Igual agora os grandes projetos de política, de reforma, não é diferente, sabe? Que naquela época a gente tava fazendo pra melhorar, agora eles tão fazendo pra... rodando a fita pra trás, cê entendeu? Muita gente participou. E eu participei intensamente em algumas épocas desse projeto. Participava dentro da cidade com a Associação da Mulher Trabalhadora, participava na zona rural com os que morava na zona rural e depois ainda tinha mais que veio essa defesa também da... da consciência negra. Que se misturava a tudo, principalmente na zona rural. Se mistura tudo. Porque tinha os escravo, tinha aqueles que trabalhava e não recebia, aqueles que era explorado pelos grande fazendeiros, aí se falava dos grande fazendeiro acabava falando de escravo, acabava falando da situação. Então era muito, muito mista. E que a gente tinha que diversificar. O que que é a luta pro negro, a luta pela terra, a luta pela condição de vida? (..) Então por isso eu me envolvi nisso tudo. Me envolvi na luta pela terra, na luta pela consciência negra e a luta pela terra, pelo direito de viver.. O direito de morar, de plantar, de colher. O direito da mulher e o direito de ser negro e ser gente. Então era mais ou menos esses três pontos. E depois ainda vinha outra formação. Aí fica sendo outra formação, que é a formação religiosa. Que a igreja, a igreja fazendo ela não deixava de apresentar pra gente esse lado religioso que você envolve tanto quanto os outros pontos que é negro, terra, e mulher. Porque você tem que conhecer a bíblia, tem que orar.. pra você conviver com a comunidade você tem que conhecer o que Cristo quis de nós. O que ele se propunha na comunidade dele. Então a gente era muito envolvido porque quando você não tava lá no meio da luta da mulher, do negro você tava lá na igreja recebendo a formação.”

Eram tantas reuniões, palestras e encontros que dona Marta passou três meses seguidos sem visitar sua mãe porque não tinha tempo. “Tinha essas formações toda, quando não era uma, era outra, quando não era uma, era outra, quando não era uma, era outra, tinha reunião disso e daquilo. Essa da igreja, a gente fala de CEB”, me explicou dona Marta.

“Comunidades Eclesiais de Base, que é a formação da igreja. A formação que era muito, muito bonita e até hoje eles faz. Mas hoje não faz como fazia antigamente, porque antigamente era três dias. Cê ia na sexta de tarde, sábado o dia todo e domingo até o dia do almoço, pra preparar pra fazer o natal, pra preparar pra fazer o mês da bíblia, pra preparar o mês de Maria, o mês de maio, cê entendeu?”

Dados do IBGE (1990, 2010) demonstram que as mulheres eram maioria em todos os grupos religiosos em 1990 e em 2010 continuavam sendo o grupo predominante na maioria destes. As CEBs não eram exceção. Durante meu campo em Unai as mulheres também eram maioria nas missas e nos encontros de novena. Há diversas teses acerca dos motivos para esse fato. Mariz e Machado (1997) revisitam essa discussão. Um dos argumentos principais é que a religião seria vista como parte do universo feminino na cultura brasileira. Novaes (1985) observa que cabe às mulheres principalmente nas classes populares tarefas relacionadas ao cuidado e ao bem-estar da família e estas incluem o serviço religioso. Nesse sentido, são principalmente as mães que buscam soluções para os problemas da família. São as mães que oram pela recuperação de maridos e filhos que enfrentam problemas como uso problemático de substâncias químicas e desemprego e são elas que fazem promessas em nome dos homens que não participam das missas e encontros. Isso também corresponde às minhas observações na comunidade do bairro Cachoeira.

As CEBs eram então compostas por trabalhadores e trabalhadoras pobres e na maioria mulheres. De acordo com Mariz e Machado (1997): “As CEBs buscam congregar os mais pobres e conscientizá-los da necessidade de se organizar para reivindicar os seus interesses” (p.4). “O indivíduo nas CEBs aprende que tem direitos e que pode criticar e reivindicar” (p.7) Dessa forma, as CEBs foram cruciais para o surgimento de inúmeras associações e movimentos, sendo um dos mais conhecidos o MST.

Embora gênero e raça em si não fossem importantes questões teológicas para as CEBs, por sua abordagem principal derivar de um marxismo que não enxerga a inter-relação dessas questões com os conflitos de classe, Mariz e Machado (1997) argumentam que, através do reconhecimento de seus direitos e da legitimidade da reivindicação, as mulheres se aproximaram das reivindicações conhecidas como “feministas” - mesmo sem atribuir este nome a seus movimentos. Dessa forma, mulheres discutiam suas violências sofridas e sua saúde sexual e reprodutiva. As CEBs também aproximaram as mulheres do universo público, “masculino”, mesmo que não intencionalmente, provavelmente por mulheres serem a maioria nos encontros. As mulheres foram se tornando lideranças em suas respectivas comunidades e

movimentos na medida em que refletiam criticamente sobre suas funções e posição na sociedade.

“De fato, ao despertar as mulheres para a política, ao incutir nelas o desejo de participar e a ideia de que possuem direitos a reivindicar, as CEBs, tal como o movimento feminista, aproximam as mulheres do mundo público e do papel masculino, rompendo com a submissão e a docilidade tradicionalmente femininas. A experiência nas CEBs ajudaram essas mulheres a adotar essa postura crítica mais autônoma. Ao valorizar a igualdade e a possibilidade de todos participarem das decisões, ao enfatizar a ideia de que cada um possui direitos que podem e devem ser reivindicados, as CEBs ajudam as mulheres a desenvolver uma visão mais crítica como pobre e como mulher” (MACHADO; MARIZ, 1997, p.8)

Dona Marta, por sua vez, era de “articular, de debater tanto a favor como contra” e sempre demarcava firmemente o que ela acreditava. Por isso, ela era escolhida como representante nos encontros regionais de CEB. Ela tinha que passar por uma preparação para o encontro e depois escrever um relatório para passar as discussões e decisões para a comunidade.

“Que a gente misturava um setor grande de Minas Gerais com várias cidades. Eles falava de micro-região. Inclusive eu representei a micro-região por um tempo. (...). Até Montes Claro, era, envolvia Montes Claro. Agora parece que era cinco diocese que desenvolvia trabalho junto e depois tinha mais um... que eu envolvi porque na medida que você tá envolvida com esses aqui que eu falei você envolve com o partido. Aí foi onde eu fui pro partido [dos trabalhadores]. Fui candidata a vereadora duas vezes”

As candidaturas de dona Marta acontecerem entre os anos 1980 e 1990. Através dos trabalhos com a CEB e Pastoral da Terra ela se aproximou do Partido dos Trabalhadores e nunca mais se desfilou. As suas campanhas foram feitas com pouquíssimo recurso. Dona Marta confeccionava alguns panfletos e saía de bicicleta para entregá-los e conversar com as pessoas. Dessa forma ela ficou bem conhecida apenas no bairro Cachoeira, por isso nunca conseguiu se eleger, porém foi chamada uma vez em uma rádio local para falar sobre as suas lutas.

“Quando surgiu a rádio me chamaram para falar. Essa divisão de poder, que eu queria falar... Sobre a discriminação e a diferença muito grande que até no cemitério você vê. A diferença que quem tem túmulo é o rico e o pobre nem túmulo tem.”

4.3 A Associação da Mulher Trabalhadora

4.3.1 A fundação

Em 1980 a lei Usucapião⁴² estava sendo discutida no Brasil. No dia 10 de dezembro de 1981 essa lei, oficialmente lei nº 6.969, entrou em vigor. Ela determinava que toda pessoa que não fosse proprietária rural nem urbana, mas morasse e produzisse por cinco anos sem interrupção em uma terra não maior que 25 hectares teria o direito de posse sobre ela. Por volta dessa época os fazendeiros dispensaram os trabalhadores rurais aos quais tinham cedido uma parte de suas terras com medo de expropriação. A cidade de Unaí viveu um intenso processo de crescimento. Não havia emprego para todos os trabalhadores rurais que chegavam à cidade e muitos se instalaram no bairro Cachoeira, que fica na saída norte da cidade para a zona rural. Os/as moradores/as do bairro Cachoeira, mais antigo de Unaí, sofriam com extrema pobreza.

“Essa lei quando começou a sair do papel, começou a se falar mais os fazendeiros começaram a dispensar os moradores, porque tinha fazenda e tinha aqueles trabalhadores que morava na fazenda. O que que o fazendeiro começou a fazer? Começou a mandar embora. Por quê? Para não ter direito. Porque se eles ficassem lá trabalhando por não sei quantos anos ia ter direito... Naquela época o patrão podia pagar era mais ou menos do jeito que ele queria naquela época. Era ainda naquele modelo: O patrão manda e você tinha que atender.”

A categoria “morador” se opõe a “fazendeiro” na fala de dona Marta e de muitas outras pessoas, moradores de assentamentos e envolvidas na luta pela terra e pela melhoria de condições, como no seminário de memória coletiva da luta pela terra em Unaí. Moradores são os trabalhadores rurais que moravam na fazenda, plantavam “na meia” e faziam diversos outros serviços para o “patrão”, o fazendeiro. A característica principal do fazendeiro além de ser dono do terreno, geralmente é “não morar”, isto é, apenas fiscalizar e passar finais de semana na fazenda. Antonadia Borges (2014) no capítulo “Terra”, sua contribuição para o *Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa* retomando Marx descreve muito bem um processo que tanto se repete na história da humanidade:

⁴² Todos os artigos dessa lei se encontram nesse endereço eletrônico http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6969.htm

“Se nos recordarmos do referido capítulo sobre a acumulação primitiva, lembraremos que, no raciocínio de Marx, o cercamento dos campos e a expulsão de seus moradores não tiveram como objetivo único ou primordial a exploração extensiva da terra para a produção de alimentos ou a criação de animais, mas o esfacelamento daquela humanidade, banida de seus territórios de origem, em suma, sua expulsão e seu conseqüente vagar em desalento, em condições de vulnerabilidade tais que lhes seria impossível qualquer outra coisa que não acabar por vender por migalhas sua força de trabalho.” (BORGES, 2014, p.432)

A seguinte fala de dona Marta revela mais sobre a condição das trabalhadoras rurais, agora moradoras periféricas da cidade de Unaí, que passam a trabalhar como boia-frias. As suas narrativas vinculam a saída das mulheres do campo ao surgimento da AMTU.

“Você vindo de Brasília dá pra você ver o plantio de lavoura... E o que tem a ver o plantio de lavoura com a Associação da Mulher Trabalhadora? Naquela época era o desmatamento daquele campo onde havia catação de toco. E as mulheres saíam de boia-fria nos caminhões para catar toco pra poder limpar o terreno de plantação. Aí depois vem a planta de feijão, elas ia pra arrancar feijão, vinha o tomate, elas ia pra pegar tomate. Esse era o trabalho que elas fazia. (...) As mulheres aqui do bairro que era pobre fazia esse serviço. Quando apareceu o agronegócio que começou a desmatar, eles deram trabalho também para essas mulheres. E quando não era lavadora, não era empregada doméstica na cidade passaram a ir pra roça.”

Como não havia creche pública, as mulheres deixavam as crianças menores com as maiores. “Deixava as crianças de seis anos, de três anos ficavam com o de 9 anos pra ela poder ir pro boia-fria. Saía cinco horas da manhã e chegava 1, 2, 3 da tarde”. Por isso, as mulheres viram “a necessidade de criar a Associação para dar apoio a **essas** mulheres, entendeu? Aí foi criada a associação por aí, cê entendeu? Que aqui no bairro o êxodo rural tava trazendo a mulherada com as famílias pra cidade e não tinha emprego e elas passaram a sair e deixar as crianças sozinhas.”

No grupo de reflexões da bíblia de mulheres - parte dos encontros de CEB - se iniciou a amizade de Marta com a freira e missionária Zélia, na época já idosa, uma das coordenadoras do grupo. Durante os seus encontros as mulheres conversavam e refletiam sobre as suas vidas. As questões principais na época eram a violência sofrida pelos maridos, a pobreza, a falta de uma creche pública e a prostituição.



Foto 10: Associadas da AMTU, anos 80, Autoria: dona Marta, acervo da AMTU

“Foi em 1981, a gente tinha um grupo de estudos da bíblia, das mulheres né. E aí tinha essas reflexões que a gente fazia. Sobre a nossa situação né, o que a gente precisava. Era tudo mulheres que trabalhavam na lavoura e também que lavavam as roupas dos outro por muito pouco, quase nada, e muitas apanhavam do marido. Coisa que era muito naturalizada pra gente, mas aí a gente foi fazendo essas reflexões. (...) Fomos tomando consciência, vendo o sofrimento que antes era muito naturalizado e vendo que a gente não podia continuar vivendo esse tipo de vida”

O bairro Cachoeira era conhecido pela quantidade de casas de prostituição. Os maridos gastavam muito dinheiro nessas casas e “a situação de vida que as mulher não tinha sabão pra lavar roupa, faltava muita comida, muita pobreza. Então essa pobreza fez com que a gente criasse a associação para a mulher pra essa defesa e também.. Pra que elas buscassem renda delas mesmas, fosse mais independente aí nós criou a creche. Depois de um ano a gente já criou a creche.” A associação também buscava evitar que as mulheres entrassem para a prostituição. “Que eu lembro de senhoras que falava: não aguento mais sofrer não, vou me prostituir também, vou ganhar meu dinheiro. Às vezes deixava até os filhos com avó, com família, separava do marido, ia pra prostituição.”



Foto 11: Dona Marta na frente do cartaz das fundadoras da AMTU, dona Marta e Zélia. . Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018⁴³

Nos encontros de mulheres, dona Marta se destacava. “Vamos supor que nas reuniões eu era a que mais debatia, sabe? Então como eu articulava, eu defendia ou acusava, eu fiquei sendo uma daquelas da roda que levantei a bandeira pra se criar alguma coisa.”, contou dona Marta. Zélia, por sua vez “era estudada”, portanto “tinha o conhecimento” e sugeriu o formato de associação para as mulheres se organizarem. A AMTU nasce então como um dos “filhotes” das CEBs.

“Foi a irmã Zélia, uma missionária que fundava comunidade [eclesial de base] e era viajada e muito estudada, que deu a ideia de criar uma organização regulamentada. E foi assim que a gente criou a Associação da Mulher Trabalhadora. Lá na casa (que hoje é a Comunidade Terapêutica Mente Aberta) tem um retrato meu e da Zélia até hoje! (...) E quando se fala da criação da Associação da Mulher Trabalhadora: ela foi criada é com esse ideal de defender a mulher, de orientar a mulher. O que ela deveria aceitar ou não aceitar”

Após a criação da associação, as mulheres se reuniram para refletirem por onde começar, quais seriam seus objetivos e organizarem suas primeiras ações.

⁴³ Hoje em dia na antiga sede da associação funciona a Comunidade Terapêutica Mente Aberta que atende homens que fazem uso problemático de álcool e demais substâncias químicas.

“Nós tínhamos que escolher a prioridade. A prioridade pra trabalhar. (...) Então nós fomos escolher a prioridade e era essa: era ajudar as mulheres a cuidar dos filhos e a formação delas na vida como mulher então era isso aí, a prioridade.”

“No primeiro estatuto só mulheres de baixa renda podiam participar na diretoria e como sócias. E as mulheres solteiras podiam participar, mas não na diretoria. As mulheres de renda maior eram excluídas no início. Porque era assim, por exemplo tinha mulher de fazendeiro, de renda maior né, que no sábado ia pra fazenda junto com ele, daí não ia nas nossas reuniões no sábado. Ou então, a gente ia lá né e aí elas ficava assim: “Ah não posso abrir a porta, porque acabei de fazer as unhas, ah não sei o quê...” Aí assim depois, uns 15 anos depois, a gente viu que isso era uma exclusão também né, e muitas queriam participar aí a gente abriu. Foi uma orientação das irmãs estudiosas da bíblia né, de não marginalizar ninguém, as mulheres não-casadas. Aí quando abriu pra elas também, a minha irmã Rosi veio, mandei carta pra ela, ela morava em Brasília e ela era mãe solteira né, aí eu disse pra ela <<Vem pra cá que você vai entrar pra associação>> mandei assim, nem foi muito sério, mas ela foi mesmo e foi diretora da associação, a primeira mãe solteira diretora. “

Todas as mulheres da família de dona Marta se envolveram em maior ou menor grau na associação. Sua mãe, Dominga Pereira dos Santos foi a quinta associada e Roseli, uma de suas irmãs foi a primeira presidente mãe solo⁴⁴, após a associação admitir mulheres não casadas na diretoria.

4.3.2 A distribuição do leite

A primeira grande ação da AMTU foi a distribuição de leite. A carroça cheia de latões com leite parava no CEM e depois na sede da AMTU. Um frete era pago a um homem para conduzir a carroça. Uma fila de mulheres com seus filhos se formava. De acordo com dona Marta

“Unai cresceu muito, o nível socioeconômico também cresceu, porque antes era muito, muito mais pobre. A nossa primeira grande ação foi uma coleta de leite para doar pras crianças. Tem foto da coleta. Todas as mães e crianças em fileira esperando pra receber o leite. (...) Quem tinha dois filho pegava um litro de leite. Era meio litro de leite pra cada criança, um dia sim um dia não. Quem tinha três pegava um litro e meio né, que era meio litro pra cada um. Era assim que a gente fez essa defesa de sofrimento da mulher. Foi um dos projetos inicial.”

⁴⁴ Mãe solo é um termo oriundo dos movimentos feministas. Ele visa desvencilhar o estado civil da mulher da sua condição de mãe para que ela não tenha a necessidade se definir ou ser definida e estigmatizada a partir das suas relações com homens.



Foto 12: Carroça de leite e fila. Início dos anos 1980. Autoria desconhecida. Acervo da AMTU

Nessa época ainda não havia Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania em Unaí. Por isso as mulheres precisavam ir até o município de Paracatu/MG, que fica a 104 quilômetros de distância da cidade de Unaí, para receberem o dinheiro para a realização dos projetos. Essa Secretaria é popularmente conhecida como “Ação Social”. A Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social de Minas Gerais existe até hoje com sede em Paracatu. Essa secretaria passava a verba para a associação, além de oferecer orientações acerca de planejamento e execução do projeto. O preço do leite era negociado pela própria A.M.T.U com uma “cooperativa dos grandes fazendeiros”. Dona Marta explicou

“A gente tinha que ir lá assinar pra poder fazer sair o dinheiro pra gente. Mas aí vinha diretamente pra nós, pra Associação da Mulher Trabalhadora. Depois que criou a Ação Social em Unaí passou o dinheiro a cair na Ação Social e a Ação Social passava pra nós, sabe. Então esses foi os primeiros projeto que nós fizemos de defesa da mulher e defesa da pobreza, sabe?”



Foto 13: fila de mães e crianças para pegar leite. Início dos anos 1980. Autoria desconhecida. Acervo da AMTU

4.3.3 A creche

A segunda grande ação foi a criação da creche. Esta funcionava com monitoras, que geralmente eram as sociais e suas filhas mais velhas. As mulheres não precisavam ser sócias para deixarem as crianças na creche. Geralmente era dona Marta que realizava as compras para a creche de bicicleta, ela saía do serviço como auxiliar de biblioteca na hora do almoço e levava o lanche da tarde ao terminar o seu turno. “Eu tive distensão muscular na perna de tanto eu frear com a perna, porque eu não tinha a mão livre pra apertar o freio”. Todos os serviços ofertados pela creche eram gratuitos. As membras da Associação mantinham uma horta e uma pequena plantação de legumes para alimentação das crianças. A creche chegava a abrigar até por volta de 80 crianças de dois a 10 anos de idade em diferentes turnos. As monitoras da creche eram as próprias associadas, mães e demais membras da comunidade.

A creche acabou sendo fechada em 2001 porque as exigências por parte do Estado foram aumentando. “Tinha que ter o vaso certinho, pequenininho, bebedouro...”, explicou dona Marta. Além disso, era preciso contratar nutricionista, assistente social, psicóloga, entre outros. Por volta dessa época, o município passou a oferecer uma creche. Acerca desse acontecimento, dona Marta contou:

“Eles até ficaram com medo da gente não gostar disso. Mas era isso mesmo que a gente queria! A gente fazia era porque o estado não cumpria, né, seu dever. E nós fazia é com muita dificuldade.”

Nos inícios da distribuição de leite e do aluguel da sede da AMTU a socióloga austríaca Michelle ainda não apoiava a associação. Ela foi uma das responsáveis pela criação de uma rede de apoio à AMTU na Áustria denominada “Solidariedade com o Brasil”, que até hoje apoia projetos sociais em Unaí.



Foto 14: Creche. anos 1990, Acervo da A.M.T.U

4.3.4 Cursos profissionalizantes e conscientização



Foto 15: Curso de manicure, anos 2000, acervo da AMTU

As palestras ministradas na sede da Associação envolviam tanto “formação das mulheres para a vida” como cursos profissionalizantes, geralmente de costura, de bordado e mais nos anos 2000 de culinária. A venda de bombons no natal e na páscoa foi citada como uma ação que ajudou muito as mulheres financeiramente. Os cursos ocorreram mais após o fechamento da creche, após a fundação de uma creche pública por parte do município. “Aí nos últimos anos a gente já estava mais liberada pra dar mais formação.”, explicou dona Marta. A Associação também promovia algumas atividades visando melhorar a saúde mental das mulheres.

“A gente fazia umas coisas para relaxar na Associação. Tinha certas músicas que a gente escuta. A gente colocava uns tapetes no chão e colocava a música para escutar, para relaxar.”

Muitas das palestras de formação “para a vida” foram ministradas por dona Marta. Essa formação visava uma conscientização e a partir dessa, ações para as mulheres visando

uma melhoria das suas condições de vida. Dona Marta me falou muito “do direto e do indireto”. “O direto” é, por exemplo, a percepção dolorosa da geladeira vazia, ou seja, o sofrimento imediato, aquele permeado por faltas. Faltas que são enxergadas com os olhos e com as mãos e que se sente no corpo. Já “o indireto” era uma reflexão acerca dos motivos que levavam à compreensão da causa por trás do sofrimento.

“Tem hora que eu lembro muito de uma frase que gente usava que era: o direto e o indireto: o que era que tá causando você isso? Você não ter o que comer? Porque seu marido ganha barato, porque na época era aquela exploração do trabalhador, de não ter terra pra plantar, ter que plantar na meia e o outro explorar ele. Então tinha esse lado. E o outro lado é que o próprio marido né, chegava e gastava tudo com bandalheira e não cuidava bem da família porque achava que a mulher, né, naqueles anos, né, mulher não tinha direito a nada, era só o homem que mandava e desmandava. A compra ele que falava o que que queria o que que comprava e a mulher não tinha o direito de comprar o que ela tinha vontade de comprar. Então era mais ou menos isso que a gente falava: você tem que ser independente.”

Como as mulheres da AMTU em sua maioria eram católicas, a diretoria ressaltava bastante a importância de “ter uma vida digna de esposa”, afim de evitar violência e que evitar que as mulheres abandonassem seus maridos e se prostituíssem. Por isso se falava em “água no pote e beijo no cangote”.

“Por exemplo quando eu ia falar era assim que eu falava: água no pote, gente, não é só deixar a água lá pra ele beber a hora que ele chegar, porque se ele chegar e o pote tiver vazio ele vai brigar, né, com a mulher porque ela não pôs água no pote pra ele beber. Porque homem era assim! Se ele chegasse e a comida não tivesse pronta né, era um auê. Então era por a água no pote e a água no pote que eu falava pra elas, era pôr a água no pote, cozinhar o feijão pra hora que ele chegar, não atrasar com as coisas pra não ter briga e também eu falava: o beijo na nuca também era uma água no pote. Quer dizer o beijo na nuca queria dizer assim: ela aceitar ele na hora do sexo, a gente orientava né. Porque tinha umas que .. às vezes a gente ia falar. Aí elas: "Ah, não vou fazer nada com meu marido também não." Não é assim: se eles são marido e mulher ela tem o direito de servir aí umas achava que não.. Aí a gente tinha que dar formação pra elas pra isso tudo. Que a água no pote que eu falava era pôr a água no pote e a hora que deitar pra dormir fosse carinhosa com o cara, beijo na nuca que eu falava, né, seria isso. “

As reuniões aconteciam todo terceiro domingo do mês. Era uma batalha para as mulheres comparecerem. Dona Marta imitou a forma como as mulheres mais engajadas na associação faziam perguntas às associadas muito ausentes:

"O que que aconteceu, mulher, porque você não veio? Seu filho já tá na creche, nossa reunião do mês tal e tal, nós precisava conversar com vocês!" - "Ah, meu marido... Eu num tinha com quem deixar os meninos." Porque antes elas ia com os menino, cê sabe o que que é 20, 30 mulheres com mais de 20, 30 crianças, porque tinha umas que tinha dois, não tinha como cê passar nada para as mulheres. O fuzuê era muito grande. Aí a gente passou a exigir que elas tinha direito uma vez no mês que o marido ou alguém da família ficasse com as crianças pra elas irem pra reunião. Porque elas não entendia nada nem a gente tinha condições de passar nada pra ela. (...) Aí a gente fala: é um dos direitos que você tem como esposa, como mulher! Ele sai todo final de semana, todo sábado à noite ele sai. No domingo, *um* domingo do mês você tem direito, é o seu direito ! Você tem o direito de ter a liberdade de deixar os filho com ele e ir na reunião. Isso aí a gente batalhou muito tempo. Isso aí foi uma das coisas mais difíceis. (...(Então com isso tudo eles olhava a gente na rua com cara feia. Com cara de quem não gostava da associação não. Muitos passava na porta e não ia. Eles passaram a frequentar mais quando a gente começou a fazer uma festa popular. Aí eles gostava né que tinha cerveja, tinha bebida, tinha furdunço. Muitas vezes eles até ia e as mulheres não iam né. Mas as mulher quando fazia parte da associação ia, que muitas vezes ela tinha criança na creche mas não era associada. Aí ela não tinha obrigação de ir lá na festa ou de fazer determinadas atividades, porque as sócias sim: as sócias tinha dever e obrigação de trabalhar. As mães não. As mães elas eram só das crianças na creche."



Foto 16: Curso de gastronomia, acervo da AMTU, anos 2000

4.3.5 A festa da rua, na rua

Como já mencionado anteriormente, dona Marta tem uma leve paralisia na metade do rosto, geralmente se percebe essa condição só através de uma observação mais atenta. O que chama atenção é seu olho direito, que pisca muito, parecendo um tique nervoso. Dona Marta acredita que sua paralisia foi por falta de sono na vida. Ela contou das festas de três dias de duração que elas faziam para arrecadar dinheiro para a associação. Ela ficava sem dormir trabalhando direto. “A gente tinha um som e vinha gente de todo lugar. A festa foi crescendo e era na rua mesmo!” Ela enfatizou várias vezes que a festa era “na rua, da rua”. Nos primeiros anos da AMTU a festa acontecia na frente da casa de Dominga, depois passou a ser na casa de dona Marta e por fim, na sede da associação.

“Depois que fechou e cobrou entrada, a gente arrecadava muito menos que precisava. Que a minha meta era sempre dois salários-mínimos de lucro né, por aí. Aí depois, quando começou a ser paga, ainda tinha a contribuição dos bombeiros e da segurança, além da polícia. Porque começou a ser muito tarde, começar só umas 10 horas e começou a vir muito malandro. Porque antes, quando era aberto e era mais cedo vinha os casais velhos tudo, que não podiam pagar depois. Eles vinham. Depois começou a ser tarde, na hora que os velhos já vão dormir. Os velhos seguravam a malandragem, que eles vigiava. Depois tinha muita briga e tudo e a gente não lucrava mais tanto por causa desses gastos.”

Ela contou também que julgavam e criticavam muito as mulheres organizadoras da festa. “Era como se a gente fosse puta por fazer a festa.” Perguntei os motivos para os idosos “segurarem a malandragem”. Dona Marta respondeu: “Porque eles impunham respeito, vigiava.”. Dona Marta contou: “Eu entendo que a gente tem que acompanhar as mudanças no tempo né, isso tem que ser. A gente não pode ficar parada no tempo, tem que ir mudando. Mas é que não era pra deixar de ser o que era, sabe! Era para os casais idosos, mais humilde né, que não tinha como pagar, participar da festa! Como coloca a festa para às 10? Aí já é o horário dos velhos irem dormir!”. Outra mudança preocupante do seu ponto de vista foi a crescente despersonalização da comunicação. Se antigamente se ligava para todas as sócias - uma por uma e as membras da diretoria da associação até visitavam cada uma delas para lembrá-las da reunião, as reuniões passaram a ter uma data fixa e não se entregava mais convites para cada uma. “O celular, em vez de melhorar a comunicação, fez é piorar. E se não

chamasse cada uma elas não vinha não, vinha poucas mulheres.” As mensagens nos celulares e principalmente depois da criação de “grupos” em aplicativos fazem as informações se perderem no meio do fluxo contínuo de mensagens. A falta de divulgação consistente “cara a cara” teria levado as mulheres a participarem cada vez menos das reuniões. Uma outra história notável é uma briga que ocorreu na festa, um belo exemplo da firmeza de dona Marta em manter seus princípios e de sua coragem.

“Uma vez chegaram lá uns políticos e o apresentador da festa né, ia deixar eles fazer fala. Aí eu fiquei muito brava, quase que aquele homem me bate! Foi por pouco mesmo! Porque a festa era *da* comunidade, era *da* comunidade, tá, não era palanque de político não, que chega pra aparecer e se eleger não!”

Com muita discussão e arriscando sua integridade física, dona Marta conseguiu expulsar esses políticos da festa.

4.3.6 Os finais da associação

Um dos últimos projetos da associação foi uma horta comunitária na sede e a venda dos legumes orgânicos. Houve um conflito com assistência social durante a realização desse projeto porque “ela queria que a gente ficasse esperando ela montar a turma de mulheres”, disse dona Marta. Por fim, ela se cansou de esperar a assistente social fazer seu trabalho e “fizemos por conta próprio, porque já tava passando o tempo certo de plantar.”

Durante os primeiros anos da associação elas promoviam cursos de cooperativismo. "E isso tudo se perdeu" Dona Marta contou do dia em que ela saiu chorando depois de uma palestra na Associação. As palestrantes fizeram uma analogia acerca do empoderamento econômico da mulher com uma imagem exposta em telão de "um trator passando por cima da pessoa". Com isso queriam dizer que as mulheres tinham que passar por cima de tudo e todos pra ganhar seu dinheiro. Não era esse o ensinamento que dona Marta queria que fosse passado para as mulheres. “Não é passar por cima de todas, é nos unirmos e trabalharmos juntas para a nossa defesa e independência.” Ela falou sobre como ela se sente maltratada, e como os idosos são desrespeitados, o que “adoece muito” ela.

Marta foi a primeira presidente da associação em 1981. Ela ocupou essa posição durante os primeiros anos e foi a última presidente em 2011. Porém, durante a presidência de outras mulheres, ela sempre estava co-coordenando a Associação, sempre detendo uma posição central. Ela jamais deixou a diretoria. Seu lema no último ano da AMTU foi “Ou

ajeita de vez ou acaba”. “Elas já sabiam que ia nessa direção, de acabar.”, disse dona Marta. As opiniões sobre os motivos para o fim da associação divergem bastante e provavelmente há verdade em todos eles. Dona Marta acredita que a associação teve fim porque os encontros não aconteciam mais regularmente, as mulheres queriam fazer “só uma assembleia uma vez por ano” e o rumo que a associação estava tomando ia ao contrário do que imaginado pela geração que a criou. Já Rosi, sua irmã, acredita que a associação perdeu sua razão de ser uma vez que o Estado assumiu as responsabilidades para com a população-alvo da associação. Ângela, filha mais velha de dona Marta, pensa que, se a associação tivesse mudado seu enfoque, talvez para promover a união e o bem estar entre os idosos e idosas ela teria continuado, mas que a rigidez em seguir nos eixos iniciais teria levado ao seu fim. Um consenso entre todas é que “ninguém quis tomar conta”, as mulheres não estavam mais dispostas a trabalharem tanto voluntariamente e foi por isso também que a diretoria voltou a funcionar sob coordenação de dona Marta.

“(…) Fiquei lembrando da gente fazer a palestra de socialização, na Associação quando a coisa tava ficando ruim demais. Inclusive foi uma psicóloga que me ensinou que ela fez um curso lá pra nós. Aí eu fiz essa dinâmica do dominó pra mostrar que cada um tinha que fazer o seu. Eu fiz todas as dinâmicas que ela ensinou. Aquela de fazer um mapa de alguma coisa bem bonita, bem feito e dividir as partes, e uma parte que é sua ela põe no meu pacote aí a pessoa peleja, peleja, peleja e não encaixa. Aí ela vê que a outra está precisando daquilo que ela tem e ela passa para a outra. Eu lembro que trabalhei muito com isso, com essa dinâmica.”

No seu último ano na diretoria da associação, dona Marta lutou para pagar todas as dívidas. Dei um presente que minha avó tinha feito para dona Marta. Era uma sacola de pano que dava para dobrar e fechar com um botão. Dona Marta disse ter gostado muito. “Essa é mais caprichosa que as que eu fazia.” Ela contou que fazia muitas dessas “carteiras ecológicas” para quitar as dívidas da Associação com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com algumas funcionárias que estavam com o salário atrasado. Ela elogiou muito o trabalho da minha avó e disse que era um “milagre na gaveta”. Dona Marta explicou o seu uso para Débora, namorada de seu neto: “Isso aqui deveria ter no país todo, deveria ser distribuído em todo canto pra não usar mais saco plástico.” Eu contei que em alguns países já se estava proibindo o uso de sacolas plásticas. Ela foi até o seu quarto e voltou com uma “carteira ecológica” bege que tinha uma estrela vermelha com um 13 branco bordado nela. “Isso era de quando eu era mais ativa no partido” Essa sacola era das últimas eleições, quatro

anos atrás. "Fiz muitas, mas muitas dessas" não muitas sacolas do Partido dos Trabalhadores, mas carteiras ecológicas em geral, porque ela as confeccionava também para as crianças da escola em que ela trabalhava as enfeitarem. No último ano de existência da AMTU ela pagou as dívidas vendendo essas sacolas.

Em nenhum momento dona Marta mencionou as palavras "feminista" e "feminismo". Quando perguntei se ela se via como feminista e se a Associação da Mulher Trabalhadora era feminista, a resposta foi um "não" nítido. Nenhuma autora ou vertente feminista lhes serviu de modelo para suas elaborações teóricas, metodológicas, políticas, pois essas partiram sempre de suas próprias reflexões acerca de suas realidades. Seu movimento surgiu da percepção de que sua união as fortaleceria e que juntas poderiam combater as diversas violências que sofriam. Importante mencionar influência que tiveram a partir da irmã Zélia, uma freira que, de acordo com dona Marta era "mais estudada", pois talvez ela tivesse uma maior familiaridade com teorias feministas. A sugestão de um registro formal da associação também partiu dela, motivo para ela ser considerada uma das fundadoras da AMTU, juntamente com dona Marta. Se compreendermos como feminista todo e qualquer movimento de mulheres por emancipação, por seus direitos e melhoria das condições de vida, então sim, podemos dizer que a AMTU era uma organização feminista, mas acredito não ser correto impor esse conceito a uma organização que não se apropriou dele.

Outra questão seria se apesar disso poderíamos denominar a atuação da AMTU como um feminismo rural? O "feminismo rural" enquanto uma vertente do feminismo não me parece expressar bem a amplitude e complexidade desse movimento de mulheres, que, por um lado, estava situado em área urbana, apesar dos vínculos das mulheres com o meio rural e de muitas serem trabalhadores rurais. Por outro lado, o movimento estava sempre trabalhando para o bem coletivo da comunidade de luta mais ampla, isto é, a população negra e os movimentos de trabalhadores sem-terra. O termo feminismo rural também possui um tom homogeneizador, como se todos os movimentos de mulheres de origem rural fossem iguais, isto é, apagando as diferenças em termos de raça, classe e etnia, invisibilizando também mulheres indígenas do meio rural.

Marta já não se insere também no movimento de enegrecer o feminismo (CARNEIRO, 2003), uma das razões pelas quais talvez não se denominava feminista. Em sua

atuação as intersecções entre raça, classe, gênero⁴⁵ sempre estiveram destaque, assim como o alinhamento às lutas do coletivo de trabalhadores rurais (luta por terra).

Fato é que a AMTU em seus 30 anos de funcionamento deixou um grande legado: a associação contribuiu para que a violência contra as mulheres fosse combatida e, segundo os depoimentos de mulheres ex-sócias e suas filhas, além de conscientizá-las acerca de seus direitos, promoveu seu autoestima e empoderou elas financeiramente também. O fato de crianças, acolhidas pela creche da AMTU e beneficiadas pela distribuição do leite, terem crescido saudáveis e terem frequentado a escola também é considerado um legado da associação. Como diz Rosi, que defendeu a sua filha contra o marido que a agredia: “Eu não trabalhei por 30 anos em associação de mulher pra ver um homem agredir minha filha hoje.” Além disso, a associação deixou uma sede com boa infraestrutura, em que atualmente funciona a Comunidade Terapêutica Mente Aberta sob coordenação de Padre Simonides, amigo de Marta, que atende homens que fazem uso problemático de substâncias químicas.



Foto 17: Algumas das associadas da AMTU em 2017. Na extrema esquerda: dona Marta, no meio sua irmã Geralda e na extrema direita: Ângela, sua filha mais velha, Local: antiga sede da AMTU, setembro 2017
Autoria: Yazmin⁴⁶

⁴⁵ Sobre o termo interseccionalidade ver Crenshaw (1989)

⁴⁶ As mulheres nessa foto trabalham voluntariamente para a Comunidade Terapêutica Mente Aberta, cuja administração funciona nesse terreno. Elas estavam preparando as roupas para um bazar beneficente quando fomos visitar a sede.

4.3.6 Parceria com o GRAAL

No panfleto do GRAAL de 1990 que dona Marta me passou elas se apresentam da seguinte forma:

“Somos um grupo de Mulheres, que, em nossa vivência espiritual e atuação cotidiana, busca em uma rede dinamizadora entre os diversos grupos de mulheres trabalhando na perspectiva de Gênero, Raça e Classe. No Brasil, a nossa atuação tem acontecido através de projetos de educação popular e comunitária, assessorando grupos de mulheres na zona urbana e rural, bem como grupos sobre a questão da discriminação racial e trabalho conjunto com mulheres negras. O GRAAL é um movimento internacional de mulheres presente no Brasil desde os anos 50. Nossa dimensão e constituição nos fazem integrantes de uma rede, da qual fazem parte mulheres do Graal na África, América Latina, Filipinas, Estados Unidos, México, Europa, Austrália e Canadá. A palavra GRAAL significa cálice (se inspira na lenda dos cavaleiros do Rei Artur - idade Média). A escolha do nome se justifica pelos propósitos deste movimento internacional de mulheres: a busca interior de cada uma e a procura do caminho de promoção da mulher, na perspectiva do pensar globalmente e agir localmente”

O GRAAL em Belo Horizonte mantinha um “Centro da Mulher” em que oferecia diversas atividades e atendimentos “principalmente às trabalhadoras urbanas e rurais, negras e pobres”. Ainda de acordo com o panfleto, visavam a “formação política, troca de experiências e sistematização.”

A parceria com o GRAAL aconteceu antes mesmo da finalização do registro formal da Associação da Mulher Trabalhadora de Unaí. Por isso, inicialmente, projetos e auxílios financeiros aprovados por editais funcionavam através do movimento GRAAL, que encaminhava o dinheiro para dona Marta. As freiras da Consagração de Jesus Crucificado tiveram um papel importante, pois foram elas que estabeleceram o vínculo entre as mulheres do GRAAL em Belo Horizonte e as mulheres da AMTU.

As duas organizações promoveram alguns cursos e oficinas juntas, entre estes cursos sobre medicina alternativa popular com base nas plantas, raízes e sementes e sobre a medicina chinesa. Um desses eventos foi sobre saúde Reprodutiva e Sexual com enfoque na prevenção. Esse curso tinha como público-alvo os jovens dos bairros mais marginalizados de Unaí. Durante esse curso, dona Marta mostrava a camisinha feminina para as/os participantes e explicava como usá-la.

Foi o movimento das mulheres do GRAAL que articulou a participação de organizações de mulheres do Brasil no evento “Mulheres das Américas - 500 anos das Américas” em 1990 que aconteceu no México. “Eu lembro como se fosse hoje de uma mulher lá rasgando uma nota de 100 dólares simbolizando que estavam explorando as Américas.”, contou dona Marta. Todas as participantes levaram objetos que simbolizavam sua cultura para mostrar um pouco desta para as outras. Marta lembrou que levou uma garrafinha de óleo de mamona. Brasileiras de outras regiões deram pequenas amostras de como é uma festa junina e dançaram forró e samba. Sozinha, dona Marta reviveu a performance das mulheres de Unaí no encontro para mim. Elas ficaram todas bem juntinhas como se estivessem em cima de um caminhão cheio e balançavam de um lado para outro para mostrar como o caminhão sacudia. Seu objetivo era denunciar as condições de trabalho dos boia-fria. A música que cantaram durante a performance era muito popular nas CEBs:

Em cima de um caminhão, bem cedinho ele vai, / sem nenhuma garantia / pro seu pão de cada dia / ele vai tentar ganhar. (...) Ele tentou melhorar pra sua família / Pra cidade, certo dia, / com muita fé foi morar, / mas continuou sua fome de alegria / e o sustento da família / ele tenta assim ganhar. / Ele não é roceiro, nem operário, / ganha um mísero salário, / seu riso alegre não sai / seu dinheirinho, ele nunca tem de sobra, / ele é ‘pau pra toda obra’, / ele ri pra não chorar. Ele sente saudades de sua terra que tanto ama / e não pode cultivar



Foto 18: Evento Mulheres das Américas. Roda de conversa. Autoria desconhecida, Acervo da AMTU, México, 1990

5. A luta pela Terra e a luta do povo negro

A história do município Unaí, e, portanto, de dona Marta e minhas demais interlocutoras e interlocutores, foi intensamente marcada pela implementação do programa mundialmente conhecido como “revolução verde” no Brasil, que se intensifica nos anos 1970. (MAGGINI, 2012) O programa envolvia o desenvolvimento de pesquisas com sementes, modificação genética, produtos químicos para fertilização do solo e maior mecanização da agricultura. A partir dessa época, a agricultura passa a ser cada vez mais atrelada à economia e indústria e o uso e consequente dependência da indústria de agrotóxicos⁴⁷ aumenta. O modelo econômico de desenvolvimento agropecuário implantado durante a ditadura civil-militar⁴⁸, por se basear na monocultura e valorização da grande propriedade, promove uma ruptura drástica das relações sociais no campo, promovendo um êxodo rural. De acordo com Maggini (2012), no Brasil,

“Liberto pela máquina da necessidade de empregar um grande número de trabalhadores, o latifundiário não hesitou em expulsá-los de suas terras. Para os camponeses restaram duas alternativas: migrar para as grandes cidades ou ir para as áreas de fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste e Norte do país.” (MAGGINI, 2012, p.29)

“(…) as consequências da “modernização conservadora” na agricultura foram a intensificação da concentração fundiária, expulsão dos camponeses de suas terras, desemprego, e a subordinação da agricultura à indústria.” (MAGGINI, 2012, p.76)

Por volta dos anos 1970/80 os conflitos no campo se acirram. O município de Unaí foi fundamental, pois foi lá que as comunidades rurais se organizaram e o primeiro sindicato dos

⁴⁷ Agrotóxicos são substâncias químicas utilizadas para prevenção de pragas nas plantações. Esse nome visa ressaltar a toxicidade de tais produtos para o meio ambiente e a saúde humana e consta na Lei Federal n.º 7.802 de 11 de julho de 1989.

⁴⁸ Me refiro à ditadura de 1964-1988 como civil-militar para acentuar a participação de setores da sociedade civil que possibilitaram o golpe, a implementação e a consolidação do regime ditatorial até 1988. (AARÃO REIS, 2014) Como afirma Nataniel de Freitas Silva (2016) : “tal designação é uma escolha política, na medida em que acentua e denuncia a participação e colaboração de setores da sociedade civil em torno da manutenção de uma histórica ordem de gênero fundamentada na heterossexualidade compulsória e na marginalização e exclusão das chamadas “minorias sexuais” (SILVA, 2016, p.66) e demais minorias representativas. Mais sobre isso em GREEN (2012,2014).

trabalhadores rurais de Minas Gerais foi fundado para depois se expandir por todo o Noroeste de Minas Gerais (SAUER, 1999).

5.1 “Eu sou do coco e luto pelo coco” - envolvimento na luta pela terra

Em minha penúltima viagem para Unaí, em dezembro de 2017, dona Marta tinha sido convidada a participar de um seminário sobre a memória coletiva da luta pela terra no município de Unaí. Esse evento foi organizado por um professor de sociologia rural da UFVJM em parceria com o curso Licenciatura do Campo (LEDOC) da UnB em diálogo com Mariana, ex-presidente do sindicato de produtores rurais de Unaí. O convite para dona Marta foi feito por Mariana, por serem amigas de longa data. A Associação da Mulher Trabalhadora participou da luta pela terra. A família de Mariana lutava junto a outras famílias pela permanência na fazenda Riacho das Pedras em Tabocas, Unaí. Mariana esteve na fundação do sindicato rural da região e primeiro trabalhou como secretária, depois se tornou presidente. Na época da fundação, ela já era liderança (re)conhecida na região, porém alegaram que um sindicato com “uma negra baixinha” na coordenação “não seria respeitado”.

Na noite anterior à viagem, dona Marta e eu participamos de um encontro de novenas de natal na casa de uma parenta de Marta. No final do encontro sempre havia um momento em que as pessoas falavam algumas intenções em voz alta, pedidos para Nossa Senhora antes de rezar a oração “Ave Maria”. Naquela noite, Ângela, filha de dona Marta, explicou que eu e sua mãe participaríamos do seminário, que duraria um fim de semana. No momento de expressar as intenções das orações, dona Marta pediu para rezarem por nós, para que sejamos abençoadas, porque “É que nem agora na leitura né, que quem lê em voz alta fica nervoso, assim é pra mim também que eu vou lá falar no meio dos estudantes...” Comadre Célia, esposa de um dos seus irmãos, brincou: “Dona Marta já é patrimônio dos universitário!” - “Então eu peço que vocês rezam por nós, pensam na gente que a gente tá indo sem saber muito bem como vai ser.”, finalizou dona Marta. - “A gente nem sabe direito o que tem que levar!”, eu completei. “Pois é!”, disse dona Marta. Rezamos as orações “Pai Nosso” e “Ave Maria” todos de mãos dadas e depois Ângela disse:

“Vamos levantar as mãos e abençoar elas porque elas vão reviver as nossas lutas aqui que todos nós sabemos bem né, a luta dos assentamentos, que é uma luta muito bonita, mas todos aqui sabemos também que perdemos pessoas nessa luta e que elas sejam lembradas e entrem para a história! E vamos rezar, porque tudo isso será revivido por elas.”

Dona Marta veio até mim e nós ficamos abraçadas enquanto todos levantaram as mãos em nossa direção na intenção de nos abençoar e rezamos a oração “Ave Maria.” Foi um momento muito bonito para mim, me senti muito acolhida, uma energia muito boa e foi uma das ocasiões em que eu tinha a certeza que o meu trabalho, os meus estudos faziam sentido para essa família.

O ponto de encontro para o seminário era o campus de Unaí da UFVJM. Lá, conversei com Mariana pela primeira vez. Ela era uma mulher baixa e magra, de estatura muito parecida com dona Marta. Ela era negra, tinha um cabelo bem comprido, cacheado e escuro. Mariana deveria ter por volta de 50 anos, mas aparentava ser mais jovem. Dona Marta e ela chamavam uma à outra de “pérola” e conversaram sobre alguns acontecimentos mais recentes em suas vidas. Dona Marta me apresentou a ela e explicou a minha pesquisa em Unaí. Mariana contou de como ela foi abordada por capangas armados e o que mais se impregnou em sua memória eram as armas pressionando suas costas enquanto tivera que ouvir coisas como: “Quem você pensa que é? Olha só pra você! Nem cresceu!” e risadinhas maldosas.⁴⁹

Partimos de ônibus para um pequeno povoado da região, próximo a Arinas, no Noroeste de Minas Gerais. A proposta do Seminário era reunir pessoas que estiveram engajadas na luta pela terra em Unaí nos anos 1980, a população dos assentamentos da região, principalmente Menino de Jesus, que ficava perto da escola em que o evento aconteceu, para narrarem suas memórias da época. Por fim, a sugestão era construir um material didático a partir desse evento que promovesse a visibilidade dessas histórias de luta, comparando aquele momento histórico com as mudanças ocorridas desde então. O motivo principal para a necessidade de “fazer essa história cair na boca do povo”, como disseram, era que, parafraseando um participante do seminário acerca da importância de resgate da memória: “Contar e recontar significa trazer a história para o presente. Nos conta quem nós somos.”

O povoado de Chapadinha era uma região bem tranquila, ainda mais durante o fim de semana. A escola, que nos abrigou era pequena, de ensino fundamental. Havia algumas

⁴⁹ Durante o seminário assistimos a última hora do filme “O país do carnaval” de Anders Ribbsjö de 1992. Havia algumas cenas gravadas na fazenda de Tabocas em Minas Gerais e os depoimentos de Cida e sua mãe Rosana. No filme, Cida explica sua situação e como o assassinato de seu pai gerou bastante revolta e solidariedade e contribuiu mais o fortalecimento na luta do que intimidação. Cida aparece no filme andando pela fazenda e em um momento amamentando sua filha. O depoimento de sua mãe, Rosana, me impressionou bastante. Ela fez uma fala bastante inflamada na gravação, dizendo que vai lutar até o fim e após a morte de seu marido que ela “ia lutar mesmo”. Rosana me impressionou muito no filme, pois ela estava bem mais magra, ela parecia até mais velha do que atualmente, mas os seus olhos brilhavam. Ela relatou também a morte do marido, que caiu morto em seus braços. Logo em seguida ela também foi atingida por vários tiros nas costas. Mariana falou no filme sobre as ameaças e a proibição dela de entrar nas fazendas para ajudar a organizar a luta com as famílias.

poucas salas de aula e uma cantina, onde instalaram nossa cozinha, pois a Secretaria da Educação não tinha liberado nem a cozinha, nem o Wifi da escola para usarmos. Havia também uma quadra esportiva, em que a maior parte das atividades ocorreram.

Na mesa de abertura intitulada “Luta pela Terra”, Mariana narrou sua história. Ela contou que ela era filha de uma família que lutava pela terra. Ela viveu infância e juventude na região de Tabocas, no município de Unaí, em que havia conflito com os fazendeiros. O pai dela, João de Souza de Miranda, tinha sido assassinado “a tiro pelo fazendeiro”. Dona Marta foi lá com outras mulheres, enquanto Associação da Mulher Trabalhadora, para prestar apoio, porque a família ficou muito desolada com essa morte. Realizaram um mutirão de plantação junto a essa família, pois com todas as conturbações e ameaças eles não tinham conseguido plantar. Alguns mutirões de plantação foram parcerias entre a AMTU e o movimento das mulheres do Graal de Belo Horizonte.

Como mencionado acima, o mutirão reaparece, dessa vez não em contexto de trabalho e de reza voltado para a plantação, colheita e confraternização, mas no sentido de mutirão de luta. Os mutirões na luta pela terra envolviam a circulação de informação e de orientações da igreja e do sindicato e doação de cestas básicas, material escolar e de sementes. Organizava-se também atividades visando fortalecer e motivar as famílias a permanecerem na luta e também vigílias para proteger as famílias em casos de ameaça. A Associação da Mulher Trabalhadora participava dos mutirões, articulando as chamadas “caravanas”⁵⁰ conjuntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), outras entidades da Igreja e também o movimento da GRAAL. “Era uma equipe que sempre tava nessas atividades junto. A Igreja que nos dava os informes e nós passava esse aprendizado.”, contou dona Marta. Os artigos do jornal “Trabalhadores SEM TERRA” mencionam bastante os mutirões. Em um artigo denominado “Marcados para morrer - Líder sindical e lavrador sem terra ameaçados de morte”, de 1981, os editores se mostram preocupados com a segurança de João Eleutério, lavrador, e Mariana.

“No dia cinco de março seis posseiros foram baleados na fazenda São Pedro, município de Unaí, extremo-oeste de Minas, por três policiais militares que o juiz da comarca legal, Jairo Boy, colocara a serviço do fazendeiro Antônio Bernaldo. Os trabalhadores participaram de um mutirão para impedir que as máquinas de Bernaldo continuassem violando as posses de mais de 50 famílias, que trabalham na área. (...) As denúncias sobre a intensidade da violência tem sido feitas aos quatro ventos pela presidente do sindicato Mariana”

⁵⁰ As “caravanas” compreendem a organização de transportes coletivos desde diferentes localidades para participação em mutirões, protestos e vigílias.

Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA, 1986, disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=937&Pesq=>
> (último acesso 17/10/2018)

Pedro, na época com por volta de nove ou dez anos, acompanhava a mãe, dona Marta, nos mutirões, que ela me descreveu da seguinte forma

“O mutirão não era só de Unaí, saía ônibus de Paracatu, Brazlândia, João Pinheiro para dar apoio a essa família e mostrar a força dos trabalhadores aos fazendeiros. Em Belo Horizonte ficavam sabendo. Na época não tinha celular assim né, às vezes ia pra longe pra ligar. Mas ligava pra avisar que não podia ir sem segurança, que estava correndo risco. Por isso nós dormimos no meio do cerrado esperando a segurança chegar pra ir junto com nós. Era a CPT, Comissão Pastoral da Terra. (...) Porque se o capanga soubesse que tinha segurança ele não ia atacar. Mas se soubesse que era só gente, podia atacar. Então paramos lá pra esperar a segurança. Eu lembro que eu e meu marido na época, nós era mais novo, forramo o chão na beira do ônibus e deitamos. E nessa região, mais próximo do município de Arinos, próximo também a João Pinheiro, lá vende aquelas areias para construção. Eu lembro de eu e Belchior deitar do lado de fora, não tinha barraca, não tinha nada. O povo tudo deitava assim no ônibus e não tinha espaço pra gente. E tava um vento, nossa, vento demais. Não lembro se era setembro, outubro, nós acordamos coberto de areia, as cobertas cheia de areia. Lá é a região que eles compra pra construir casa, por isso que chama areia de João Pinheiro para as construção. É uma areia mais grossa (...) Então essa é uma das realidades vividas que querem que eu conte, eu acho, lá no povoado.”

Mariana trabalhava na pastoral da igreja, que era a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que funcionava dentro do convento, antes da fundação do sindicato rural. A família dela batalhou bastante, sofreu muito e teve que deixar sua terra, mas recebeu um lote em um assentamento. Perguntei para dona Marta se havia muitas outras histórias de assentamento.

“ Vixe! Ahh tem! Tem muita história. É que eu não sou agente disso né... Eu sou uma colaboradora, não uma coordenadora desses trabalhos como fui da associação, do projeto de chacareiros, então tem vários pedaços de história que eu sei.... Eu lembro de subir num pau pra regar horta para plantar para o povo ter o que comer. Eu lembro que carregava o balde... Eu lembro de subir numa árvore e ter lá o tambor que colocaram lá em cima como se fosse uma caixa d'água e eu subia lá pra regar o couve porque não tinha como, só com balde era muito difícil. Eles tinha escola, aí as família era sempre grande, 3, 4 filho, às vezes não tinha dinheiro pra comprar lápis, aí partia o lápis em dois pedaços pra todo mundo ter. Na escola em que eu trabalhava eu ia juntando copos... Que as crianças ricas né, esquecia copos e às vezes ninguém aparecia pra buscar, aí eu levava lata, levava copo, vasilha pra eles que ficavam na escola. É esse pedaço, que eles me sentem como parte deles pra tá junto. Lembro uma vez na rodovia. Que foi de madrugada a gente sentou lá pra liberar um assentamento. Isso foi pra liberar um assentamento, o Saco do Rio Preto! “

Dessa forma, dona Marta auxiliava na arrecadação de alimentos, material e sementes para o plantio das famílias. A AMTU, as CEBs, CPT e o recém fundado sindicato rural promoviam ações como reuniões, eventos culturais e palestras para fortalecerem as famílias na sua luta pela terra. Mariana relatou como eram as condições de moradia e de trabalho naquela época, relacionando-as com as vivências de sua família.

“O pessoal que morava no rancho fazia um contrato de trabalho, trabalhava como rendeiros ou meeiros e não tinha nenhum direito. Não existia nenhum direito garantido. A minha família foi viver em 1962 com permissão de um gerente na fazenda. Em um momento o fazendeiro dizia “não quero vocês mais aqui” e fazia movimento para expulsar. Isso na região de Sapo Grande. Os roceiros né, o pessoal nas ranches, não tinha nenhuma relação de trabalho contratado. Era uma relação muito autoritária, de muita exploração. Começou o trabalho da Igreja Católica, das Escolas Eclesiásticas de Base né, da CPT, a Comissão Pastoral da Terra. Eles faziam formação de líderes e capacitação para a gente analisar a situação que vivia. As pessoas trabalhavam para morrer. Eram trabalhadores isolados sem saber dos seus direitos. O trabalhador rural aqui antes dos anos 80 não era cidadão. Então veio o momento de agir. Surgiu a ideia do sindicato, como forma de unir. Já existia um sindicato em Paracatu e João Pinheiro, mas sem envolvimento com os trabalhadores de fato. As lideranças de Igreja, as irmãs e os padres que iniciaram esse processo. Estávamos descobrindo que não estávamos sozinhos nessa situação. Foi uma luta pelo direito a ter um sindicato. Em 17 de maio de 1982 foi a fundação com 800 pessoas, um monte de testemunha, não só de Unai, mas de outras regiões também. (...) Tínhamos o livro com as assinaturas né, muitos foram no dedão, não sabiam escrever. E não era fácil nessa época, até no sindicato né, tinha muito preconceito...”



Foto 19 : Trabalhadores boia fria subindo no caminhão Autoria: dona Marta, acervo pessoal. Anos 1980 - 90 Essas fotos eram tiradas discretamente para fins de denúncia das condições de trabalho.



Foto 20 : Intervalo de almoço dos ralbaldadores boia-fria no trabalho. Nota-se o trabalho infantil. Autoria: dona Marta, acervo pessoal

De acordo com Sauer (1999) a luta pela terra em Minas Gerais teve início no município de Unaí, nos anos 1981 e 1982, antes de se expandir por todo o Noroeste de Minas. A partir da fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e de sua atuação na região outros sindicatos foram criados

“A história do STR de Unaí está diretamente vinculada à luta pela terra, pois foi fundado em 1981, a partir da luta pela posse da fazenda Picos. Na assembleia de fundação filiaram-se setecentas pessoas, entre posseiros, meeiros, arrendatários e boias fria. A organização dos posseiros era prioridade de trabalho naquele momento. A fundação do STR marcou o início de processo mais acirrado de luta pela terra no município, organizando acampamentos e ocupando várias áreas. Nesse período, o STR recebeu apoio da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base e Comissão Pastoral da Terra. De acordo com os entrevistados, ainda no regime militar, em 1983, ocorreu a desapropriação da fazenda Sapo Grande, a primeira realizada no município. A posse desta terra pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais foi resultado do primeiro grande conflito agrário na região quando os posseiros resistiram à expulsão. A exemplo dos demais 28 assentamentos de Unaí, a maior parte das famílias assentadas eram posseiros ou meeiros que já moravam e cultivavam a terra da fazenda. “ (SAUER, 1999, p.27)⁵¹

⁵¹ Disponível em <http://www.contag.org.br/imagens/f783cartilhaprojetocontaglutapelaterranoentornodebrasil.pdf>, . último acesso 17/10/2018

O pai de Mariana, João de Souza, é mencionado por Sauer (1999) como “um posseiro⁵², que, como muitos outros, resistiu às ameaças de expulsão” (p.27) Ele foi presidente do STR em Unai antes de sua filha. Mariana tinha 24 anos na fundação do sindicato.

“Vou trazer os fatos com as mulheres [respondendo à uma pergunta sobre discriminação]. Não foi permitido que eu fosse presidente por ser nova e mulher. Tanto que naquela época eu fui secretária. Embora eu estivesse desde o início como liderança. Eles diziam “Os homens não iam te respeitar. O sindicato não seria respeitado”. Começa a incomodar quando trabalhador se junta. Em agosto do mesmo ano recebemos o primeiro grupo de trabalhadores rurais expulsos de Sapo Grande, 150 famílias. Muitos meeiros, muitos sem pagar nada. O fazendeiro... Dr. Geraldo Juscelino, entrou com uma ação na justiça para reintegração de posse. Recebemos a intimação pelo rádio! Ele ganhou a causa na hora. Ele intimou muitos até pelo apelido porque ele nem conhecia [os nomes completos]. Aí que começa o conflito: quando o trabalhador começa a lutar pelo seu direito. O sindicato foi atrás dessas famílias, fez reuniões, foi de casa em casa. Fizeram núcleos, de 10-15 famílias era um Núcleo de Delegado Sindical responsável por organizar esse grupo e trazer ameaças etc.”

Dessa forma, fizeram um levantamento junto às famílias de trabalhadores acerca das ameaças que estes estavam recebendo. Ocorreram várias reuniões, das quais dona Marta também participava. Mariana relata

“Fomos para Belo Horizonte e ganhamos essa causa. Era preciso lutar para que essa terra fosse deles. *O fazendeiro nem conhecia essa terra*. E tinha essa lei do estatuto da terra: “Onde há conflito a terra deve ser desapropriada pela reforma agrária”

Mais uma vez foi enfatizada a oposição moradores/trabalhadores e fazendeiro. O fazendeiro não mora, não conhece, não vive a terra. De certa forma, isso é apresentado como um complemento ao argumento de atribuir função social à terra como motivação para a ocupação (a exemplo de ALFONSIN, 2015). Muito falado no seminário foi o fato da terra se tornar mais produtiva após criação dos assentamentos, por então cada unidade familiar cuidar de sua parte. “Tem terra que é tão grande que tem muita coisa que fica sem ser trabalhado”, me explicaram. “Muita parte que o fazendeiro nem conhece”.

Organizações como as CEBs, a CPT e a AMTU e depois o próprio sindicato contribuíram para a conscientização das famílias de trabalhadores rurais acerca de seus direitos e das noções de cidadania. Naquela época o Brasil ainda vivia a ditadura civil-militar

⁵² Posseiro/a é uma pessoa que toma posse de uma terra devoluta para cultivá-la. Geralmente sem registro oficial.

e as organizações da sociedade civil contrárias à ditadura eram criminalizadas. As autoridades buscavam desmoralizar o sindicato e tanto estas quanto uma parte da população quanto responsabilizavam os sindicatos de trabalhadores rurais pelos conflitos.

“O Incra veio conversar com a gente de Bálamo, fazenda de São Pedro etc. Começou a pipocar, pipocar, pipocar... Nós estávamos acompanhando uns 15-20 conflitos de terra. Parecia que a gente que tinha criado esses conflitos. Era uma década de muita expulsão da terra, muuuuuita mesmo. Diziam assim pra mim: “Como é que uma baixinha pretinha que veio do meio da roça podia fazer tanto barulho” Na fazenda São Pedro Cipó teve mais um confronto que foi em 1984. Juscelino Geraldo mandou derrubar cinco casas. Tinha mais três para derrubar. As pessoas foram a pé para Unai para denunciar isso. As famílias estavam fugindo. Eram doze jagunços armados, três filhos de fazendeiro. (...) Quando me viram foram me botar pra fora, queriam quebrar minha máquina fotográfica, destruíram o filme. “Quem é você? Olha o seu tamanho! Você não vale nem uma bala! Você não vale nem uma bala!”, assim falaram para mim. E o juiz disse que não podia fazer nada, pois não tinha provas. Entramos para a justiça. Anos depois o próprio juiz veio fazer acordo com o sindicato para reparar para a gente tirar o processo criminal.”

Ocorriam as reintegrações de posse e ações para criminalizar os movimentos. Cida sofria ameaças cotidianamente. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começa a atuar na região mais tarde, por volta de 1986/87. As pessoas presentes no seminário ressaltaram um desentendimento no início. “O MST acreditava que a luta aqui não era legítima e foi meio oposição ao Sindicato. Em 1987 muitos foram presos, do MST, a ocupação aconteceu em uma região muito conservadora. Aí eles se retiraram e voltaram nos anos 90, depois que já tinha acontecido muita coisa.” Mariana concluiu sua fala com as palavras

“Hoje tem 33 assentamentos de reforma agrária lá. Essa história é nossa. Eu acho que hoje, passados 36 anos, a geração nova não conhece essa história. Essa é a razão desse seminário, para recontar essa história por quem a viveu. Acho que a partir daí o trabalhador rural de Unai deixa de ser um cidadão de segunda categoria. Mas muita coisa ainda há de ser feita. (...) Tenho um pedido para a universidade: A maioria desses trabalhadores são anônimos. Minha mãe foi baleada, e eu fui presidente do sindicato então eu sou bastante conhecida, mas eu quero que os outros sejam conhecidos também. Quando mataram meu pai, tentaram matar minha mãe e me expulsaram, só fez foi aumentar a luta. Então eu peço para que seja criado um livro didático para as crianças saberem essa história. Ela precisa ser contada por nós que somos responsáveis por 50 por cento dos alimentos nas mesas dos brasileiros. (...) Precisamos resgatar nossa cultura, nossa identidade. Me

incomoda muito que nossa luta possa ser apropriada por grandes cooperativas . Que possamos recuperar nossa grande força social. “

Dona Marta relatou um pouco de como era o terror psicológico que “quem era de luta” sofria naquela época:

“Ela [Mariana] era perseguida e eu vigiada. Tinha um policial que morava do meu lado, Sargento Israel. Tinha uns encontros acontecendo na cidade [dos movimentos sociais]. No domingo o policial fazia roda de samba na frente da minha casa, lá do lado, Na reunião de CEB né, das Comunidades Eclesiais de Base, vinha gente de movimento. Foi na época que prenderam o povo no MST. Aí eu pegava colchão, panela, essas coisas e eles ficavam monitorando minha casa, vendo quem entrava, quem saía. Eu abrigava amigos do Saco do Rio Preto na minha casa. Vinha carro atrás de mim, buzinando, eu com medo subia na calçada. Aí quando ia ver, era um dos grandes. Todo mundo me conhecia bem, né. Ele buzina e levava o carro até no meio fio. Eu sempre tava junto né, não tinha grande liderança, mas tava junto.”

Mariana discordou de dona Marta: “Tinha sim, dona Marta, era liderança sim. O sindicato era bem isolado. Era a Associação da Mulher Trabalhadora, as CEBs, a igreja, os sindicatos e mais ninguém.” Em diversos momentos durante todas as minhas viagens, dona Marta falou sobre a perseguição que sofria. Uma lembrança que ela me narrou foi na época de luta em um assentamento ou povoado, ela não sabia dizer ao certo qual. Ela foi numa festa e estava dançando forró com um homem e não sabia que ele era “jagunço”. No meio da dança, ele fez um movimento como se fosse ajustar seu revólver no cinto. Ela se sentiu ameaçada. “Belchior falava pra mim uma hora você vai ser arrastada na rua. Eu não tinha medo. Belchior e meus irmãos falava isso eles tinham medo. Eu tinha a agilidade de correr, de me esconder.” Dona Marta falou novamente do senhor que ameaçou ela no assentamento durante a festa.

“Não vi o revólver - às vezes ele não tava de revólver e era só ameaça. Eu tava com anel de tucum e aliança e levantei minha mão assim pra ele, de punho cerrado: “O anel de tucum é meu compromisso com a comunidade.” Fui até a mesa e sentei com as colegas. Se ele tivesse com revólver mesmo ele dava tiro nas minhas costas, eu não tava com medo. Quero comprar de novo um anel desses, não sei porque quebrou. Isso que eu fiz era ponto de briga mesmo. "Dar franga", sabe, deixar ele no meio do salão. Onde sempre dava briga em festa era isso. Ele podia correr atrás de mim pra me matar. O que eu fiz foi um desacato que nem ele fez comigo.”

Eu não tinha entendido qual era a simbologia do anel de tucum e perguntei para as duas irmãs, Maria e Marta. “O anel de tucum é o símbolo. É o anel que mostra que eu sou da

luta, da defesa da luta das comunidades.”, explicou dona Marta. "Eu sou do coco e luto pelo coco" disse Maria. A tradição do uso de anel de tucum⁵³, uma palmeira bem comum na Amazônia, vem desde as épocas do império no Brasil e teria sido usado pela população negra e indígena. Primeiro ele se consolidou como símbolo de amizade ou de casamento e depois se tornou um símbolo da resistência e da luta por libertação. Mais tarde, principalmente nos anos 1960 com a Teologia da Libertação, o anel de tucum passou a significar fé e compromisso com os ideais cristãos e com as comunidades mais vulneráveis. “O anel de tucum tornou-se símbolo desse comprometimento político com a questão da terra, dos posseiros e da causa dos indígenas, simbolizando a aliança com os oprimidos. (VALÉRIO, 2007, p.171) A simbologia do anel de Tucum segue presente nas ações e místicas do MST. (NASCIMENTO ;MARTINS, 2008).



Foto 21: Bloqueio de via. Mutirão/protesto. Acervo pessoal de dona Marta, anos 1980

⁵³ Nome científico *Astrocaryum vulgare*

5.2. “Tem luta que é só do negro”

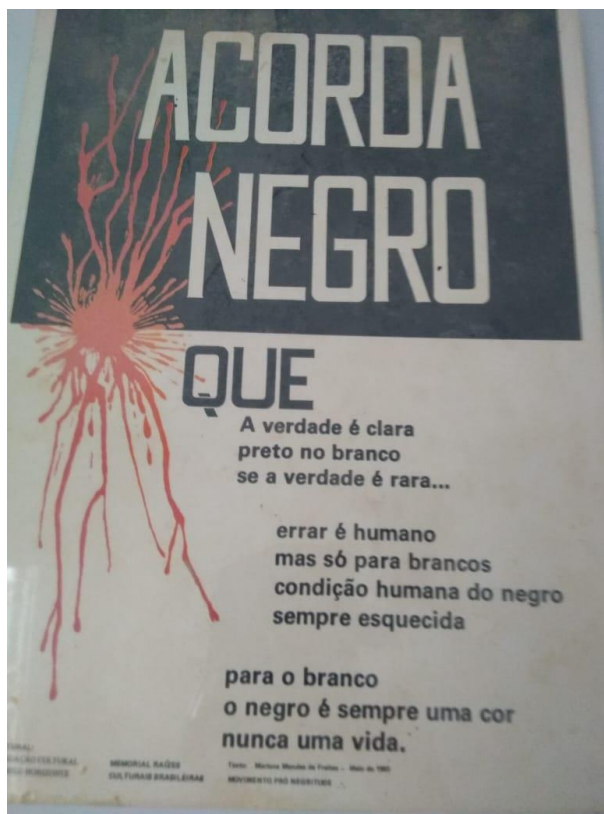


Foto 22 Cartaz na parede da sala de dona Marta, Texto de Marlene Mendes de Freitas, movimento pró-negritude, maio de 1983, Autoria: Angela

Na minha segunda visita a Unaí, logo após minha chegada dona Marta me levou à antiga sede da Associação da Mulher Trabalhadora, que hoje em dia abriga a administração da Comunidade Mente Aberta e a comunidade religiosa Santa Teresa D’Avila. Havia uma salinha administrativa com um cartaz que mostrava a freira missionária Célia e Marta com a frase “As fundadoras da Associação da Mulher Trabalhadora”. Em um quarto pequeno havia várias máquinas de costura, legado da A.M.T.U. A sede ainda abrangia um refeitório e cozinha e uma sala grande que lembrava uma igreja, pois tinha algumas imagens de Jesus e um altar improvisado. No lote ao lado da sede há apenas uma casinha que foi construída para uma mulher que tinha vindo de longe e não tinha onde ficar. Há planos para transformar esse lote na Unidade Feminina da Comunidade terapêutica Mente Aberta, como padre Simonídes me explicou naquela ocasião. Diferentemente dos homens que moram na roça e cujas atividades compreendem cuidar de gado, galinhas, tirar leite da vaca e cuidar da horta, as

mulheres vão ser hospedadas lá mesmo. A nova unidade terá três andares: dormitórios, refeitórios, quarto de costura e uma sala para lazer e para oficinas diversas.

Dona Marta me explicou que aquela sala grande onde se celebra missas não era da sua época. “A gente não deu conta de aumentar aqui, por isso passei para Padre Simão e ele conseguiu!” Ainda sobre aquela sala, o padre explicou que lá ocorria a missa da comunidade Santa Tereza d’Avila, mas que eles também emprestavam o espaço para as reuniões da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do MST, e que ali também ocorriam oficinas.

Após conhecer todas as salas, o padre me entregou dois presentes: um pilão de madeira e um navio feito principalmente de palitos de picolé e outros materiais reciclados, ambos produzidos pelos internos da comunidade terapêutica. Tinha dois navios entre os quais eu poderia escolher: um nas cores preto e branco e o outro vermelho e preto. Primeiro eu escolhi o preto e branco, depois mudei de ideia. “Acho que eu prefiro o vermelho e preto que são as cores do antifascismo”, expliquei. O padre e dona Marta riam. “Ela quer o navio antifascista!”, disse o padre rindo. “É, tá aumentando o fascismo, né” Durante essa conversa ele falou sobre a união na luta. “A luta é de todos, quilombola, indígena, mulheres, negros tem que tá tudo unido na luta, porque somos todos humanos.”

No dia seguinte, quando fomos até a roça da família Pereira dos Santos na fazenda Taquaril eu fiquei meio insegura de como perguntar sobre como a escravidão era interligada com a história de sua família. Usei a palavra “quilombola”. João Neto, neto de dona Marta, filho de Joana, por sua vez filha caçula de Dona Marta, de dez anos de idade estava perto e perguntou o que era. Explicamos juntas, Geralda, eu e dona Marta. “Meu pai já não era contido como escravo, mas ele morava na terra do patrão, trabalhava pro arroz, feijão, mas tinha coisa que ele tinha que pegar do fazendeiro.” Dona Marta falou sobre a abolição:

“Essa lei libertou eles, mas deixou no sofrimento. Muitos escravos continuaram, porque não tinha como viver. Não deu terra, não deu nada. Dizem assim né, que o negro foi libertado e jogado no lixo. Que liberdade era essa? Era uma falsa liberdade né.”

Sobre a conversa que tivemos com o Padre Simão, Dona Marta disse: “Por isso que eu digo, que eu concordo com o padre, tem que ser todo mundo igual mesmo e lutar junto, mas tem algumas coisas que é só do negro.” por isso haveria “lutas, que são só do negro. “E a escravidão foi algo tão marcante, que nós, os próprios negros, nos escravizamos também.” Ela contou a história de uma professora negra e outros “que nem mesmo para uma foto não querem sentar na frente, não gostam”. “Nós mesmos nos escravizamos, nós mesmos não tinha

coragem”. Sobre o povo negro “se escravizar” ela não falava no sentido de atribuir culpa às pessoas negras pelo seu sofrimento e pela escravidão, mas muito mais no sentido do racismo destruir a autoestima da população negra, no sentido de uma subjetividade colonizada. (CARNEIRO, 2005, SILVA, 2004, WERNECK, 2016) O combate ao racismo e todas as suas consequências destrutivas era o propósito do Grupo Negro, principal frente de atuação política nesse sentido na região de Unai nos anos 1980.

Assim como a AMTU, o Grupo Negro tem suas origens dentro da Igreja Católica nos encontros de CEB. Uma folha com anotações de dona Marta para uma apresentação do grupo, da qual ela não lembra para qual ocasião esse documento foi elaborado, conta um pouco da história do grupo:

“O movimento de Consciência Negra de Unai surgiu na década de 80 a partir da necessidade de nós negros mostrarmos os nossos valores e contribuições à cultura brasileira, além de, é claro, desfazer alguns mitos, que ainda hoje cercam “O NEGRO”, do tipo: “negro é vagabundo”, é “preguiçoso”, é “feio”, é “macumbeiro” etc... Tínhamos como fonte de inspiração as dificuldades que sofriamos e víamos outros sofrer, por causa da discriminação, se não nos uníssemos regional- e nacionalmente com certeza teríamos nossa cultura ainda mais massacrada pela ideologia branca, que há algumas décadas atrás era a única certa e respeitada. Durante anos esse grupo foi atuante em nossa comunidade, participou de vários encontros a nível regional e nacional, buscando fortalecer ainda mais nossas consciências de que a negritude é bela, tem história e tem razão de ser assim tão marginalizada, mas tem ainda mais razão para se erguer, ser forte e grandiosa.”



Foto 23 : Participação de dona Marta em Missa Afro, Julho 1992, acervo pessoal de dona Marta

O grupo promovia desfiles, oficinas de tranças e cursos de dança e de capoeira. Os seus eventos culturais sempre tinham um viés antirracista e de conscientização. O grupo negro também coordenava as missas afro dentro da igreja. “As missas afro são que nem as missas normais, mas o negro, ele gosta de rezar com o corpo também. Então tinha mais música e mais dança, e a gente cantava com mais força também.”, me explicou dona Marta. “Tinha atabaque, essas coisas.”

O Grupo Negro também fazia parcerias com a “Fundação Conscienciarte” já nos anos 2000. A Fundação Conscienciarte tinha sede em Paracatu, mas atuou em Unaí também, organizando cursos de dança dos quais dona Marta participava. Na página oficial da fundação explicam que sua missão seria "Promover o desenvolvimento social, em parceria com o poder público e privado, de forma cooperativa e solidária, tendo como eixos: Educação, Cultura, Ecologia e Cidadania."⁵⁴ O Grupo Negro conjuntamente com a Fundação organizava eventos para celebração da Consciência Negra em novembro.

⁵⁴ Fonte: <http://www.conscienciarte.org.br/>, último acesso 20/11/2018



Foto 24 : Mulheres do Grupo Negro, provavelmente em uma missa Afro, à extrema esquerda Maria, irmã de dona Marta, anos 1990, acervo pessoal de dona Marta

5.3 Terra Na Prateleira - Projeto Bem-Viver da Família Pereira dos Santos

Durante o seminário, eu fiquei responsável por ajudar dona Marta a elaborar sua fala. Como em alguns momentos ela tinha dificuldade para lembrar certos nomes e momentos, eu anotava para caso ela se esquecesse durante sua fala eu a lembrasse no momento da discussão, através de um comentário ou de uma pergunta. Dona Marta me disse: “Minha fala é hoje, né? Então anota aí a terra na prateleira! Pra se perguntarem: por quê lutar pela terra!” - “O que significa terra na prateleira?”, perguntei. “Que é muito amor pela terra, que a gente guarda na prateleira!”

Algum tempo depois, já de volta à sua casa em Unaí, perguntei novamente de onde vinha essa expressão e o que ela entendia por terra na prateleira. “Para mim a terra é o paraíso. Mesmo com toda a minha fé, quando eu acordo de manhã, antes do altar o que vem à minha mente é a roça.” Atualmente quase todas as manhãs dona Marta vai até a roça de seus pais, a pé ou de bicicleta para capinar, colher, plantar ou limpar e me falou do prazer que ela sente até nos trabalhos mais exigentes fisicamente.

“Quando você tá capinando, você vê a plantinha crescendo... Você levanta a cabeça e vê a natureza. (...) E eu vejo as diferenças: uns são fáceis, uns tem

as raízes bem fortes e profundas, outras são bem submersas e as outras é tão forte que você puxa, puxa, estoura os galhos mas não sai as raízes. Tem muita diversidade! Uns são em pé, outros deitados... Dá pra meditar assim, não precisa nem de rosário. Você vê assim se vai chover ou não... Isso é extraordinário! É tudo muito parecido e muito diversificado. Só Deus pra saber. Tem esse lado místico na roça de Deus estar presente em tudo. Aqui na cidade a gente vê, mas lá é mais purificado. É o prazer que a gente tem até no trabalho mais duro.”

Porém, a terra, um testemunho do amor e da presença de Deus, para dona Marta não significa apenas produção de alimentos e lazer, mas também cura. Quando ela foi diagnosticada com ovo de lombriga solitária na cabeça, ela recorreu à medicina popular, assim como quando apareceu um caroço nas suas costas que precisava ser removido através de uma cirurgia. Esses e outros mal estares foram tratados por dona Marta com plantas, raízes, frutos, “do que vem da terra” e a própria terra, como em forma de barro e argila.

“A terra na prateleira é como remédio, como o azeite [de mamona]. Algo precioso que se guarda na prateleira. A terra, eu guardo ela na prateleira, que além da gente produzir e viver nela, eu tenho ela como remédio. A gente usa argila, mas você pode usar qualquer terra desde que esteja saudável. Tem que usar terra de beira de córrego onde ela não está contaminada, perto da árvore. A gente usa muito é terra de formigueiro.”

A terra na prateleira também é uma bela metáfora para seu vínculo e sua relação afetiva, de cuidado e amor, pela terra de seus pais, mantida mesmo na vida na cidade. Para Dona Marta o uso “do que há no meio, do que vem da terra” advém dos saberes tradicionais de sua família negra e por isso é relacionada à história e cultura das famílias negras rurais na sua busca por autonomia, na realização do projeto camponês - isto é, a autonomia proporcionada pela terra e constituição de família. (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010; WOORTMANN, 1983)

Em novembro de 2017 liguei para dona Marta para combinarmos minha próxima visita. Nessa ocasião, ela me falou de sua tristeza:

“Eu fico triste assim, sabendo que é o mês da consciência negra e esse mês não teve nada, nada para lembrar. Antigamente a gente sempre fazia. Parece assim que as pessoas estão esquecendo, os jovens estão esquecendo..”

Nesse telefonema, ela me falou pela primeira vez sobre as suas dúvidas em relação à identidade quilombola, se sua família era quilombola ou não. “Já tinham me falado disso, mas eu deixei pra lá. Agora eu voltei a pensar muito nisso.” Ela me pediu para explicar sobre as possibilidades da sua comunidade reivindicar o título de quilombola.

Eu discuti essa demanda com o meu orientador, que, por sua vez, me passou o contato de uma colega de curso que trabalhava na fundação Palmares. Ela me explicou todo o procedimento para requisitar o título e toda a documentação necessária. Na minha visita dona Marta e eu analisamos todo o processo e os documentos. Ela ficou com receio do termo “remanescente de quilombo”, pois não havia uma referência a “quilombo” ou “quilombolas” na história da sua família. Perguntei como ela descreveria o “projeto de Bem Viver da sua família”⁵⁵ e ela me respondeu como se fosse submetê-lo a um edital.

“Eu colocaria assim: Família Pereira dos Santos, que vem de uma família tradicional de trabalhadores rurais com culturas do negro, o tipo de convívio familiar, tipo tradicional de formação de família, de religião, de produção para sobreviver, mandioca, cana de açúcar, rapadura, até mesmo algumas frutas nativas que aprendemos a aproveitar. Os brinquedos que nós brincava... A gente tem essa busca novamente... A boneca de palha, esse tipo de coisa. A gente ensinar as nossas crianças a conviver com as coisas do meio. Nós negros têm essa coisa: usar o que tem entre nós. Isso era a forma de cultura e do meio de sobrevivência, não precisava ter dinheiro pra ter brinquedo.”

Como essa sua fala evidencia, dona Marta se preocupa muito com o fim das tradições. Nos dias atuais, somente Marta, suas irmãs Maria e Geralda e uma das filhas de Geralda torram farinha de milho juntas, no quintal da antiga casa de Dominga na cidade, hoje habitada por Geralda e Maria. Os conhecimentos tradicionais da família, como os brinquedos feitos a mão, a produção de óleo de mamona e de farinha, estão correndo risco de se perderem, pois os jovens e as jovens da família já não demonstram interesse neles.

Eu expliquei para dona Marta que a identidade quilombola era uma identidade política (O'DWYER,2007) e que mesmo nunca tendo usado esse conceito, ela poderia sim dar início ao processo. Conversei também com a filha mais velha dela, Ângela, mas ela já não tinha interesse em acessar essa política. Percebi que uma parte da família enxergava isso como

⁵⁵ Termo usado pela própria dona Marta.

“muito trabalhoso, mais um problema pra gente lidar”. Dona Marta continua conversando com suas irmãs e irmãos sobre essa questão, tendo em vista as políticas públicas e projetos no sentido de fortalecimento das tradições da família, da consciência negra e de combate à criminalidade e uso problemático de substâncias químicas.



Foto 25: Material de construção na roça. Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018,

Já o “Projeto de Bem Viver da Família Pereira dos Santos”, um projeto de retomada e ocupação da terra, existe e está sendo liderado por dona Marta. Foi ela que montou uma rede elétrica e um poço artesiano. Todo o terreno é decorado por placas de madeira através das quais dona Marta busca conscientizar sua família da importância do cuidado tanto entre os familiares como com a natureza com frases como “Joga o lixo no lixo”.

Antes da morte de sua mãe, a sua roça foi loteada para que todos os filhos de Dominga e Eugênio tivessem uma parcela de terra. Marta se engaja na ocupação desta terra, tanto através da produção de mamona e de mandioca, quanto motivando a família a construir suas moradias lá para a roça voltar a ser um lugar de lazer, visando dar continuidade a alguns

aspectos tradicionais da vida na roça. Atualmente algumas familiares já estão construindo suas casas e Geralda mantém uma criação de porco e de galinhas.

6. Considerações finais

“O amor é político! Uma das coisas que sempre dizemos é que nós fazemos política como um profundo ato de amor, amamos a nosso povo, e o que nos move é isso, somos apaixonadas por nosso povo: as pessoas, a natureza, a paisagem... e por amor inventamos todas as metodologias e a facilitação que utilizamos, procuramos explicar ao nosso povo como lhe amamos, como queremos que seja amanhã, como gostaríamos de viver... E essa é a ação política: expressar nossos desejos e esperanças. Estamos apaixonadas pelo processo de mudança que se vive atualmente. Então, inventamo-nos em tudo para poder acompanhar, explicar, apaixonar, gozar, seduzir, comer, alimentar... O fluir da vida e da esperança é isso. E assim entendemos a política.”

Julieta Paredes em “O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo.”⁵⁶

Ao ser perguntada sobre o “por que” da luta pela terra, Marta responde “Que é muito amor pela terra, que a gente guarda na prateleira!” “A terra na prateleira” significa ter a terra, entendida tanto como a terra-território, roça de seus pais, em que passou sua infância, quanto a terra-natureza, entendida como os rios, as árvores, plantas, frutas, sempre presente, no coração e na mente, como algo precioso, mesmo na cidade. O amor pela terra, por sua família, sua comunidade e seu olhar afetuoso para as mulheres se manifesta através do esforço e trabalho duro ao longo de toda uma vida a fim de melhorar suas vidas e de promover sua libertação. Dona Marta e suas redes e comunidades fazem política com amor, com fé, com alegria.

De acordo com Maluf (1999) há algum tema central, que sempre perpassa toda a história de uma vida. Quando entrevistamos durante um maior espaço de tempo e repetidamente uma pessoa acerca de sua própria vida, vemos esse tema central surgir e ressurgir. Esse tema seria “o fio que ajuda a tecer o itinerário narrado.” (MALUF, 1999, p.72). Encontrar esse fio seria parte do projeto antropológico, pois a interpretação da antropóloga/do

⁵⁶ Fonte: Diário Liberdade, disponível em <<https://gz.diarioliberalidade.org/america-latina/item/12022-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocaao-queremos-revolucionar-tudo.htm?fbclid=IwAR0HDS-omGGIAKTLv5151VqCQPK2U310Qq%20geKHdY3IMEWFs5T-Fv1U7rh4>>, último acesso 18/01/2019

antropólogo deveria “revelar a quintessência⁵⁷ da experiência e da autorreflexão que constituem a narração.” (MALUF, 1999, p.72)

A princípio eu acreditava não ter encontrado um único tema central, mas três, que serviam também como ponto de partida para as narrativas de dona Marta: a territorialidade (sua relação com a roça de seus pais)- as suas lutas políticas e a sua fé cristã. Ao longo da elaboração desse trabalho, no entanto, fui compreender que na verdade se tratava sim de um único tema, pois são três aspectos que estão interligados e se confundem e formam um único mosaico. Seria mais ou menos assim: Deus se manifesta na roça, na terra a ser cultivada, usada, vivenciada, desfrutada, um verdadeiro testemunho do amor de Deus. A luta se dá pela necessidade de proteger essa terra, e buscar a libertação das comunidades oprimidas e exploradas no sentido da teologia da libertação, para se seguir o exemplo do viver-bem em comunidade de Jesus Cristo. Deus também está presente na busca por formação, tanto espiritual, quanto educacional por parte de dona Marta, na sua sede por conhecimento. Qual outra explicação haveria para uma “menina da roça” gostar tanto de ler? Como diz dona Marta: “Deus ajuda, mas a gente tem que se ajudar também, né.”, poderíamos dizer: “Deus ajuda, quem luta.”.

O trabalho muitas vezes para dona Marta é um aspecto do exercício de seu amor e de sua fé. Ela é Marta, irmã de Maria, que ora e trabalha. Sobre seu nome, dona Marta me contou

“Antigamente eu não gostava do meu nome, não. Mas hoje acho que tem tudo a ver comigo. Porque as pessoas ficava assim: “Ô Marta, ô Marta” [em tom de desaprovação, de aversão ou de zombaria], isso foi durante o cursinho, tipo julgando né! Porque a Marta, ela não parava né, trabalhava o tempo todo, fazia de tudo e não parava. Porque na história da bíblia é assim: Dona Maria é a que recebe Jesus e cuida de Jesus, né, que lavava os pés dele com óleo e cuida e a Marta é a que faz tudo e só trabalha. Aí as pessoa falava né, que a Maria foi esperta, que Maria é a que teve melhor, né, porque fica perto de Jesus. Aí fui até na Igreja falar com o padre que isso tava me incomodando muito. Aí ele disse para eu não ficar assim não e falou assim: “Maria só sabia rezar, só isso. A Marta sabia tudo, sabe trabalhar e rezar tudo junto.” Eu até fico envergonhada assim, que me orgulhei, fiquei feliz mesmo, que antes eu achava que meu nome não tinha nada a ver, daí que eu vi que era isso mesmo, que eu trabalho e oro e eu consigo fazer os dois ao mesmo tempo, que é isso mesmo que eu faço! “

Marta é também Marta Lagarta, que está sempre brincando com os netos. Na comunidade Barra do Córrego, onde passamos um fim de semana para comemorar o dia do

⁵⁷ Isto é, de forma simplificada, o elemento essencial, de maior relevância.

santo São Sebastião, ela fez competição de grito com seu neto mais novo, João Neto, de dez anos, e se escondeu de baixo da mesa para divertir os netos adolescentes. Dona Marta passou a ser chamada de Marta Lagarta pelas crianças com referência a um livro que elas liam na escola. Descobri que a Marta Lagarta do livro não é personagem, e sim autora e que o livro se chama “A menina que ia para longe”. Trata-se de um conto popular, que se transformou em livro após muitos anos “só na lembrança de Marta Lagarta”.

“A menina que ia para longe é uma história que havia sido contada pela avó da autora na sua infância. (...). Nessa divertida história, uma menina caminha, caminha, caminha e tem divertidas conversas com os personagens que vão surgindo. Nas diferentes situações, a menina perde várias coisas e vai fazendo trocas ao longo da sua caminhada. A história mostra a importância de a criança aprender a lidar com a perda e seguir em frente, no caminho florido comprido, e também de entender que sempre haverá lugar para algo novo entrar na sua vida.” Sinopse na página Travessia⁵⁸

Gostei da sinopse e achei que tinha tudo a ver com dona Marta, que sempre foi muito próxima da sua avó e é uma “mestra de vida”. Na sua trajetória, aprendeu a importância de seguir em frente, lutar para melhorar a vida no presente e por um futuro melhor e ao mesmo tempo valorizar a história dos seus antepassados, do seu povo. Sempre caminhando.

Já ao final do trabalho de campo, Marta me pediu para escrever uma “avaliação” sobre ela. Quando a sua filha mais velha, Ângela, estava no ensino médio ela escrevera um texto sobre sua mãe que também fazia algumas críticas e isso teria ajudado muito dona Marta na época a se atentar para algumas coisas que ela não tinha percebido antes. Então ela queria que eu a dissesse se ela teria “muito ou pouca liberdade” e qual seria a avaliação minha de como é dona Marta em relação “às coisas de família e coisas do serviço”. Eu fiquei um pouco insegura quanto a esse pedido e expliquei para ela que não é essa a tarefa da antropóloga/do antropólogo, que nós não fazíamos julgamentos ou avaliações nesse sentido. “Então faça esse favor como amiga!”, disse dona Marta. Com esse distanciamento da relação pesquisadora - interlocutora eu concordei em realizar seu pedido. Assim surgiu o texto “O legado da roça” que foi lido por Ângela no dia primeiro de julho de 2018 na festa surpresa em comemoração ao aniversário de 75 anos de dona Marta. O texto foi bem recebido, deixando várias/os familiares emocionadas/os. Fui convencida por meu amigo José Eduardo Souza Gastão, carinhosamente chamado de Zé, estudante da antropologia também, a acrescentar o texto na

⁵⁸ Fonte: <https://www.travessa.com.br/a-menina-que-ia-para-longe/artigo/b6c67e2b-94d8-41dc-9aeb-e83014d35f09> último acesso 03/10/2018

minha monografia. Ele me disse: “Fiquei emocionado. Lendo o seu texto eu pensei: isso que deveria ser antropologia, ela ainda não o é, mas é o que ela deveria ser.” Ao reler o texto após terminar a escrita dessa monografia, decidi que serviria bem como conclusão, pois traz vários dos aspectos sobre os quais discorro ao longo do trabalho, além de ser um retrato de dona Marta, pintado aos poucos com as suas narrativas e minhas observações.

6.1 O legado da roça - De Dona Marta e suas inquietudes

Já se escutou dizer por aí que ela é “coitada” porque “não receberia ajuda da família.” Deve ter sido alguém que viu ela voltando da roça, da terra de seus pais, de bicicleta ou a pé, rezando o terço, a roupa suja, pois passou a manhã capinando. Talvez com um saco de mamona coletada para fazer o azeite, tradição antiga renovada sempre por ela e sua irmã. Ou então ela estava voltando da casa de sua mãe Domingas, casa agora habitada por suas irmãs Geralda e Maria. As roupas simples e sujas também, porque estava fazendo farinha de milho ou de mandioca, outra tradição, da cultura dos negros como diz Dona Marta.

Essa produção não é mera questão de dinheiro, não se trata apenas de completar a renda, apesar de mostrar o valor da terra ser um dos objetivos de Dona Marta. Me parece que mais importante do que isso é manter a tradição viva. Manter a tradição viva é relembrar e honrar a sua própria história e a história da família, os antepassados, Dona Dominga e Seu Eugênio e quem veio antes deles. Muitas vezes quem é de fora enxerga isso melhor do que quem é da família e sempre conviveu com a tradição.

Esse mesmo Alguém, que chamou Dona Marta de coitada, não deve conhecer sua família grande e sua imensa rede de amizades, a preocupação de suas filhas e seus netos com o seu bem estar – mal sabe esse Alguém o quanto que suas filhas e netos gostariam de vê-la relaxando, o quanto que acreditam que ela poderia estar mais tranquila, “aquietada” – mas esse Alguém também não deve entender nada de liberdade. Dona Marta uma vez me disse algo como: “É bom ter liberdade, mas muita liberdade também não é bom, pois não há ninguém para te dizer a não fazer algo, ou quando já basta, já é suficiente.” O momento de parar, então. A liberdade de Dona Marta foi duramente conquistada, ela precisou lidar com a revolta que sentia contra o machismo do pai, parte da cultura patriarcal, ela precisou se levantar várias vezes contra o seu marido e exigir respeito e tratamento digno perante a sociedade, mas principalmente, sempre precisou trabalhar pela sua liberdade. Para quem desde pequena trabalhou muito, o trabalho é parte importante da vida.

Eis o aspecto mais complicado da liberdade de Dona Marta: ela é também a liberdade teimosa das idosas. Algo que já observei muito em minhas avós: quando elas decidem algo não há quem as faça mudar de ideia a não ser elas mesmas. Às vezes elas complicam algumas coisas que poderiam ser resolvidas mais facilmente, implicam com algumas pessoas mais do que o necessário. Coisas que talvez seria melhor simplesmente deixar para lá, como o que tal pessoa e tal pessoa acham ou falam delas. O que as outras pessoas fazem ou não fazem de acordo com suas ideias do que é o correto.

Uma de suas sobrinhas uma vez disse: “Tia Marta, você é obsessiva com algumas coisas, isso eu já observei em você! Com coisas de trabalho.” E para mim, Dona Marta disse, em um domingo: “Por mim já descascaria a mandioca logo, não esperaria amanhã. Tem que rezar e descansar, mas quem reza, trabalhar um pouco também pode, tem gente que nem reza, nem trabalha, oras!” Dona Marta mesma me disse: “Foi maravilhoso [nosso tempo juntas], veja só, você não teve a sua enxaqueca e eu me curei um pouco da minha doença de serviço, que eu nem sabia que tinha!” Para quem não consegue ver a terra malcuidada, a época correta de plantar mandioca ou milho passando e a terra sem arar, a mandioca toda empilhada prontinha para ser descascada, ficar parado é tortura.

Essa é Marta, irmã de Maria que, segundo a bíblia, é bem diferente da irmã. A bíblia mostra Maria como sendo mais de uma oração contemplativa e da proximidade com Jesus enquanto Marta é do trabalho também. “Ora et labora!” em latim, “ore e trabalhe!”, princípio da ordem de São Bento, dos beneditinos. Por isso, Dona Marta, sempre envolvida na luta das mulheres, dos negros e dos sem terra, no auge dos seus 74 anos precisa aprender a relaxar, a se aquietar, a não se deixar afetar tanto pelas coisas à sua volta, a ficar mais em paz.

Para sua família, é uma questão de saúde mesmo. A preocupação é com o tanto de esforço que ela faz, o tanto que caminha debaixo do sol. Uma pessoa da família me disse: “Eu fui em Caldas Novas, e você tinha que ver, os velhos tudo relaxando lá na água quentinha. Gostaria tanto de ver Dona Marta assim, ela tem sim condições pra isso.”

Não é que Dona Marta não goste de viajar, não, não é que ela não goste de se divertir, não, mas é que assim como se diz dos povos nômades que escutam o chamado do vento para seguirem em frente e explorarem novos lugares, Dona Marta escuta o barulho da água no córrego em sua terra, ela sente o tempo de plantar chegando, é sua terra lhe chamando para retornar. É o desejo de desfrutar da terra, de tê-la novamente como lugar de produção e de lazer, e também de união da família. É o legado da roça em seu peito, as memórias de sentar ao redor de uma fogueira, contar histórias e fazer gracinhas. Ao acordar, mesmo sendo uma

mulher de muita fé, antes mesmo do altar, é a imagem da terra de sua família que lhe vem à mente. Capinar para ela é uma meditação, é um momento de paz, em que ela esquece o mundo a seu redor, todas as suas preocupações e só se concentra na terra, nas plantinhas crescendo, no canto dos passarinhos.

Eu também tive o prazer de conhecer Marta Lagarta, que adora estar entre crianças e jovens. Uma avó forte e divertida que se esconde debaixo da mesa para assustar os netos, que brinca com os jovens, faz competição de grito com os pequenos e se joga no córrego. A mesma avó brincalhona é também uma avó “exigente”, nas suas próprias palavras. Às vezes ela é um pouco dura, quem sabe ela não poderia limpar as lentes de seus óculos da poeira das suas ideias tão fixas, da sua opinião forte do que é o correto e o melhor para todos e ver com mais nitidez a beleza de sua família e o amor de todos por ela? Quem sabe isso não aliviaria um pouco as suas inquietudes e possibilitaria mais união na sua família? E os jovens, será que não poderiam se esforçar mais em escutar Dona Marta, em aprender com sua vida e seus conhecimentos?

A gente fala muito na falta de abertura que os velhos têm para com as coisas dos jovens, mas Dona Marta uma vez me disse: “É bonito quando os jovens têm abertura para as coisas dos velhos.” Espero florescer a sementinha do encontro com os jovens, que eles saibam aproveitar essa sábia mulher idosa e vivida, que busquem apreciar seus ensinamentos. A fala é terapêutica e todo mundo gosta de ser escutado. Quem sabe não possamos cultivar o dom da paciência e da escuta? Quanto às inquietudes de Dona Marta, o legado da roça ninguém poderá lhe tirar, é o seu pertencimento, é a sua identidade, e aprender a permitir-se o descanso, permitir-se viajar, ficar um tempo longe da terra e do trabalho, isso é com Dona Marta e Deus.

7. Epílogo: “Esse milho tem outro gosto” - Algumas notas sobre o momento da pesquisa

Não se pode comprar o vento/ Não se pode comprar o sol/ Não se pode comprar a chuva/ Não se pode comprar o calor/ Não se pode comprar as nuvens / Não se pode comprar as cores / Não se pode comprar minha'legria / Não se pode comprar minhas dores (...) Mi tierra no se vende / Trabajo bruto pero con orgullo / Aquí se comparte, lo mío es tuyo / Este pueblo no se ahoga con marullos / Y si se derrumba yo lo reconstruyo (...) La operación Cóndor invadiendo mi nido / Perdono pero nunca olvido, oye / Aquí se respira lucha / (Vamos caminando) / Yo canto porque se escucha (vamos caminando)/ Aquí estamos de pie / Que viva la América / No puedes comprar mi vida” Latinoamérica - Calle 13

Um momento marcante durante a escrita foi o Museu Nacional no Rio de Janeiro queimando, pois esse desastre me pareceu muito simbólico para tudo que estamos vivendo. Por estar lendo, pesquisando, escrevendo sobre memória e identidade, conceitos intimamente relacionados ao patrimônio, senti essa perda de forma muito pessoal, como se algo muito precioso *meu* estivesse em chamas.⁵⁹ Entre outros, o fim do Centro de Documentação de Línguas Indígenas (CELIN), que possuía registros de línguas indígenas já extintas, me pareceu retratar de uma forma simbólica e muito material o descaso com ensino, pesquisa e ciência e com os diversos povos indígenas, quilombos e comunidades camponesas.

A luta pela terra da qual dona Marta participou, atuando através da Associação da Mulher Trabalhadora, é uma luta contínua, inacabada e que não terá fim até que a devastação seja tanta que não haverá mais pelo que lutar. Trata-se tanto da luta dos agricultores sem terra para cultivar, como a luta de quilombolas e indígenas pelo reconhecimento e proteção de suas terras e do direito ao Bem-Viver⁶⁰. A luta pela terra é também a luta pelo planeta terra, pelo meio ambiente, pela vida.

⁵⁹ Sentimento compartilhado principalmente com colegas que sonhavam em fazer pesquisa lá e demais colegas de curso que apreciavam o tesouro abrigado pelo museu e/ou tinham lembranças boas de lá.

⁶⁰ O conceito de Bem-Viver (ou *Sumak Kawsay* em quéchua) é bastante amplo e complexo, pois envolve múltiplas dimensões da vida, material, espiritual, social e tem origem nas cosmologias indígenas andinas. O Bem-Viver recusa a ideia da terra enquanto insumo para produção. De acordo com a Comissão Missionária Indigenista (CIMI, 2015): “Sob os princípios da reciprocidade entre as pessoas, da amizade fraterna, da convivência com outros seres da natureza e do profundo respeito pela terra, os povos indígenas têm construído experiências realmente sustentáveis que podem orientar nossas escolhas futuras e assegurar a existência humana. Estes povos têm nos ensinado que para construir o Bem Viver as pessoas devem pensá-lo para todos. Isso significa dizer que é preciso combater as injustiças, os privilégios e todos os mecanismos que geram a desigualdade. Assim, a “causa” indígena se vincula com a “causa” dos pobres e marginalizados e, desse modo, não deve ser pensada como uma questão à parte, desvinculada dos grandes desafios do mundo contemporâneo. Um dos grandes ensinamentos que os povos indígenas têm nos transmitido, desde tempos imemoriais, é o de saber conviver com a Mãe Terra, dedicando-lhe respeito, amor e profundo zelo.” (p.1) Nesse mesmo “Encarte Pedagógico” do CIMI podem ser encontrados mais sugestões de leitura acerca do Bem-Viver.

De acordo com uma pesquisa realizada pela ONG Global Witness intitulada “A que preço?”⁶¹ em 2017, ano em que iniciei a pesquisa, o Brasil foi o país em que mais defensores da terra e do meio ambiente foram assassinados, “o pior ano já registrado em qualquer país” (p.22). Segundo a ONG foram 57 defensores mortos, 25 destes durante três assassinatos em massa que ocorreram no país. A ONG compreende como defensor da terra e do meio ambiente lideranças indígenas, advogados, jornalistas ou funcionários/as de ONG, que tomam “medidas pacíficas, em caráter voluntário ou profissional, para proteger os direitos ambientais ou da terra.” (p.12) Já a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 71 assassinatos de indivíduos devido a conflitos de terra nesse mesmo ano.⁶²

A ONG Global Witness apontou como algumas das causas para essa situação no Brasil a redução do orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), além da falta de investimento no Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Outras causas seriam a impunidade dos agressores, corrupção, fracasso na garantia de direitos próprios e coletivos à terra, a não-inclusão das comunidades nas elaborações de projetos envolvendo suas terras e a falta de inclusão de avaliações de impacto social, ambiental e de direitos humanos nos projetos. Além disso, a ONG ainda alerta para o perigo do fortalecimento da lobby do agronegócio.⁶³ Este é também o setor apontado como o mais violento e irresponsável internacionalmente, ligado à maioria das mortes, logo seguido da mineração e extrativismo.

Se nos anos 1980-1990, no auge dos conflitos vivenciados por dona Marta e meus/minhas demais interlocutores/as, em Unai a questão principal era o direito à terra, à permanência no lar que a família levou anos construindo, assim como a terra para viver, para produzir, para curar, nos anos 2000 - além da luta pela terra em si - os pequenos produtores, muitos agora em assentamentos, lutam pela sobrevivência, pelo direito à água frente aos

⁶¹ Os critérios para inclusão de cada caso no relatório da ONG são “fontes de informação on-line credíveis, publicadas e atuais, detalhes sobre o tipo de ato e método de violência, incluindo a data e a localização, Nome e algumas informações biográficas sobre a vítima, Conexões claras e documentadas do envolvimento do defensor com uma questão ambiental ou fundiária/territorial” (Global Witness, 2018, p.52)

⁶² A CPT inclui também trabalhadores/as rurais cujos assassinatos possuem vínculo com seu trabalho sindical e também assassinatos em conflitos de terras ocasionados pela falta de ação do Estado em resolver causas estruturais da violência na zona rural, que não são incluídos na definição de “defensor da terra e meio ambiente” formulada pela Global Witness. (Global Witness, 2018, p.24)

⁶³ A Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República publicou uma nota à imprensa afirmando que o relatório “A que custo?” apresentaria “dados equivocados, inflados, frágeis e metodologia duvidosa”. Alguns dos assassinatos deveriam ser atribuídos a conflitos relacionados com o tráfico de drogas e um deles teria sido um latrocínio. “Isso por si só tira qualquer resquício de credibilidade que tal documento poderia ter, e mostra que a Ong distorce os fatos” (FOWKS,2018)

projetos de privatização e pela produção de alimentos saudáveis. Não é por acaso que muito se falou sobre plantação de soja e falta de água, sementes crioulas⁶⁴, transgênicos e agrotóxicos no Seminário da Memória Coletiva da Luta pela Terra em Unaí.

Durante a minha pesquisa, em 23 de julho de 2017, aconteceu a 20a Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais, da qual dona Marta participou tanto como romeira quanto como uma das organizadoras em sua região. O tema era “Povos da cidade e do sertão clamando por água, terra e pão” e o lema: “Povos, rios, veredas e nascentes são dons de Deus. Em romaria e resistência.” Alguns cartazes diziam “MST em luta contra o envenenamento no campo e o trabalho escravo” e “Agro é morte”⁶⁵.



Foto 26: Dona Marta nos mostrando sua plantação de mandioca. Autoria: Luan Henrique Silva, novembro de 2018

⁶⁴ As sementes crioulas são variedades cultivadas pela agricultura familiar, nos assentamentos, quilombos e pelos povos indígenas. Há uma ampla diversidade, que também é preservada em bancos de sementes. Esses bancos também servem como estoque em casos de falhas na safra para recuperar a produção. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrária: “A professora Lia Rejane Reinger, do Departamento de Fitotecnia da Universidade de Santa Maria (UFSM), destaca que as sementes crioulas constituem um imenso repositório genético não somente para as comunidades que as conservam, mas para toda a humanidade: “Vai além dos cenários locais e regionais, uma vez que seus genes são importantes para garantir a sobrevivência dos cultivos agrícolas que se esgotam em seu germoplasma pelos programas convencionais de melhoramento genético”(Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016)

⁶⁵ Fonte: <http://xxromariadasaguasedaterramg.blogspot.com/2017/07/visual-da-20-romaria-das-aguas-e-da.html>

Em diversos momentos enquanto caminhávamos pelo bairro Cachoeira ou no caminho para a roça, dona Marta falava do desmatamento. Em conversas cotidianas com outros/as familiares dela isso também foi uma preocupação central. “Isso dói na gente.”, me disseram. Outra questão muito abordada era o milho. A tradicional farinha de milho, cuja produção Marta aprendeu com sua mãe Dominga, que aprendeu com Joanna D’Arc sua avó, que provavelmente aprendeu com sua mãe, que era indígena, essa farinha já não é a mesma. Tampouco o mingau (que em Brasília costumamos chamar de curau). Esses alimentos não são mais os mesmos porque são feitos de milho e o milho não é mais *aquele* milho *daquela* época. “Esse é outro milho e já não é o mesmo e não é tão bom.”, as irmãs de Marta me explicam. “Esse milho tem outro gosto”. Conversamos sobre as dificuldades da compra de alimentos orgânicos, isto é, livres de agrotóxicos e que não sejam modificados geneticamente, e sobre a resistência dos pequenos agricultores.

O milho transgênico se tornou o símbolo da Monsanto, segundo levantamento da Greenpeace (2005) e do Grupo ETC (2013), uma das empresas de maior influência no mercado internacional de organismos geneticamente modificados. A imagem do milho transgênico foi usada juntamente com uma caveira para apontar para riscos de saúde e a morte da biodiversidade por movimentos contra a Monsanto, contra o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas em geral. A Monsanto vende sementes resistentes aos herbicidas que ela própria comercializa. Essas sementes são patenteadas, o que significa que os agricultores não podem guardar parte da colheita como sementes para plantação no ano seguinte, mas precisam comprá-las a cada plantio. Na pesquisa *O rei dos GMOS⁶⁶ está nú* (2011) publicado pela ONG Navdanya International com sede na Índia, além de denunciar que as promessas da Monsanto em relação a aumento das colheitas não teriam se realizado, argumenta que o endividamento por conta do patenteamento teria resultado no suicídio de 250 mil fazendeiros, a maioria ligada ao plantio de algodão na Índia.

O patenteamento das sementes levanta também uma discussão acerca da noção de propriedade. A autora e ativista negra Jurema Werneck, atualmente diretora da Anistia Internacional – Brasil, argumenta que, quando sementes de tornam propriedade, em última instância a vida passa a ser propriedade, controlada por empresas.

“A principal questão ainda não está respondida: para onde os transgênicos vão nos levar? A primeira resposta é: para a radicalização das noções de

⁶⁶ GMOS significa Genetic Modified Organisms, organismos geneticamente modificados em inglês

propriedade, onde organismos vivos – a vida - viram propriedade privada. Isto já aconteceu antes na história da humanidade e se chamava escravidão. Agora, o título de propriedade seria conferido a alguma empresa multinacional (os novos senhores, sem rostos, sem nome), e o controle acontece no nível molecular.” (WERNECK, 2006b, p.3)

A autora alerta para os diversos riscos desse controle, entre estes a “transformação da vida e seus processos em produtos vendáveis para quem puder pagar” (WERNECK, 2006b, p.3) O termo tecno-eugenia se refere exatamente à essa nova face da eugenia, de uma possibilidade de privatização e comercialização da vida através da biotecnologia. Movimentos negros, quilombolas, comunidades rurais e indígenas têm denunciado os riscos para a biodiversidade e para a saúde relacionados aos transgênicos, e como estes prejudicam principalmente estas populações, uma discussão já avançada sob o conceito de racismo ambiental. (CARVALHO, 2017; BULLARD; 2017, PACHECO, 2006)

De acordo com Werneck (2006), estamos vivendo uma era do controle da informação, tanto da informação em termos genéticos, da natureza, quanto em termos da circulação de informação nas mídias, no mundo virtual. Em 2006, 188 países assinaram a Convenção sobre Biodiversidade, cujos representantes vieram ao Brasil para debater uma regulamentação referente ao acesso de países e empresas à intervenção genética sobre a natureza e os usos desta. Racismo, sexismo, LGBTfobia, genocídio, eugenia não foram discutidos. “Mas estão – desde muito tempo – nas entrelinhas. Estão nos interesses de corporações e de governos. Podem estar nas suas consequências.” (WERNECK, 2006, p.2)

“Ao mesmo tempo (...) há um excesso de desinformação produzida pela mídia, paradoxalmente, através do bombardeio que fazem sobre as maravilhas e promessas teoricamente associadas a estas técnicas. Nunca abordam as falhas, as impossibilidades, os interesses, o sofrimento que produzem ou podem produzir. Interesses de lucro estratosféricos e de poder nas mãos de pequenos grupos; interesses de dominação; interesses de controlar processos vitais, substituindo as regras da natureza ou do sagrado, nunca aparecem associados ao desenvolvimento e uso da moderna biotecnologia. São interesses que já conhecemos e que já mostraram sua capacidade de dor e destruição. Racismo, sexismo, homofobia, intolerância religiosa e muito mais, que podem – e vão - ser potencializados pelas novas possibilidades tecnocientíficas. Estas tecnologias estão nas mãos de poucos, num novo modelo de monopólio transversal, que busca controlar os códigos de informação em qualquer que seja sua plataforma: átomos da tabela periódica, genes, bits, etc, com vastas aplicações sobre as diferentes formas da existência. Impactando a natureza inteira, os seres vivos, os humanos.” (WERNECK, 2006, p.1)

As elaborações de Werneck dialogam muito com o momento em que essa pesquisa foi realizada, momento de crescente descaso com o ensino, ciência e pesquisa, ameaças ao pensamento crítico, mortes de defensores da terra e do meio ambiente e tentativas de flexibilizar leis relativas aos agrotóxicos e transgênicos no país⁶⁷. Estamos vivendo a potencialização de racismo, misoginia, LGBTfobia⁶⁸, legitimadas por discursos de ódio proferidas por políticos e seus apoiadores, difundidos através da comunicação virtual. Todos esses processos parecem vinculados aos interesses descritos por Werneck, isto é, de lucro, dominação e controle da vida.

No entanto, pessoas como dona Marta, continuam caminhando. O assassinato de João de Souza, pai de Mariana e marido de Rosana, além de aumentar mais ainda a determinação de sua família a seguir sonhando, acarretou em uma onda imensa de solidariedade por parte de outras comunidades rurais. Reconstruindo suas casas, a si mesmos/as e a suas comunidades, defensores/as da terra estão se organizando e se fortalecendo, de várias distintas formas, se refazendo na(s) luta(s), em todos os seus diferentes significados.

⁶⁷ Ver Projeto de lei denominada por opositores de “lei do veneno”: Lei 6.299/2002 e (PLC) 34/2015 segundo a qual empresas não serão mais obrigadas a informar o uso de produtos transgênicos nos rótulos de alimentos, quando esta for inferior a 1% da composição total. Acerca da “Lei do veneno” a Organização das Nações Unidas (ONU) emitiu uma carta ao governo brasileiro manifestando sua preocupação com a lei. Entre outras, que “ as múltiplas alterações propostos ao marco legal e institucional existente referente aos agrotóxicos possam enfraquecer significativamente os mecanismos de proteção que são vitais para garantir os direitos humanos de agricultores, comunidades que vivem em torno de locais de aplicação de agrotóxicos, e da população que consumo os alimentos produzidos com base nestes produtos químicos” (Globo rural, 20 de junho de 2018)

⁶⁸ De forma geral, o ódio contra lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

8. Referencias bibliográficas

6.1 Livros, coletâneas, artigos

AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ALFONSIN, Jacques Távora. *A legitimidade popular para cobrar função social à propriedade*. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2015/05/13/a-legitimidade-popular-para-cobrar-funcao-social-a-propriedade.html>> publicado em 13 de maio de 2015 07h35, último acesso 17/10/2018

ARAÚJO, Ariella Silva. A mulher negra no pós abolição. In: *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as*, v.5 n. 9, p. 22-36, fev. 2013. Disponível em < <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/234>> último acesso em 19/01/2019

AZZI, Riolando. As Romarias no Brasil. In: *Revista de Cultura Vozes. Religiosidade Popular na América Latina*. Petrópolis, Ano 72, vol. LXXIII, no. 4, pp 39-54, Petrópolis, RJ: maio 1979

BASTIDE, Roger. *Sociologie des Maladies Mentales*. Paris, França: Flammmion, 1965

BASTOS, Priscila da Cunha. *Entre o quilombo e a cidade: trajetórias de individuação de jovens mulheres negras* (Mestrado), Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2009.

BAIROS, Luiza Helena de. *Pecados no paraíso racial: o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, 1987.

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica, In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira (Orgs) *Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais*. Campinas, SP: Papirus, 2006 [1998] 5ed.

BORGES, Antonadia. Terra. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa*. p. 431-443 Salvador: EDUFBA, 2014.

BORGES, Roberto Carlos; BORGES, Rosane da Silva (Orgs), *Mídia e Racismo*, Coleção Negras e Negros: pesquisas e debates, Petrópolis, RJ : DP: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade, Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Sacerdotes de Viola. Rituais Religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In ACSELRAD; Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA (Orgs.) *Justiça Ambiental e Cidadania*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004

CABRAL, João de Pina; LIMA, Antonio Pedroso de. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. In: *Etnográfica*, vol 9 No. 2 , pp. 355 - 388. Lisboa, Portugal, 2005

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do Dom: O terceiro Paradigma*. Petrópolis; RJ: Vozes, 2002

CARVALHO, Layla, *Da esterilização ao Zika: interseccionalidade e transnacionalismo nas políticas de saúde para as mulheres*, Universidade de São Paulo, 2017 (Tese de doutorado)

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Feusp, 2005. (Tese de doutorado)

_____. Mulheres em Movimento. In: *Estudos Avançados*, vol.17 no. 49, Universidade de São Paulo, 2003

CARSTEN, Janet. Introduction: Cultures of Relatedness In: CARSTEN, Janet (Org). *Cultures of relatedness: new approaches to the study of Kinship*, Cambridge University Press, 2000

CHIVARRO, Juan Sebastian; TYROU, Emma. *Renewed Social Outcry in Colombia: La Minga, the Struggle of the Marginalized* In: Council On Hemispheric Affairs, Washington, USA, 10/06/2016, disponível em <<http://www.coha.org/renewed-social-outcry-in-colombia-la-minga-the-struggle-of-the-marginalized/>> último acesso 19/01/2019

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas* Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999

COSTA, Lúcia Denise de Sousa. *Canção Popular Nas Comunidades Eclesiais de Base: Análise do Papel Social e Educativo nas Décadas 70/80 em Lages/Santa Catarina*, (Tese de Mestrado) Florianópolis, 2008

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and violence against Women of Color, *Stanford Law Review* Vol 43, p.1241- 1299, Stanford, USA, 1993.

DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, [1981] Tradução por CANDINI, Heci Regina

Diário Liberdade. “O feminismo comunitário é uma provocação, queremos revolucionar tudo”, Última modificação em Domingo, 22 Maio 2016 11:26, disponível em <<https://gz.diarioliberalidade.org/america-latina/item/12022-o-feminismo-comunitario-e-uma-provocao-queremos-revolucionar-tudo.htm?fbclid=IwAR0HDS-omGGIAKTLv515IVqCQPK2U3l0Qq%20geKHdY3IMEWFs5T-Fv1U7rh4>> último acesso

20/01/2019

FAVRET - SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: *Cadernos de Campo*, no.13, p.155-161, São Paulo, 2005, Tradução por SIQUEIRA, Paula e revisão por LIMA, Tânia Stolzer.

Feministas Comunitárias de Abya Yala (FeCay). *El desafío de la despatriarcalización. Entramado para la liberación de los pueblos*. La Paz, Bolívia: FeCay, 2016

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: *O Saber Local*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997

GOHN, Maria de Glória. *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola 1997 1997

GONZALEZ, Keila Patricia. *A Renovação Carismática Católica: continuidades e rupturas no catolicismo brasileiro (1969-2005)* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP - Universidade Estadual Paulista , 2006

GONZALEZ, Lelia. *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*, mimeo, Annual Meeting of the Latin American Studies Association, Pittsburgh, USA, 5-7 de abril, 1979a

_____. *O papel da mulher negra na sociedade brasileira*, mimeo, Spring Symposium the Political Economy of the Black World. Los Angeles, USA, 10-12 maio de 1979b

_____. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GREEN, James. "Who is the Macho Who Wants to Kill Me?": Male Homosexuality, Revolutionary Masculinity, and the Brazilian Armed Struggle of the 1960s and 70s, In: *Hispanic American Historical Review*, v. 92, no. 3, agosto, Durham, USA: Duke Universitypress, 2012, p. 437-469

Tradução disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33222.pdf> , último acesso 19/01/2019

GREEN, James; QUINALHA, James (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos/SP: EduFSCar, 2014.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo, Black Identities in Brazil , Ideologies and Rethorik In: *desiguALdades.net Working Paper Series* no. 52, Berlin, Alemanha: Freie Universität von Berlin, 2013

_____. Como trabalhar com raça em sociologia, In: *Educação e Pesquisa*, v.29, n.1, p.93-107. Jan/junho, São Paulo, 2003

_____. Raça, cor de pele e etnia. In: *Cadernos de Campo*, v.20, n.20, Jan-dez, 2011, São Paulo, p.265-271

SILVA, Natanael de Freitas. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. In: *Mosaico*. vol 7. no.11, Rio de Janeiro: 2016, p.65-83

HAESBAERT, Rogério. *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Porto Alegre: UFRGS (no prelo), 2004

_____. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. In: *Revista Estudos Feministas*. v.3 n.2 , Universidade Federal de Santa Catarina, Tradução de SANTARRITA, Marcos

_____. Love as the practice of freedom. In: HOOKS, Bell. *Outlaw Culture. Resisting Representations*. New York/USA : Routledge, 2006, p. 243-250. Tradução para uso didático por DO NASCIMENTO, Wanderson Flor

Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA. artigos de 1981-1992 disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=1287>> , último acesso 20/12/2018

MACHADO, Maria das Dores; MARIZ, Cecília. Mulheres e prática religiosa nas classes populares: uma comparação entre as igrejas pentecostais, as Comunidades Eclesiais de Base e os grupos carismáticos, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, p. 71-87, São Paulo, 1997

MANGGINI, Tiago Roberto Tenroller. *Campesinato e agronegócio: A experiência educativa do assentamento Eldorado dos Carajás Unai/MG*. 176 p. (Dissertação de Mestrado em Educação) , Universidade de Brasília, Brasília, 2012

MALUF, Sônia Weidner. Antropologias, Narrativa e a Busca de Sentido, In: *Horizontes Antropológicos*, ano 5, no. 12, p. 69-82, Porto Alegre, dezembro de 1999

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. Cosac Naify Portátil 25, São Paulo, 2013 [1925]

MARTINS, Leila Chalub; NASCIMENTO, Claudemiro G.. Pedagogia da Mística: as experiências do MST. In: *Revista Emancipação*, n. 8 (2), p. 109-120, Ponta Grossa, Paraná, 2008.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In SAQUET, Marcos Aurelio, SPOSITO; Eliseu Savério (Orgs), *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos* , São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja católica e os movimentos sociais do campo: A Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, In: *Caderno CRH*, vol. 20, núm. 50, maio-agosto, Salvador, Bahia, 2007, pp. 331 - 341

MITIDIEIRO JUNIOR, Marco Antonio. *A ação territorial de uma igreja radical, teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da Terra no estado de Paraíba*. (Tese de Doutorado) São Paulo: USP, 2008

NASCIMENTO, Abdias do, *O Genocídio do Negro Brasileiro – Processo de um racismo mascarado*, São Paulo: Editora Perspectivas, 2016 (1978)

NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*, In: Projeto História, vol.10, São Paulo, dezembro, 1993

NOVAES, Roberta Brandão, Trajetórias, experiências de trabalho e práticas de deslocamento entre os assalariados do café em um município de Minas Gerais – um olhar a partir da experiência em um abrigo de trabalhadores, In: *O Social em Questão*, Ano XIV, nº 25/26, p.359 - 394, Rio de Janeiro: PUC , 2011

NOVAES, Regina. (1985), *Os Escolhidos de Deus; pentecostais, trabalhadores e cidadania*. Rio de Janeiro, Marco Zero/ISER.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento, In: *TOMO São Cristóvão-SE* no. 11 jul./dez. 2007

OYÈWÚMI, Oyèronké. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. In: *Signs*, Vol. 25, No. 4, Feminisms at a Millennium, 2000, pp. 1093-1098. Tradução para uso didático por DA ROCHA, Aline Matos da Rocha.

PACHECO, Tania (orgs) *Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro: Fase, 2006.

PAREDES, Julieta. *Hilando Fino. Desde el feminismo comunitario*. La Paz, Bolívia: Comunidad Mujeres Creand Comunidad, novembro de 2014

PETRAS, James. Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina. In: STEDILE, João Pedro (Org). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio. Maria do Povo: etnografia de uma resistência no semiárido piauiense. In: *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 43, 12 mar. 2015.

_____. *Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014. 480p .

_____. *Quilombo do Tapuio (PI): Terra de Memória e Identidade*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. vol.2, nº 3, Rio de Janeiro, 1989

_____. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*. vol.5, nº 10, Rio de Janeiro, 1992

PRADO, Ediano Dianísio do, “Vila Ilze” - o viver fragmentado do “Bóia Fria” - um estudo sobre o cotidiano de trabalhadores volantes de Itapira, Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, 2001

REIS, Alice. *Matéria é Memória*. Coluna Desha, 17 de setembro de 2018, disponível em <https://coluna.desha.com.br/materia-e-memoria-alice-reis/> , último acesso 19/01/2019

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, Márcio Piñan; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. *Território, territórios. Ensaio sobre o ordenamento territorial*.

Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

SAUER, Sérgio. Reforma Agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília, In: *Série Experiência*, Cartilha Projeto CUT-CONTAG, agosto de 1999

SILVA, Maria Lúcia da. Racismo e seus efeitos na saúde mental. *Anais do Seminário Saúde da população negra*, 2004.

SILVA, Régia Agostinha da. A mente, essa ninguém pode escravizar. In: *Leitura, Teoria e Prática*, v.29, no.56, p.11-19, Associação da Leitura no Brasil, Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, 2011 Disponível em <<https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/52>> último acesso 19/01/2019

Livraria da Travessia. Sinopse de LAGARTA, Marta. *A menina que ia para longe*. Porto Alegre: Projeto, 2009. Disponível em <https://www.travessa.com.br/a-menina-que-ia-para-longe/artigo/b6c67e2b-94d8-41dc-9aeb-e83014d35f09> último acesso 20/01/2019

VALÉRIO, Mairon Escorsi. *Entre a cruz e a foice: Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia*. (Dissertação de Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, 2007

WERNECK, Jurema. Biologia, Biodiversidade, Biopolítica - novidades na luta anti-racista? In: *Jornal Irohin*, Bahia, 2006a

_____. Racismo Institucional e a Saúde da População Negra, In: *Saúde Soc. São Paulo*, v.25, n.3, p.535-549, 2016 disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf>> último acesso 20/12/2018

_____. Transgênicos e daí? Os organismos geneticamente modificados na pauta da luta anti-racista Transgênicos e daí? In: *Jornal Irohin*, Bahia, maio de 2006b

WILLIAMS, Heather. bell hooks speaks up. In: *The Sandspur* Vol 112 Issue 17 , publicado em 2/10/2006, disponível em <<https://issuu.com/thesandspur/docs/112-17>>

WOORTMANN, Ellen. Homens de Hoje, Mulheres de Ontem: Gênero e memória no seringal. n: FREITAS, C.: *Anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da UCG*. Goiânia: Editora UCG, 1988

_____. O Sítio Camponês. In: *Anuário Antropológico* 81. 1983,

6.2 Leis, relatórios, encartes

BRASIL. Lei Federal N° 7.802 de 11 de julho de 1989, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4074.htm#art98> último acesso em 19/01/2019

BRASIL, Lei Federal N° 6.969, de 10 de dezembro de 1981. Lei Usucapião, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6969.htm> último acesso em 19/01/2019

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Porantim Encarte Pedagógico X, O Bem Viver indígena e o futuro da humanidade, dezembro de 2015, disponível em

<https://www.cimi.org.br/pub/Porantim/2015/Encarte_Porantim381_dez2016.pdf> último acesso 20/12/2018

GLOBAL WITNESS. Relatório: “*A que preço?*”, 24/07/2018, disponível em <<https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/a-que-pre%C3%A7o/>> último acesso 16/11/2018

GREENPEACE, Report Monsanto, 01/04/2005
<https://www.greenpeace.de/presse/publikationen/report-monsanto>, último acesso 15/11/2018

GROUP ETC, Gene Giants Seek “Philanthropopoly” Ag monopoly makes mergers suspect – Big Six create “charity” cartel instead, conning regulators and public breeders. Março de 2013,
http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/ETCCommCharityCartel_March2013_final.pdf, último acesso 15/11/2018

NAVDANYA INTERNATIONAL. The emperor of OMGs has no clothes - A global citizens report on the state of GMOs, False Promises, Failed Technologies, 2011, disponível em <https://www.stopogm.net/sites/stopogm.net/upload/abc/GMO_EMPEROR_Report.pdf> último acesso 19/01/2019

Revista Globo Rural. ONU faz alerta sobre aprovação de nova lei dos agrotóxicos no Brasil. 20/06/2018, disponível em <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2018/06/onu-faz-alerta-sobre-aprovacao-de-nova-lei-dos-agrotoxicos-no-brasil.html>>, último acesso 16/11/2018

6. 3. Websites e Filmes

20ª ROMARIA DA TERRA E DA ÁGUA, Minas Gerais, 2017
<http://xxromariadasaguasedaterramg.blogspot.com/2017/07/visual-da-20-romaria-das-aguas-e-da.html>, último acesso 16/11/2018

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Você sabe qual a importância das sementes crioulas? , 10/09/2016, <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/voc%C3%AA-sabe-qual-import%C3%A2ncia-das-sementes-crioulas> último acesso 16/11/2018

MOVIMENTO DE CURSILHOS. Cristandade de Belo Horizonte/MG.
www.cursilhobh.com.br/o-cursilho/cursilho/ último acesso em 18/09/2018

FAWKS, Jaqueline. Brasil, o país mais letal para defensores da terra e do meio ambiente. In. *El País*, 25/07/2018,
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/internacional/1532363870_921380.html, último acesso 16/11/2018

9.3 Canções da A.M.T.U – Acervo pessoal de dona Marta

1- LOUVADO SEJA MEU SENHOR.

REFRÃO: LOUVADO SEJA MEU SENHOR? POR TODAS SUAS CRIATURAS.

- Pelas pessoas que acreditam no pequeno e se ajuntam para vida melhorar. (bis)
- Pela mulher que lava roupa, cozinha arruma casa e ainda sabe acarinhar. (bis)
- Pela operária da cidade que sabe fazer coisas de agente duvidar. (bis)
- Pela mulher que é lavradora que pega a sua enxada para a terra cultivar. (bis)
- Pela mulher do migrante que cozinha enfrenta aluta, pra família sustentar. (bis)
- Pela mulher madrugadeira, que sobe no caminhão para o patrão enricar. (bis)
- Pela mulher, que conversando descobre que o sindicato é também o seu lugar. (bis)
- Pela mulher que se organiza, buscando seus direitos p/ a vida libertar. (bis)

2- TAI.

-Tá, tá na hora da mulher se organizar se unir ^{lutar} contra a opressão. Ser feliz, ser feliz conquistar libertação. =REFRÃO

-Nós mulheres vamos agora reunir/ pra falar e também discutir/ nossos direitos que Deus nos deu/ e com esperança o dever cumprir. (bis)

-Esta maneira de exploração/ o povo já não aguenta não/ vamos lutando com muita garra para acabar com a opressão. (bis)

3- BAIÃO DO VIVA AS MULHERES.

- Viva, viva, as mulheres desta nação/ que vai gerando no ventre/ a nova semente da libertação/ que vai trazendo no sangue/ a semente nova da revolução.

- Sai ela de manhã/ cedo vai ela sem medo já trabalhar duro/ suado ela tem conquistado o solo do duro penar.

4- OLÉ MULHER RENDEIRA.

REFRÃO: OLÉ MULHER RENDEIRA, OLÉ MULHER RENDÁ. TU ME ENSINA FAZER RENDA, EU TE ENSINO ORGANIZAR.

- A mulher que não organiza fica sempre na pior, trabalha de bóia-fria ainda ganha miséria.

-A mulher do lavrador está sempre labutando, ajudando seu marido ganhar o pão de cada dia.

- A mulher que não tem medo, de lutar por seus direitos enfrenta a luta com coragem, ajudando seus companheiros.

5- FACÃO PRETO.

- Me disseram que foi visto um facão preto, pela cidade a todo lado a cortar, dali a pouco eu vi o gato e o facão, e os dois juntos cortando meu ganha pão.

- Nesta luta fiquei muito assustado. porque quem ganha a luta é sempre o gato.

Que ganha muito e tem tudo as nossas custas, agente fica como escravo do patrão.

REFRÃO: FACÃO PRETO, COM O SEU CORTE MALDITO/ MEU SALÁRIO TÃO PRECÁRIO, VOCÊ
TAMBÉM FOI CORTAR. FACÃO PRETO ESTOU VAGANDO NA RUA E A CULPA É TODA
SUA, NÃO TENHO ONDE TRABALHAR.

-Usaneiro que ver a sua vez, por Deus do seu que também há de chegar, você e o
gato podem estar sorrindo agora, mas um dia vocês terão que pagar.

-O peão chora esta luta tão tristonha, mas necessária para tudo resolver, per-
di trabalho mas o facão fez bonito, porque esta luta por o gato pra correr.

3- NÃO NOS MOVERÃO.

REFRÃO: NÃO NOS MOVERÃO? NÃO NOS MOVERÃO. (bis)
COMO UMA ÁRVORE FIRME JUNTO AO RIO! NÃO NOS MOVERÃO!

-Unidos aos operários - Não nos moverão! Unidos em nossas fábricas. Não nos move-
rão. COMO UMA ÁRVORE....

-Unidos aos lavradores - Não nos moverão! Pela reforma agrária. Não nos moverã.
COMO UMA ÁRVORE....

-Unidos aos índios - não nos moverão! Em sua luta pela terra - Não nos move-
rão. COMO UMA ÁRVORE...

-Unidos aos negros - Não nos moverão! Contra a marginalização - Não nos moverão.
Como UMA ÁRVORE...

-Unidos às mulheres - Não nos moverão! Na conquista de seus direitos- Não nos
moverão! COMO UMA ÁRVORE...

-Unidos na luta - Não nos moverão! unidos até a morte - Não nos moverão! COMO
UMA ÁRVORE....

9.4 Movimento de Consciência Negra de Unai – Carta de apresentações e provérbios –
Acervo pessoal de dona Marta

O movimento
O grupo de Consciência Negra de Unai surgiu na década de 80 a partir da necessidade de nós negros mostrarmos nossos valores e contribuições à cultura brasileira, além é claro de ~~desfazer~~ desfazer alguns mitos que ainda hoje circam. O "NEGRU" do tipo: "negro é vagabundo", é "preguiçoso", é "feio", é "macumbeiro"; etc...

Tínhamos como fonte de inspiração as dificuldades que sofriamos e víamos outros sofrer, por causa da discriminação, se não nos uníssemos regional e racionalmente com certeza perdamos nossa cultura ainda mais ~~associada~~ ^{massacrada} pela ideologia branca, que há algumas décadas atrás, era a tônica aceita e respeitada.

Durante anos esse grupo foi atuante em nossa comunidade, participou de vários encontros a nível regional e nacional, buscando fortalecer ainda mais nossas consciências de que a negritude é bela, tem história, e tem razão de ser assim tão marginalizada, mas tem ainda mais razões para ser erguer, ser forte e grandiosa.

dujila
— não se compreende todo o caminho num grande e único passo: novas estradas se abrem se persiste no caminho.

Se alguém quer que as pessoas participem, deve, antes de mais nada, levá-las a sério.

A unidade não vem do fato de todas as pessoas e setores, de uma instituição realizarem as mesmas ações, mas de todas caminharem na mesma direção.

Dejita

Andar de bicicleta é uma coisa simples: aprende-se com o tempo e se aperfeiçoa cada vez mais o que se aprendeu. mas não se pode andar em duas bicicletas ao mesmo tempo.

Governar é coordenar o processo de definição participativa dos rumos de um povo.

Se você tem baratas na sua cozinha, terá que livrar-se delas, mas não poderá fazer disto a grande tarefa de sua vida.

09-19

9.5 Bilhete de dona Marta para a sua “neta de aluguel”

QUARTA • WEDNESDAY • MIÉRCOLES **04**
JUNHO
JUNE
JUNIO

IMPORIANTE

07:00 Sasmim!

08:00

09:00 Tomma seu

10:00

11:00 Café

12:00

13:00

14:00

15:00

16:00

Jul • Jul • Jul
T Q Q S S D S T Q Q S S D S T Q Q S S D S T Q Q
09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

Semana Week 25